JOSÉ OITICICA

A doutrina anarquista ao alcance de todos

5ª EDIÇÃO

achiamé

José Oiticica

A DOUTRINA ANARQUISTA AO ALCANCE DE TODOS

5ª edição

achiamé
Rio de Janeiro

SUMÁRIO

Primeira parte / 29

Segunda parte / 73

Terceira parte / 97

Quarta parte / 117

Homenagem
a Sônia Oiticica,
que nos autorizou esta 5ª edição,
e, por extensão, a toda
a família de José Oiticica.

José Oiticica, em foto de 1925, na prisão da Ilha Rasa, época em que escreveu *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*

NOS MEUS MOMENTOS DE MEDITAÇÃO

Essa invisível Causa, que eu procuro
nos meus momentos de meditação,
inda é o mesmo problema, ingrato e obscuro,
que atormenta homens bons desde Platão.

Esse maldito sonho, por ser puro,
– apurado na dor – é sonho vão:
e irá semeando dores no futuro...
pobres dos sonhadores que virão!

Ai de mim! que entrevendo o atroz problema,
me pus a refletir e a meditar,
descobridor da solidão suprema.

Fiquei na horrível noite deste mar,
ouvindo a dupla voz do meu dilema,
incapaz de afirmar e de negar.

José Oiticica

JOSÉ OITICICA: SUA VIDA, SUA OBRA, SUAS IDÉIAS

Edgar Rodrigues

Convidado por Sônia Oiticica para apresentar a 4ª edição* de *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos,* perguntei a mim mesmo se José Oiticica precisava de apresentações, e o que poderia acrescentar à obra ideológica do mestre, do sábio, do anarquista ou dizer sobre esse homem erudito e sua figura humana.

Ação Direta, ano 11, no 118, estava sendo impressa em junho de 1957 quando José Oiticica faleceu subitamente.

Os três auxiliares que ajudavam o diretor, na feitura do jornal, só tiveram tempo de incluir na 3ª. página a seguinte nota:

"**Faleceu José Oiticica**".

"Profundamente consternados, comunicamos aos leitores o falecimento do companheiro e diretor do jornal, vitimado por um enfarte fulminante na madrugada de 30/06/1957".

"Já em máquina este número, seremos mais extensos no próximo".

No número de julho, e nos subseqüentes, apareceram alguns artigos falando do mestre, do sábio, do anarquista e do homem José Rodrigues Leite e Oiticica, nascido em Oliveira (Minas

---

* *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos* foi publicada inicialmente em folhetim pelo jornal *Ação Direta*. Em 1947, um grupo de anarquistas de São Paulo editou-se e logo se esgotou.
Em 1963, por iniciativa da Cooperativa Editora Mundo Livre, fundada pelo "Centro de Estudos Professor José Oiticica", no Rio de Janeiro, lançou-se a 2ª. Edição esgotada pouco depois. Pensava-se então publicar uma 3ª. Edição quando a "revolução" de 1º. De abril de 1964, chegou para ficar... Solidário com esta vontade, um grupo de anarquistas unidos em torno do jornal anarquistas da Capital portuguesa, **A Batalha**, com grande esforço, lançaram a 3ª. Edição que devia sair do Rio Esgotou-se igualmente em Lisboa *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*, que agora é reeditada, pela Econômica Editorial, em São Paulo.

Gerais), aos 22 de julho de 1882. Quarto dos sete filhos do ex-Constituinte e Senador da República, Dr. Francisco de Paula Leite e Oiticica.

Aluno interno no Colégio São Luís Gonzaga, em Petrópolis, e depois no Seminário Arquidiocesano São José, de onde foi expulso por se rebelar contra os "bolos" de um padre.

Cursou Direito na Faculdade do Recife e na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, aprovado com distinção em todo o curso, formando-se em Direito no ano de 1902.

Decepcionado com sua profissão, resolveu estudar Medicina até o 3.° ano, optando depois por ser professor de História do Colégio Paula Freitas, no Rio de Janeiro.

Em 1905, casou-se com sua prima, Francisca Bulhões.

No ano seguinte fundou o Colégio Latino-Americano, no Leme (Rio de Janeiro), aplicando os processos pedagógicos da École des Roches, de Demoulin.

Em 1909 resolveu fazer concurso para relator dos debates da Câmara dos Deputados. Entre 16 candidatos foi classificado em 1° lugar. Todos foram nomeados, menos Oiticica.

Ao todo fez seis concursos tirando sempre o 1° lugar, mas a sua nomeação não saía. No ano de 1916 apresentou-se a concorrer à Cátedra do Colégio Pedro II, defendendo uma tese onde demonstrava os erros contidos nos livros dos que iam examiná-lo. Antes, porém, convidou para assistir às provas Carlos Maximiniano, Ministro da Justiça na época, a quem estavam afetas as questões de ensino.

Nessa batalha José Oiticica foi aprovado em 1° lugar por unanimidade e não pôde ser preterido como das vezes anteriores: Carlos Maximiniano nomeou-o catedrático de português do Colégio Pedro II, de onde foi aposentado compulsoriamente ao completar 70 anos.

Homem reto, independente, leal, não cedia aos pedidos dos políticos nem aceitava imposições!

Dentro destes princípios de retidão profissional, um dia viu diante de si uma prova cheia de erros e deu nota zero!

Advertido de que se tratava do filho do presidente da República Wenceslau Brás, exclamou: "Pois devia estudar mais, para honrar o nome e a família ilustre que representa".

Considerado "príncipe dos poetas mineiros", Oiticica contestou o título no *Correio da Manhã* de 14/05/1927. Mas como poeta foi realmente um dos maiores da língua portuguesa.

"Músico tão profundo quanto poeta", foi assim que o classificou o escritor Cândido Jucá Filho.

"José Oiticica foi um extraordinário contista, dramaturgo, dos maiores lingüistas, fonetistas, filólogos do Brasil.

Jornalista, escritor, não escolhia temas, escrevia ou polemizava sobre: anarquismo, metafísica, ciências e letras, religião, artes plásticas, música, teatro, matemática, física, química, filosofia, medicina, psicologia, história, sociologia, economia" (afirmações do escritor Cândido Jucá Filho).

Além de tratar qualquer tema com conhecimento, profundidade e absoluta segurança, dominava o latim, o grego clássico, o francês, o inglês, o alemão, o espanhol, o italiano, o russo, o esperanto e outros idiomas.

Nos anos de 1929-30 lecionou português e literatura na Universidade de Hamburgo, Alemanha.

De regresso ao Brasil, continuou sua atividade na Cátedra de Português do Colégio Pedro II, enquanto colaborava com seus companheiros de idéias.

Ensinou Arte de Dizer no curso de Especialização Teatral para professores, na Escola de Teatro da Prefeitura do Rio de Janeiro, e em 1952 teve um curso de português no Colégio do Ar, na Rádio Ministério da Educação.

O polemista

O anarquista José Oiticica colaborou no jornal *A Lanterna*, no ano de 1912.

Em 1913, procurou a Federação Operária do Rio de Janeiro no Largo do Capim (há muitos anos desaparecido), subiu as

escadas, foi recebido por um operário carpinteiro a quem perguntou pelo presidente da entidade. Informado de que ali não existia presidente, só comissões administrativas que executavam as decisões das suas assembléias, Oiticica vibrou com a resposta e desde então jamais abandonou os trabalhadores.

Participava das greves, escrevia em defesa dos operários, proferia conferências nas suas entidades. Onde precisasse de um orador lá estava o anarquista José Oiticica!

Ministrou cursos, fez palestras, ensinou trabalhadores e foi preso, deportado, desterrado, mas não se deixou vencer.

Em defesa de suas idéias e dos trabalhadores dirigiu ***Carta aberta a Rui Barbosa***, onde se lia:

"Anarquista!" " Gritava V. Exª. E, em torno, os amigos de V. Exª (padres e juristas, generais e condes, políticos e comerciantes) ouvirão tons de dinamite, sentirão fedor de pólvora, verão punhais erguidos. O sr. Cardeal Arcoverde benzerá V. Exª, o sr. chefe de polícia alarmará secretas, o sr. Modesto Leal reforçará a burra ou as burras.

Peço a todos calma. Nunca surrei ninguém, nunca matei ninguém, nunca roubei ninguém, honro pai e mãe, não cobiço a mulher do próximo, dou pão a quem tem fome, visto os nus, não cobro a ninguém, obedeço fielmente às leis do país, cumpro os meus deveres meticulosamente, não faço operações por quatro contos, não exijo vinte por cento de inventários, não prorrogo sessões remuneradas da Câmara, não ganho mil-réis de cada firma reconhecida, não faço contrabando, não especulo, não fumo, não bebo, não jogo, não conheci Bolo-Paxá. Creio-me, modéstia à parte, um sujeito sofrível, nem ótimo para santo (tenho bom gosto), nem ruim para o xadrez".

"Dirá V. Exª: Para escrever tal parecer, para intentar uma ação, tive de estudar como ninguém; meu pai gastou muito dinheiro com educarme; despendi somas grossas com a biblioteca enorme que possuo. Tudo isso é capital acumulado, e eu cobro os juros desse capital e do meu talento".

"Quem sustentara V. Exª enquanto estudava no colégio e na academia? "Meu pai", dirá V. Exª. E eu contesto: Não. O pai de V. Exª pagava o colégio, academia, vestia V. Exª, comprava livros, gastava dinheiro. Dinheiro é riqueza, representação social de riqueza produzida

pelos trabalhadores. Enquanto V. Exª, felizardo, estudava, desenvolvia o seu espírito, milhares de crianças sem pai rico não podiam estudar, e não podiam estudar porque a sociedade os obrigava a trabalhar, para viver, nas oficinas, nas fazendas, nas senzalas. É verdade: no tempo de V. Exª estudante e acadêmico, era a senzala, o negro escravo, os molequinhos que não tiveram a fortuna de nascer brancos como V. Exª e filhos de homem rico ou influente. V. Exª se educou com as mortificações desses desgraçados, com o sangue do proletariado negro, que sustentava os senhores déspotas". (*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26/02/1918).

Pouco depois de ter "contrariado" publicamente "um mito brasileiro" que poucos ousavam desafiar, o anarquista José Oiticica, em "Carta aberta contesta o todo-poderoso chefe de Polícia, Dr. Aurelino Leal", em defesa dos trabalhadores e da Federação Operária do Rio de Janeiro, nos seguintes termos:

"Exmo. Sr.: Um tópico do meu artigo "O que não se fez" irritou V. Exª, excitou-lhe as primas da alma e fez V. Exª enviar ao 1° delegado de Polícia aquele ofício preventivo de catástrofes iminentes. Mandou-lhe V. Exª o *Correio da Manhã* com meu artigo tatuado de vermelho para assinalar ao deszeloso serventuário o fato grave do restabelecimento, melhor, do renascimento da Federação Operária, extirpada, há um ano, por V. Exª".

"Quem lê isso põe as mãos a orar, agradecendo ao Ser Supremo a dadivosa prenda feita à pátria dos Tupiniquins.

V. Exª é o salvador desta Grande Pátria, mas atrevo-me a lembrar-lhe que V. Exª nunca se rebaixou a visitar a Federação amaldiçoada. V. Exª fala de oitiva, pelo que lhe foi contar a sórdida patrulha de secretas, conhecidíssimos dos operários e por eles repelidos com o mais soberbo dos desdéns.

Se o meu testemunho vale alguma coisa, posso atestar a V. Exª que o convívio de cinco anos com a tal VASA internacional me aproximou daqueles mesmos "Anarquistas Perigosos" que V. Exª mandou prender, no ano passado. Esses homens, por exemplo, Máximino de Macedo, Pedro Matera, José Gaiazzo, Primitivo Soares, Maçães e outros, são homens de uma energia moral a toda a prova, de modelar honestidade,

cuja dedicação proclamo altamente como título de honra. Para eles abrem-se as portas da minha casa, que eu fecho terminantemente aos subordinados de V. Exª, à vasa nacional que V. Exª cria e paga nesse antro de patifes, assassinos, bêbedos e ladrões, nesse valhacouto oficial da capangagem vil, que é a policia secreta de V. Exª".

E continuava:

"Se V. Exª quer salvar o Brasil, comece pela vasa nacional, e se não tem ânimo nem força para começar de cima, inicie o seu trabalho pela estrebaria da Chefatura de Polícia. É realmente indecoroso, nauseante, repulsivo, esse corpo de agentes que V. Exª sustenta e ouve. Há nele desde o delator mentiroso, falso, até ao assassino criminosamente indultado." (*A Rua*, Rio de Janeiro, 19/04/1918).

Pouco depois José Oiticica é preso "por ser um dos responsáveis pela Greve Geral insurrecional de 18 de novembro de 1918, no Rio de Janeiro" e deportado para Alagoas. O sr. Aurelino Leal conseguiu "desforrar-se" da "ousada carta aberta".

Mas o desterro não impediu que Oiticica continuasse pregando suas idéias. Começou a falar delas aos pescadores, em reuniões noturnas, à luz de vela, atraindo inclusive Octávio Brandão, que teve seu livro *Canais e Lagoas* prefaciado por Oiticica, passando a dizer-se anarquista; Octávio Brandão veio depois para o Rio de Janeiro, escreveu poesias libertárias, fez discursos ácratas, tornou-se seu adversário ideológico em 1923, inimigo oculto em 1928 e seu detrator durante a decrepitude evidente a partir de 1957, dando entrevistas depreciativas sobre Oiticica a Foster Dulles, incluídas no livro deste, *Anarquistas e Comunistas no Brasil.*

A figura humana

Durante o "reinado" de Artur Bernardes, José Oiticica foi preso na sala de aula do Colégio Pedro II, levado à Polícia Central onde passou alguns dias até ser confinado na Ilha Rasa por

sete meses. Em 1925 foi transferido para a Ilha das Flores e depois para a Ilha do Bom Jesus.

Durante estas "férias" escreveu *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos* em papel de embrulho e *Carta ao Escritor Jackson de Figueiredo* onde a personalidade e a integridade do anarquista José Oiticica aparece de corpo inteiro!

Eis um pequeno trecho:

"Ilha de Bom Jesus, 22/08/1925. Meu caro Jackson: Releva-me escrever-te neste papel, único de que disponho aqui. Acabo de receber tua carta de 19. Comoveu-me sobremodo ver quanto insistes na minha libertação, chegando a assumires, contra minha vontade, perante o Presidente da República, o Compromisso do meu bom comportamento. Pedes-me anua a teu empenho e declare, em carta, consentir na tua responsabilização espontânea. Não podes avaliar, meu caro amigo, o sobre-esforço moral com que recuso semelhante oferta. Primeiro, por dar um desiludente *NÃO* a quem me prova tanto apreço e amizade, hoje raríssima. Segundo, por ferir pungentemente, com mais uma desesperança, minha adorada Companheira de vida e alongar por meses ou anos a precária situação de minhas filhas, já tão prejudicadas em sua educação com minha ausência.

Tudo isso pesei e repesei, lutando contra o intenso desejo de rever meu lar e recomeçar, com dobrado afinco, a tremenda peleja diuturna pela vida. Mas pertenço a uma escola que põe a serenidade e a inquebrantabilidade acima de tudo, não por orgulho, senão por coerência e retidão de alma. Demais, em carta que escreveu minha mulher, o mais adamantino caráter que jamais conheci no mundo, me avisa ela que aceite tua proposta, "se não for cousa que afere a tua dignidade". A tudo sobrepõe ela a minha dignidade. Prefere-me preso e ver-se tão cruelmente separada do seu companheiro de 35 anos (pois moramos juntos desde criança), a ter-me diminuído no meu brio ou na minha altivez. Recusando, embora prevendo indefinida prisão, mantenho íntegro, aos olhos dela, meu caráter, e mais forças lhe dou para resistir a tão duras provações".

Em 1937, é preso mais uma vez. Getúlio Vargas temia que Oiticica "pudesse desencadear algum movimento contra a ditadura".

Como figura humana, Oiticica era inconfundível!
Dir-se-ia que sua simplicidade e sua bondade eram tão grandes quanto o seu talento e o seu saber.
Conheci-o no bairro da Urca, no Rio de Janeiro, em 1951. Levado à sua casa por Manuel Perez, fiquei surpreso com sua modéstia.
Sentava-se no chão sempre que podia, ouvia com a mesma seriedade e atenção o operário e o mais preparado dos colegas que ali apareciam; o jovem e principiante nas idéias e o mais compenetrado e culto militante anarquista!
Ninguém se sentia constrangido diante de Oiticica, sempre pronto para fazer alguma coisa pelos outros, ensinar, dar jornais, livros, enfim, ajudar todos os que o procuravam para falar do anarquismo ou colher ensinamentos.
Como todo homem íntegro e bom, era também algo ingênuo. Aproveitando-se desse rasgo de boa-fé, muitos oportunistas exploraram seus conhecimentos, sua cultura e sua ajuda.
Alguns, vi comparecer à sua moradia para ouvir Oiticica e depois desertar.
Entre as pessoas que conheci em sua casa, uma delas – Moniz Bandeira – egresso do PCB, engajado no movimento trotskista, mais tarde, em seu livro *O Ano Vermelho*, escrito com material "cedido" pelo também anarquista Edgard Leuenroth, sem conhecer razoavelmente o ser humano José Oiticica, escrevia: "Muitos anos depois, em 1957, José Oiticica, cheio de ódio e de melancolia, recordava a Cisão". Isto, evidentemente, foi um "arranco leviano" do autor de *O Ano Vermelho*, já que só se pode analisar pessoas quando se conhecem! Na verdade Moniz Bandeira queria levantar a *memória* de alguma coisa que não tinha *memória* e Oiticica atrapalhava mesmo depois de morto!
Mais tarde John F. W. Dulles, "pescando documentos" para seu livro *Anarquistas e Comunistas*, usa "depoimentos policiais" inseridos no livro de Bandeira e depoimentos de Brandão, transformando-os em "verdades históricas", denigre Oiticica e sua esposa.

Este mesmo autor, e sua equipe de pesquisadores financiadas por entidades espúrias, valeu-se igualmente da evidente decrepitude de Octávio Brandão para vestir com "roupa nova" o crime da rua Frei Caneca, cometido em 1928, pelos "Rapazes da Tcheka" (agentes do PCB, partido responsável pela elaboração de uma lista de anarquistas a serem assassinados, inclusive Oiticica, que avisado a tempo não compareceu), durante uma polêmica começada no Sindicato dos Remadores, continuada no dos Têxteis e terminada na União dos Trabalhadores Gráficos, com sede na Rua Frei Caneca, 4 - sobrado.

João da Costa Pimenta, Octávio Brandão, Roberto Morena, o deputado Azevedo Lima, oportunista pouco depois expulso do PCB e outros, contaram com Pedro Bastos, Galileu Sanchez, Eusébio Manjão, tchekistas do Rio de Janeiro, como executores do plano. (Doc. no arq. do A.)

Apesar dos "adversários gratuitos" como F. Dulles "cuja capacidade mediana se evapora diante da grandeza humana e da erudição do 'anarquista perigoso'", José Oiticica é hoje nome de uma rua no bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro, de um "Edifício" em Niterói, e deu nome a um *Centro de Cultura Social* "fechado" para férias coletivas em 1969, pelos revolucionários de abril de 1964.

O tempo e os adversários do anarquismo

O livro *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos* foi escrito sob o efeito emocional e psicológico da deportação nas ilhas das Flores e do Bom Jesus, no ano de 1925. Há, portanto, 57 anos, tempo bastante para envelhecer pessoas e idéias, ou torná-las ultrapassadas.

Por isso a obra de José Oiticica não abrange concepções libertárias de autores mais recentes como Rudolf Rocker, Eugen Relgis, Alex Confort, Herbert Read e outros vultos do anarquismo e nem as transformações nos regimes bolchevista e democrático,

ocorridas neste meio século que nos separa do ambiente em que o livro foi escrito.

Não podemos ignorar igualmente que vivemos hoje novos processos de exploração condicionadores e robotizadores introduzidos pela tecnologia e a eletrônica. O empilhamento das populações em espigões de aço e/ou concreto armado, em compartimentos estanques, implantados em cidades altamente poluídas pelas indústrias, a vigilância com ajuda dos computadores e a substituição do braço operário pelos robôs, isolando o homem, reduzindo-lhe a sensibilidade, o sentido da solidariedade humana, há 50 anos atrás praticamente não existiam.

Nesses anos distantes o homem não era "fiscalizado" pelos computadores e outros mecanismos eletrônicos, hoje à disposição dos governantes, nas sedes da polícia para codificá-lo, numerá-lo, escrever-lhe a biografia com um apertar de botões e nem o império das informações, detentor e negociante dos Canais de Comunicações, encarregados de divulgar notícias desportivas, comerciais, músicas, cigarros, drogas milagrosas ilustradas com jovens nuas, repetidamente até saturar pela fantasia o poder de audição humana, reduzindo a capacidade de recepção do ouvinte pelo bloqueio do cérebro, produzindo dificuldades à inteligência na escolha e decisão. Em 1925 o comerciante estava longe de transformar as pessoas, principalmente a juventude, em propagandistas itinerantes de seus produtos. Mas em que pesem os anos decorridos, as mudanças tecnológicas, políticas e sociais, *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*, de José Oiticica, ainda é uma mensagem emancipadora, um convite à reflexão, ao estudo do Anarquismo!

O anarquista não ignora que o ser humano, encarado individualmente, traz ao nascer disposições psíquicas que, no conjunto, refletem as influências atávicas, hereditárias, exercidas ao longo dos séculos transmitidas de gerações a gerações, e que esses males não desaparecem da noite para o dia, com castigos e/ou pancadas no exterior do homem quando o mal vem do cérebro, é interno, nem com a marginalização e a punição. Do meio em que

cresceu, do ambiente – dentro do lar, em torno do lar e na escola – em que vive os primeiros anos de vida, dependerá a formação de seu caráter e este guiará os seus atos durante a sua existência.

As forças atávicas, o temperamento, as influências ambientais do meio que cercam as crianças e lhes impõem formas de vida, as pressões religiosas, políticas, econômicas, sociais e a educação determinarão a sua personalidade, o seu comportamento positivo, negativo, variável e/ou artificial. O ser humano é fruto da sociedade em que viveram seus antepassados, do meio onde nasceu, dos padrões religiosos, políticos, econômicos, sociais, culturais, opressivos e repressivos predominantes com os quais teve de conviver. Aí estão as manchetes dos jornais, as notícias da imprensa falada e o que acontece nos bastidores, uma vez ou outra do conhecimento do público para mostrar aos jovens de hoje, o comportamento dos adultos do seu tempo, em cujas escolas aprendem a explorar, a punir e a governar os seus semelhantes. E não se diga que isto é fruto dos regimes capitalistas, porque nos "socialistas", como a Rússia, os atos anti-sociais e de violência são freqüentes, em muitos casos até em porcentagens superiores aos regimes democráticos.

Logo, não é válida a concepção de que o poder e o governo evitam, pela sua existência, e com suas punições, atos anti-sociais e violentos.

O anarquismo pode perfeitamente demonstrar que estes são o resultado da organização social baseada nas hierarquias e na desigualdade a todos os níveis. O roubo, os atentados contra pessoas e contra os bens resultam na organização viciada que impede uma imensa maioria de seres humanos, como nós, de satisfazer as suas necessidades físicas e psíquicas, materiais e emocionais! Têm suas raízes na propriedade privada, suas origens no "direito" de uns poucos estragarem aquilo de que milhões carecem, em geral os que trabalham oito e mais horas diárias. E, quando o impulso do temperamento é demasiado forte, quando a necessidade fala mais alto, a injustiça grita primeiro, o indivíduo "infringe" as leis estatais, estudadas, escritas, aprovadas e decoradas por uns poucos

para submeter muitos à obediência, para consagrar a espoliação do homem pelo homem. Tais atos são qualificados de anti-sociais, quando eles na realidade têm origem na opressão, na desigualdade codificada e garantida pelos governantes, que detêm as riquezas naturais, a ciência, a tecnologia e se transformaram em sócios do trabalho assalariado, recebendo sua parte em forma de imposto.

Numa sociedade em que cada indivíduo tenha a faculdade de se desenvolver livre e integralmente, enquanto educado dentro de padrões de liberdade responsável, como elemento ativo, participante e usufrutuário, estes atos certamente serão reduzidos a um mínimo de desajustes psíquicos, dada à ausência das causas que hoje os determinam. Por outro lado, está provado, cientificamente, que dentro da atual sociedade, não existe nenhum meio repressivo e/ou punitivo capaz de impedir que os atentados à criatura humana e à propriedade privada aconteçam. A violência imposta ao nível de sociedade gera a violência individual cada vez em maiores dimensões, e para punir os "infratores", o governo procura soluções externas. E, no entanto, o mal tem de ser combatido nas suas origens, está intrinsecamente ligado ao meio ambiente, às potencialidades hereditárias, à educação desigual a que o ser humano é submetido desde a infância!

O homem "infringe" códigos e leis elaboradas pelo seu semelhante, acreditando poder burlar a vigilância e escapar à penalidade determinada para castigar seu ato. Comete delitos anti-humanos e anti-sociais em todos os níveis, porque sua vontade é insuficiente para impedir os motivos psicológicos que o impulsionam a praticá-los! A insuficiência da sua vontade resulta da educação recebida, dos meios freqüentados, faz parte dos seus vícios orgânicos, dos arquétipos hereditários e da deformação do caráter que lhe foi imposta pela sociedade. E por mais violentas que as leis sejam, são sempre impotentes para prevenir e evitar os delitos e os crimes (a pena de morte nunca impediu o crime, logo comprova nossas afirmações).

Ao contrário, a violências de cima ativa a violência de baixo, provoca-a, ajuda-a a crescer.

Por isso, sua impotência reflete a sua incompetência! Nega a sua própria validade! É a sua autocondenação! Quando a autoridade irracional pensa acabar com a necessidade, a usurpação que ela mesma representa e defende, contrariando o direito das pessoas e é impotente para cumprir sua pretendida missão, declara-se falida na realidade!

O governo ou é dominação brutal, violenta, autoritária de uns poucos sobre muitos, ou é um mecanismo diplomático, criador de cercas jurídicas para assegurar o domínio e o privilégio daqueles que, por força, astúcia ou herança, monopolizaram todos os meios de vida: a ciência, a tecnologia, a eletrônica, os canais de comunicação, a energia, o maquinário, empórios imobiliários, o solo e o subsolo, fontes de matérias-primas, servindo-se deste potencial para manter o povo dependente, seu assalariado.

Tais sistemas políticos empregam dois métodos principais para dominar e punir o homem: diretamente pela força bruta, a violência física e psicológica, e indiretamente, transformando o produtor em assalariado, reduzindo-lhe a subsistência, obrigando-o assim a submeter-se incondicionalmente às suas condições. O primeiro é originário do poder, do privilégio político; o segundo é proveniente do privilégio econômico. A opressão pode ser determinada também por condicionamentos segregacionais e/ou injetados na inteligência e nos sentimentos por força da religião, do conceito de pátria, na escola, na Universidade e no seio da família, em doses homeopáticas. Mas da mesma forma que essa aceitação só existe como resultado das imposições materiais, também a mentira e as organizações fundadas para propagar esse sentimento só viverão enquanto forem conseqüência dos privilégios políticos, econômicos, hierárquicos e sociais. No dia em que isso foi abolido, os meios para defender e consolidar as classes, os privilégios, ruirão por carência de utilidade. Para os anarquistas, abolir a autoridade irracional, dispensar os seus serviços e os do governo do homem sobre o homem, não significa destruir as energias e as capacidades individuais e/ou coletivas existentes na espécie humana, pelo contrário, a sua intenção é

desenvolvê-las, aperfeiçoá-las, usando como motor de propulsão a liberdade responsável e a solidariedade humana!

O anarquista não pretende reduzir as energias humanas, isto seria o mesmo que reduzir a humanidade ao estado de uma massa de átomos imóveis, sem ação nem movimentos, seria a destruição de todo organismo social, a sua morte.

Ao contrário, sua meta é fazer de cada indivíduo uma unidade ativa, capaz de dirigir seus movimentos, gerir sua produção, de se autogovernar. O anarquista quer promover abolição do monopólio da força e da influência deformadoras, ou mais exatamente, substituir todos os maquinismos capazes de alienar o homem, de desmemoriá-lo e converter a desigualdade social em instrumento do pensamento, dos interesses de um pequeno número de indivíduos, que canalizam e absorvem energias usando-as exclusivamente em proveito próprio, impedindo assim que estas se convertam numa ordem social generosa e boa para todos.

Em contraposição ao sistema que tem como pilares de sustentação a autoridade irracional, o governo e o clero incapazes de tornar o homem irmão do homem, de uni-lo voluntariamente, o anarquista trabalha pela reconstituição de uma sociedade em que cada ser humano possa ser solidariamente produtor-consumidor, na medida de suas forças, capacidades, aptidões e necessidades; trabalha por uma *Educação Nova*, capaz de converter os seres humanos em irmãos convictos, conscientes de que o bem-estar ou a infelicidade de um dos seus membros, significa a alegria ou tristeza de cada um e de todos.

Os anarquistas firmam-se na falência político-administrativa dos governos conhecidos até hoje, para proporem uma nova ordem social resultante da liberdade de relações entre indivíduos livremente associados, sempre dissolúveis, ligados por laços de solidariedade humana.

Partindo deste ponto, a moral anarquista pretende o desenvolvimento da vontade individual, já que só homens com vontade própria, conscientes, de mentes arejadas, com amplas visões humanitaristas e ecológicas, serão individualmente capazes de se

autodirigirem, de vencer os atavismos, de arrancar de dentro de si mesmos o "pequeno-reacionário" que cada um de nós carrega no inconsciente coletivo e que tanto dificulta o indivíduo de perceber verdades incontestáveis! Que não tem necessidades superiores ou inferiores às dos seus semelhantes, nem precisa de líderes ou chefes para construir uma *Nova Sociedade* onde um homem vale um homem. Que do livre concurso de todos mediante associações espontâneas dos indivíduos, segundo suas simpatias (afinidades de temperamento e/ou emocionais) e carências de baixo para cima, a partir de interesses e necessidades imediatas, até chegar às mais afastadas e gerais. Nascerá então uma organização social sempre sujeita a modificações em razão da maior experiência adquirida, já que o anarquista é um estudioso permanente, um pesquisador em busca da perfeição. Todos os dias abrem-se caminhos novos para o aperfeiçoamento em benefício da nova sociedade. Em Anarquia nada é estável, definitivo, tudo evolui.

Anarquia e ordem

Anarquia soa aos ouvidos da maioria das pessoas como uma catástrofe, ou, na melhor das hipóteses, como uma idéia ingênua, uma "saborosa" utopia.

Falar de Anarquia, significa, para muita gente, pregar o fim do mundo!!!

E, curiosamente, os que a temem, combatem ou denigrem, se lhes perguntarem o que é Anarquia, não sabem defini-la concretamente. Assim mesmo são contra!!!

Anarquia tem adversários e inimigos, à esquerda, à direita, ao centro e os que ouviram os outros dizer que é irrealizável. Muitos cursaram universidades, são professores eméritos, escritores, historiadores, poetas, advogados, políticos bem falantes, clérigos, autoridades altamente credenciadas e premiadas; outros são simplesmente comerciantes, burgueses, socialistas, bolchevistas, fascistas, artistas formados nas faculdades de oficina, da fábrica,

do campo, do mar, e/ou candidatos a governantes, todos "grandes" conhecedores das idéias anarquistas ensinadas pelos dicionaristas, os colaboradores das enciclopédias, e/ou colhidas nos relatórios policiais.

Seus críticos raramente se dão ao trabalho de ler obras anarquistas, a sua imprensa. Formam uma imagem negativa da doutrina ácrata antes de conhecê-la, de estudá-la. Procedem de forma inversa dos católicos. A maioria destes acreditam no que diz a Bíblia sem a ter lido. Os adversários do anarquismo não acreditam nele porque o não leram. Daí ouvir-se freqüentemente usar o vocábulo Anarquia como sinônimo de desordem, e o de anarquista como um amante da violência, um demolidor da sociedade!

Para os mais generosos, o anarquista é "um visionário, sonhador, utopista".

E, no entanto, Anarquia é um estado de sociedade governada pela razão, pela ordem voluntária, e pela educação. Em Anarquia todos os seres humanos têm direito à vida e ao usufruto das riquezas naturais e advindas do trabalho livremente associado. É uma comunidade humana baseada fundamentalmente na liberdade que permite aos indivíduos desenvolver todas as suas potencialidades criadoras, artísticas e o sentido da solidariedade com o "mágico poder" de ligar os homens emocionalmente pelo coração e pelo cérebro.

O anarquista é, portanto, uma pessoa adepta da Anarquia. Um cidadão contrário à desigualdade existente nas sociedades mercantilistas, bélicas, imperialistas, exploradoras que alienam e subjugam as pessoas em prejuízo da felicidade, da vida!

Para o anarquista a coisa mais importante a preservar e desenvolver é o ser humano, por isso advoga a liberdade integral, (física, psíquica, religiosa, política, econômica etc.) como meio de permitir a cada indivíduo a possibilidade de despertar e desenvolver todas as suas capacidades e aptidões, sem temores, cerceamentos e/ou frustrações.

Sociedade aberta, cultiva a liberdade como direito também de defesa da própria liberdade, como a saúde e o oxigênio que respiramos. Por isso mesmo Anarquia e Ordem não são inimigas.

Anarquismo e doutrina

O anarquismo firma-se no apoio mútuo e na solidariedade humana. É uma doutrina e uma filosofia de vida profundamente humanitarista. Seus militantes integram-se ideologicamente, formando organismos humano-sociais, valores universais dentro dos grupos, das federações e na sociedade.

O anarquismo embasa-se numa Nova Ordem Social de liberdade plena, na qual as riquezas naturais, resultantes do trabalho manual, intelectual e mecânico ou eletrônico, isto é, a produção, o consumo e a educação, devem satisfazer às necessidades de todos e de cada um, independente das idades, sexos, raças e/ou cores.

O anarquismo propõe a substituição da organização regulamentada por cercas jurídicas, obrigatoriamente padronizada e robotizadora, pela organização voluntária, embasada no livre acordo, espontaneamente firmado por afinidades, eternamente dissolúvel, desde que os interesses e reciprocidades deixem de existir.

Tornou-se hábito estabelecer consensos, regras, leis condicionadoras, em dimensões tais que alienem o homem para que este aceite resignadamente a desigualdade e a exploração. O anarquismo opõe-se a estes costumes, não aceita que o homem precise ser governado e/ou explorado, e repele o conceito condicionador de que o contrário, além de utópico, é irrealizável, uma calamidade pública de proporções incalculáveis.

Não é verdade que o indivíduo precise sofrer a autoridade dos governantes e dos seus auxiliares, para ser cumpridor de seus deveres, saber conviver com a liberdade que, por obra e graça de sofismas políticos, "termina sempre onde começa a do seu semelhante", como se todos os seres humanos tivessem necessidades que pudessem ser medidas ou pesadas.

O anarquismo – doutrina dos anarquistas – rechaça a "convicção" de que o homem deva deixar-se deformar abdicando daquilo que possui de mais importante: a inteligência, a razão, a

vontade de ser livre! Vê a liberdade como um patrimônio público, tão necessário ao desenvolvimento humano quanto a luz e o ar que respiramos. Por isso os anarquistas advogam que o acesso de todos a esse valioso *Bem Comum* se transforme em *Princípio* dentro da *Nova Educação!*

O anarquismo é a filosofia da Humanidade. Todos nós – querendo ou não – somos um pouco anarquistas. Os seres humanos se completam no anarquismo e atingem a expressão máxima de seu desenvolvimento.

O anarquismo não se fecha, não está enquadrado em nenhum esquema preestabelecido a servir de roteiro para a conduta humana. É a própria Vida! Vai até onde o sentido da liberdade o possa conduzir. A essência da *Anarquia* é a liberdade plena e a responsabilidade. A sua atualidade fica provada pelo interesse despertado nas novas gerações de pesquisadores, professores, escritores, teatrólogos e cineastas. Aí estão suas obras, suas novelas, seus filmes. Eis a mensagem de ***A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos***, de José Oiticica.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1983

PRIMEIRA PARTE

I

1. Noção da felicidade – Todos nós, na vida, temos nosso quinhão de sofrimentos e, ainda quando sejam mínimos os nossos, vemos, em torno, tragédias cotidianas, desgraças individuais ou calamidades coletivas.

A minoração desses sofrimentos constitui o ***progresso***, para o qual concorrem sábios, filósofos, pedagogos, obreiros manuais etc.

Os homens procuram tenazmente minorar, quanto possível, essas dores e alcançar um estado de máxima felicidade.

2. Noção do bem e do mal – A tudo quanto produza o sofrimento chamamos ***mal*** e a tudo quanto o minore e evite, ou aumente a felicidade, chamamos ***bem***.

Entretanto, para compreender mais profundamente em que consiste o ***bem*** e o ***mal***, importa conhecer qual o processo geral da ***vida*** na Terra.

3. Energias universais – O mundo é um jorro de energias. Essas energias manifestam-se sob vários aspectos: luz, calor, eletricidade, magnetismo, gravitação etc.

O corpo humano, como o de qualquer ser vivo, é também um equilíbrio de energias entre as energias universais, ou, mais claramente, é uma máquina transformadora de energias cósmicas, absorvidas no alimento e no ar respirado. Quando a máquina, por algum defeito, se torna incapaz de operar convenientemente essa transformação dá-se o depauperamento do corpo e a morte.

4. Energias favoráveis e desfavoráveis – A natureza, isto é, o conjunto de todas as energias, não é, para o homem, nem ***boa***, nem ***má***, é ***indiferente***. Só os ***efeitos*** dos fenômenos naturais sobre a vida humana são ***bons*** ou ***maus***. Assim, por exemplo, a ***chuva***, por si, não é boa nem má; entretanto, a mesma chuva, no mesmo lugar, e à mesma hora, pode ser boa para um lavrador e má para outro, conforme a espécie da lavoura ou as condições topográficas.

Só há, portanto, para o homem, energias ***favoráveis*** ou ***desfavoráveis***.

5. Energias aproveitáveis – O problema vital do homem, como o de qualquer ser, cifra-se em ***aproveitar***, no mundo, as energias favoráveis ao seu organismo e anular ou desviar as energias desfavoráveis.

Uma cachoeira perturba a navegação de um rio, é, pois, energia desfavorável; mas, captada para mover turbinas, fornece eletricidade e torna-se energia favorável.

As energias suscetíveis de utilização pelo homem são energias ***aproveitáveis***.

E agora podemos definir, com exatidão, o ***bem*** e o ***mal***. É ***bem tudo quanto concorre para manter*** ou aumentar energias ***aproveitáveis***, e ***mal tudo quanto concorre para diminuir*** ou ***estorvar o aproveitamento dessas energias***.

6. As cinco feições das energias humanas – O homem, como transformador de energias cósmicas, manifesta, em sua existência social, essas energias sob quíntuplo aspecto: energias ***físicas***, ***mentais***, ***morais***, ***práticas*** e ***sociais***. As primeiras chamam-se vulgarmente ***vigor*** e ***saúde***; as segundas, ***inteligência*** e ***cultura***; as terceiras, ***vontade*** e ***caráter***; as quartas, ***habilidade*** e ***vocação***; as quintas, ***altruísmo*** e ***sociabilidade***.

Veremos adiante que, sobre essa divisão quíntupla, deve assentar todo o sistema da educação.

7. O problema humano consiste em ***obter da terra a maior soma de felicidade geral***.

Isso consegue-se, antes de tudo, pela ciência, porque só ela estuda as energias naturais, descobre os meios de aproveitá-las ou desviá-las se são desfavoráveis.

II

8. O mal-estar humano – O eminente escritor anarquista, Sébastien Faure, escreveu um livro intitulado *A Dor Universal*. Mostra ele, nesse livro, que todos os homens sofrem, qualquer que seja a sua condição social, muito mais do que seria natural sofrerem. Descreve, com absoluta verdade, os padecimentos dos homens, padecimentos em grande parte evitáveis, se a sociedade estivesse organizada diferentemente. Lembra os profundos vícios, como o alcoolismo, o jogo, a prostituição, os estragos do éter, da morfina, da cocaína, os latrocínios, os processos, as guerras, o militarismo, a escravidão dos trabalhadores rurais e urbanos, a luta de morte entre banqueiros, comerciantes, políticos, o pavoroso encarniçamento de homens e mulheres atrás do dinheiro, denominador comum de todos os valores terrenos.

Assim se explica esse mal-estar humano, essa perpétua crise social em todas as nações e cuja causa fundamental só a doutrina anarquista conseguiu revelar, analisar e resolver.

9. Causas do mal-estar humano – As causas da infelicidade são de duas ordens: ***naturais*** e ***artificiais***.

As ***naturais*** são os próprios fenômenos do universo, as próprias energias cósmicas desfavoráveis, que o homem não logra anular ou evitar; exemplos: os terremotos, as erupções vulcânicas desastrosas, as chuvas demasiadas, as secas prolongadas, as ressacas marítimas, as inundações fluviais, as epidemias, as moléstias etc.

Pouco a pouco, os homens vão minorando a intensidade e a extensão dessas causas com suas invenções e descobertas.

As causas ***artificiais*** são decorrentes da má organização social; exemplos: a escravidão, o militarismo, o banditismo, a miséria, a prostituição, os vícios etc. Mas todos estes males são conseqüentes a uma causa única e fundamental: ***a propriedade***.

10. Noção de propriedade – Os homens tiram as riquezas necessárias ao seu sustento, da terra. Das minas, extraem minerais; nas leivas, plantam cereais; dos pomares, colhem frutos; nas fábricas, manufaturam objetos de uso, utensílios, instrumentos de produção. Essa atividade do homem chama-se trabalho.

Do seu trabalho exclusivo um só homem não conseguiria viver, ou viveria na miséria. Mas ***a união faz a força***, e os homens, associando-se, centuplicam os seus poderes com a especialização e o método, conseguindo resultados verdadeiramente incríveis: colossais edifícios, gigantescas pontes, maravilhosos navios. Assim, ao passo que, sozinho, o homem seria pobre, todos os homens, bem associados, deveriam ser opulentos. Entretanto, somente poucos são milionários; grande número apenas remediados, e a maior parte, paupérrimos. Por que isso? Porque a pequena fração dos ricos tomou para si toda a terra. Se um indivíduo necessitado apanhar uma enxada e entrar a lavrar um terreno inculto, logo lhe sai pela frente outro homem que lhe embarga o trabalho por ser exclusivamente seu aquele terreno. Ele é **o *proprietário*, o *dono*, o *senhor*** e tem o ***direito de propriedade*** sobre aquele lote, podendo permitir, ou não, que outro homem o cultive. Quando permite, reserva para si um quinhão, geralmente o maior, dos produtos colhidos pelo agricultor.

Vamos ver que esse ***direito de propriedade*** é a fonte de todas as injustiças e desgraças humanas artificiais.

11. Injustiça da apropriação da terra – Esse direito de ***monopólio da terra*** obtido por ***compra, herança, doação, guerra*** etc. parece-nos natural e justo porque estamos, há milhares de anos, a ele habituados; porém facilmente avaliaremos a monstruosidade que isso é com três simples considerações:

a) – Suponhamos que algum extraordinário inventor lograsse um meio de apropriar-se de todas as águas potáveis e nos impusesse, a troco de água, serviços ou dinheiro. Figuremos ainda que outro se apropriasse da atmosfera e se pusesse a vender-nos balões de ar, ou ainda outro, captando a luz do sol, no-la cedesse por dinheiro. Tê-los-íamos por infames egoístas. O sol, o ar, as

chuvas, o mar são ***dons naturais*** e ninguém tem o direito de se apropriar deles para explorar os outros homens, pois os dons naturais são, e devem ser, segundo ensina a economia burguesa, gratuitos; não devemos comprá-los nem pagá-los com trabalho. Ora, isso que achamos tão monstruoso com o ar, a luz, o mar, as águas pluviais não nos revolta relativamente à terra. Entretanto, é o mesmo caso. A terra é igualmente ***dom gratuito*** da natureza e ninguém deveria apossar-se dela; nem retalhá-la para explorar o trabalho dos demais homens.

Essa é a ***injustiça fundamental*** da organização vigente e contra a qual os anarquistas se rebelam, demonstrando que, dessa injustiça, derivam todas as outras injustiças. O anarquismo declara que a apropriação das terras por um indivíduo, como a apropriação das águas, do ar ou da luz é um ***roubo*** feito aos outros homens, uma extorsão criminosa, o erro inicial de todas as desordens sociais.

b) – Essa injustiça se torna patentíssima se repararmos, por exemplo, na instituição da ***herança***. Nasce um indivíduo e, se o pai é dono de léguas e léguas quadradas de terra, só pelo fato de ser o pai o proprietário, sem nenhum esforço ou trabalho seu, sem concorrer com o seu contingente físico ou intelectual, torna-se ***herdeiro***, isto é, dono dessas terras, podendo vendê-las, arrendá-las ou deixá-las totalmente incultas. E os demais homens necessitados não têm o direito de lavrar essas terras sem consentimento do herdeiro.

c) – ***Essa injustiça fundamental*** é tão grave que tornou o regime econômico mundial um verdadeiro ***paradoxo***, a saber, ***mais tem quem menos trabalha*** ou ***menos tem quem mais trabalha***.

Com efeito, o ***proprietário*** da fazenda ou da fábrica ou da casa comercial ocupa-se dos serviços mais suaves, quando se ocupa, e aufere os maiores lucros, ao passo que os escravos, os salariados, os caixeiros, os operários, aqueles que mais horas e mais pesadamente trabalham, recebem, sob forma de ***ordenado***, uma fraçãozinha das riquezas produzidas.

III

12. Propriedade e autoridade – Se alguém se apropriasse da luz solar, os outros homens se revoltariam e, por todos os meios, tratariam de privá-lo desse odioso monopólio. Igualmente, conquanto há séculos habituados ao regime da propriedade, os não-proprietários se revoltariam contra os possuidores das terras, se estes não se defendessem, usando da força, da violência, de todos os meios de coação física e moral. Estudaremos esses meios, um por um, mais tarde. Eles constituem, na realidade, um aparelhamento complicado.

A organização dessa força compressiva chama-se ***autoridade*** e seus órgãos são vários: rei, presidente da República, ministros, chefes de polícia, delegados, almirantes, generais, juízes etc. etc.

13. A concorrência – Os possuidores, entretanto, não lutam somente contra os não-possuidores; procuram, de todo o jeito, extorquir-se mutuamente. Cada qual deseja mais possuir, enriquecer sempre e todos investem, furtando. Essa luta chama-se *concorrência.*

Essa concorrência, dizem os defensores da propriedade, é o maior incentivo do progresso, pois estimula os homens para a luta pela vida, fazendo-os inventar aparelhos, aperfeiçoar máquinas, descobrir processos de fabricação, apurar a técnica industrial. Isso é perfeitamente exato e nada objetaríamos se os males por ela gerados não fossem tão extensos e profundos, que reduzem o progresso humano à lenta e dolorosa marcha através dos mais duros sofrimentos. Veremos adiante todos os desastres resultantes da concorrência; mas, desde já, entremostraremos o seu vício fundamental com uma simples observação.

Se o problema do homem é lutar contra as energias naturais desfavoráveis para anulá-las ou evitá-las, transformando-as, quanto possível, em favoráveis e aproveitáveis, evidentemente melhor o fará pela colaboração inteligente de todos do que pela encarniçada luta de uns com os outros. A última guerra, a guerra mundial, foi o mais extraordinário esforço conjugado dos homens,

corpóreo e mental, da história. Se todo esse incalculável acervo de energias naturais se voltasse contra as energias naturais desfavoráveis, o homem teria, em cinco anos, realizado formidável progresso. Um sábio francês calculou que, se uma fração insignificante do dinheiro gasto pela França em canhões, metralhadoras, carabinas, navios e aviões, durante a guerra, fosse aplicada a captar as cachoeiras do Ródano, essa energia elétrica, ainda hoje desaproveitada, forneceria trabalho para mais de 100 milhões de homens. Entretanto, a população da França, decresce, não havendo atingido 40 milhões. E esse mesmo autor observa que várias tentativas têm sido feitas para aproveitar essas cachoeiras, mas todas hão sido improfícuas por desacordos indeclináveis entre os proprietários.

Porém, o vício mais essencial da concorrência é ser ela o deturpador feroz e constante da natureza humana. Com efeito, ela cultiva e afia os instintos egoístas e abafa ou embota os altruístas. O homem torna-se lobo, ou, na frase latina, ***homo lupus***. O povo, na sua sabedoria, diz: – Amigos, amigos, negócios à parte. – Nos negócios, quer dizer, na luta comercial, na concorrência econômica, desaparecem os amigos, todos somos, uns dos outros, inimigos. Brigam irmãos por causa das heranças e rios de dinheiro se gastam com processos, falências e o mais.

O anarquismo propõe, em vez da concorrência, a ***colaboração***, a harmonia no trabalho, pois só essa harmonia, multiplicando as forças humanas contra a natureza, dará fartura e bem-estar a todos.

Note-se que essa concorrência não se limita aos indivíduos de um mesmo território ou país; estende-se aos possuidores de todas as nações e é portanto internacional ou mundial.

14. O Estado – Nessa luta ferrenha, os homens se estraçalhariam se não fossem reguladas suas investidas pela ***autoridade***. A segunda função da autoridade, pois, é regular a concorrência econômica, estabelecendo normas na competição, impedindo, normalmente, que se transforme em saque e morticínio.

A organização da autoridade chama-se *Estado*.

15. Sétupla feição do Estado – Como órgão da defesa dos proprietários contra os proletários e de regularização da concorrência entre possuidores, assume o Estado sete feições: a feição *econômica*, a feição *financeira*, a feição *política*, a feição *militar*, a feição *jurídica*, a feição *pedagógica* e a feição *religiosa*.

16. A feição econômica – O homem, para apropriar-se das energias necessárias à vida, tem de acionar as energias cósmicas ao seu alcance. Quando ele apenas recebe essas energias, por exemplo, o calor solar, esse calor é um *dom gratuito*, uma energia não acionada por ele. Quando, porém, esse mesmo calor é aproveitado para evaporar a água de uma salina, torna-se força acionada pelo homem para um fim produtivo e constitui um *capital*. A terra lavrada é *capital*. O próprio corpo humano é *capital*. Os instrumentos de produção também. Chama-se, pois, *capital* toda a energia acionada para captar energia útil.

17. Os característicos da feição econômica. – O que, porém, caracteriza a feição econômica do Estado é ser o capital por ele garantido *particular*, isto é, detido por um indivíduo, um grupo de indivíduos ou pelo próprio Estado, com exclusão dos demais.

Uma sociedade onde o capital é particular denomina-se *capitalista*. O anarquismo propõe uma sociedade onde o capital seja comum a todos. Quer, pois, uma sociedade *comunista*.

Desse característico geral decorrem outros caracteres do capital. Primeiro, ele é *transmissível*. Nesse regime, sendo o indivíduo dono do capital, pode vendê-lo, trocá-lo, dá-lo. Em regime anárquico, o capital é *social*, pertence à sociedade e é, por isso, *intransmissível*.

A transmissibilidade do capital gera a sua *acumulabilidade*. Qualquer indivíduo pode acumular, *para seu uso e abuso exclusivo* todo o capital por ele adquirido pela concorrência, dentro do *direito*, quer dizer, sem ir de encontro às leis, ou fugindo às leis, mas evitando a polícia e os tribunais (roubos, furtos, estelionato etc., impunes). Em regime anárquico, o capital é *inacumulável*, pois os indivíduos, como veremos, têm somente o usufruto dos bens.

O leitor deve refletir muito nesse caráter da *transmissibilidade e acumulabilidade do capital*, pois nesse fato assenta o eixo mesmo da sociedade capitalista, o regime da exploração organizada. É pela transmissão e acumulação que os parasitas e agiotas, comerciantes espertos, banqueiros, usurários, todos, enfim, *enriquecem*.

18. A moeda – Para facilidade, quando possível a transmissão e o acumulamento, o Estado possui um instrumento precioso: a *moeda*. A moeda é um objeto resistente, de grande valor em pequena massa maleável. Ela serve de padrão aos demais valores permutáveis. A substância universalmente aceita, por preencher melhor as condições de moeda, é o *ouro*. Para menores valores, servem também a *prata*, o *níquel* e o *cobre*. Assim, sendo eu produtor de café, se pretendo adquirir roupas, não vou ao produtor de roupas com sacos de café, mas com moedas de ouro correspondentes ao preço do café necessário para a aquisição das roupas.

19. A moeda-papel – Entretanto, como seria incômodo andar pelas ruas com sacos de moedas, o Estado, ou certos possuidores, com licença do Estado, e por ele fiscalizados, imprimem *notas* de papel que circulam de mão em mão como se fossem ouro. Essas notas, com efeito, representam o ouro que ficou em depósito no tesouro nacional ou nos *bancos* dos possuidores.

20. Os bancos – Nas grandes transmissões ou nas transmissões entre países, ainda seria incômodo usar as notas de papel, pelo trabalho de estar a contá-las e trocá-las. Por isso, o Estado ou alguns possuidores agrupados, ocupam-se do serviço de intermediários na transmissão de dinheiro. As casas por eles fundadas chamam-se *bancos*. Em vez de transmitirem dinheiro, transferem ordens de pagamento, *cheques* ou *cambiais*. Por esse meio posso emprestar dinheiro a indivíduos de todo o mundo que jamais vi, explorar minas e cachoeiras de terras por onde jamais andei. Quem precisa de dinheiro, isto é, de capital móvel, facilmente transmissível, vai a um banco onde outros indivíduos a quem sobre esse capital o depositaram para empréstimos. Dadas as *garantias*,

levanta esse capital comprometendo-se a pagá-lo em certo prazo e mais uma porção chamada *juros*.

21. A feição financeira – O papel desses bancos no sistema capitalista avultou tanto, que, modernamente, criou nova feição de Estado, a feição *financeira*. Com efeito, os bancos, facilitando enormemente a transmissão e, portanto, o enriquecimento, permitem que um pequeno possuidor, por meio de empregos hábeis do seu modesto capital, se torne em prazo mais ou menos curto, grande possuidor; mas, sobretudo, e é esta a sua maior missão, serve aos grandes proprietários, aos ***banqueiros***, de poderosa máquina de rapinagem e agiotagem internacional.

22. A agiotagem – Tudo quanto se cobra além do seu real valor de produção é ***ágio***. Os juros de um empréstimo são ***ágio***; o lucro de um comerciante é ***ágio***; as luvas dadas pelo locatário de um prédio são ***ágio***, como ***ágio*** é o excesso auferido nas sublocações. A palavra ***ágio*** quer dizer ***aumento*** ou ***majoração***. Para os nossos fins, definiremos mais amplamente ***ágio***; todo ganho obtido sem trabalho ou por trabalho não produtivo. O tipo de agiota é o ***prestamista***, o onzeneiro, e sua atividade denomina-se ***especulação***. Essa especulação degenera freqüentemente em formidáveis rapinagens, como veremos.

Consoante nossa definição, há indivíduos verdadeiramente agiotas que nunca especularam com dinheiro. São todos aqueles que, embora não especulem, servem aos especuladores e cuja profissão só existe por ser útil aos grandes possuidores agiotas. Assim, os advogados, tabeliães, juízes, soldados, deputados e senadores, padres e prostitutas, todos quantos não concorrem para a produção, cuja atividade serve apenas para manter a agiotagem dos possuidores, são igualmente agiotas. Seu ganho é, na realidade, um ágio à produção; seus lucros, em última análise, vão encarecer, ***aumentar o preço*** dos produtos.

Onde há propriedade particular, há agiotagem.

O regime social em que vivemos, a ***arquia***, é o regime da agiotagem. A ***anarquia*** é o regime social ***sem agiotagem***. E como todo agiota é ***parasita***, a anarquia é o regime social sem parasitas.

23. A bolsa, os craques – Quando um indivíduo ou grupo de indivíduos pretende fundar uma empresa ou companhia para explorar certo negócio, se não possui todo ou parte do capital necessário, emite ***ações***, quer dizer, anuncia a outros possuidores, grandes ou pequenos, com sobras de dinheiro, o seu projeto, pedindo-lhes certas somas, alardeando as vantagens do negócio, prevendo lucros ou ***dividendos*** convidativos.

Cada possuidor que empresta recebe certo número de ***ações*** com as quais pode comerciar ou especular, vendendo-as conforme seu valor na praça. Se a empresa é bem sucedida, as ações ***sobem***, são compradas por mais do seu ***valor nominal***, dão ágio, pois o comprador faz um bom negócio de capital. Se a empresa é mal sucedida, as ações ***descem*** e sua venda vai dar prejuízo ao acionista.

O comércio destas ações chama-se ***bolsa*** e os homens encarregados desse comércio, ***corretores***.

Acontece, porém, que os acionistas, sobretudo os pequenos, pessoas afastadas do torvelinho comercial, professores, funcionários, empregados, lavradores etc., não podendo acompanhar os movimentos do mercado internacional, são incapazes de fiscalizar as companhias e os seus diretores. Muitas vezes, as companhias são lançadas por banqueiros, homens profundamente conhecedores dos negócios internacionais e em cujas mãos se acha toda a máquina da agiotagem.

Pode suceder que as companhias, nada conseguindo, abram falência e os acionistas percam todo ou quase todo o seu capital. Sucede também, muitas vezes, que um grande banqueiro, por meio de notícias falsas nos jornais, telegramas tendenciosos, propaganda sorrateira, desprestigie determinadas ações ou sobre elas consiga lançar tremenda desconfiança. Dá-se ***pânico***, todos correm à bolsa para vender as suas ações, o valor delas cai, e, chegadas a nível bastante baixo, o tal banqueiro as compre todas, ganhando, sem esforço, centenas de contos.

Por vezes, dois banqueiros abrem luta, dá-se batalha no jogo das ações, ou ***jogo da bolsa***, e um deles consegue vencer o outro.

Este outro abre falência e arrasta consigo todos os banqueiros seus clientes, companhias, negociantes, pequenos possuidores, pois o banqueiro jogou, não somente com seu dinheiro, mas com o dinheiro confiado à sua guarda. Dá-se então um ***craque***, ou grande falência com outras falências forçadas de casas e companhias prósperas.

24. O encilhamento ou inflação – Ocorre, nos Estados mal administrados financeiramente, como o Brasil, ou nos Estados mais bem guiados, em conseqüência de guerras ou calamidades, que o governo, apertado por credores ou despesas urgentes, não encontra recursos normais para arcar com os gastos. Emite então ***papel-moeda de curso forçado***, quer dizer, notas que não podem ser trocadas por moeda metálica, mas que todos têm de receber como tal. Essas notas perdem logo seu real valor. Se as causas da emissão perduram, vê-se o governo na contingência de emitir notas em maior número. Estas já entram no mercado desvalorizadas e mais desvalorizam as primeiras, de modo que, para comprar certa mercadoria cujo preço normal é de 10 cruzeiros, são necessários 20, 30, 50, 100 e 500 ou mais cruzeiros. Durante a guerra européia, o marco alemão contava-se por milhões e bilhões. No Brasil, logo no início da República, deu-se tal fenômeno conseqüente à especulação e desorientação do governo. Houve verdadeira fúria emissionista. Os especuladores inventam companhias fantásticas e os papalvos vendiam quanto possuíam na esperança de ganhar milhões com os lucros anunciados. Nesses casos a população toma-se de alucinação coletiva e as catástrofes particulares e públicas são tremendas. A primeira e mais célebre dessas especulações deu-se no começo do século 18, em França, com o sistema emissionista do banqueiro escocês John Law.

25. Os impostos – Para custear as despesas da vasta máquina compressora de defesa e regularização, precisam os possuidores de avultadas somas com as quais sustentam seus funcionários. Esse dinheiro não fornecem eles do seu bolso, mas o extorquem dos não-possuidores sob a forma de ***impostos***, ge-

ralmente de *consumo* ou *renda*. Por qualquer compra de objeto, tem o comprador de pagar ao Estado uma quantiazinha para as despesas do governo. Algumas dessas despesas são úteis, obras públicas ou serviços urgentes. A maior porção, porém, é para o funcionalismo quase sempre demasiado.

Aparentemente, os grandes possuidores pagam ao Estado somas respeitáveis, mas, na realidade, eles recobram esse dinheiro dos trabalhadores, dos pobres, *elevando o preço dos produtos vendidos*. Basta que o governo agrave as tabelas de impostos, imediatamente o preço dos produtos agravados sobe nos mercados. E o comerciante, em desculpa aos fregueses, alega sempre o aumento das taxas. Logo, em definitivo, quem sustenta a máquina do Estado, montada contra os trabalhadores, são os mesmos trabalhadores.

IV

26. A feição política – Estado, com as suas sete feições, acha-se arquitetado sobre aparelhos especiais, todos calcados num princípio único: a *centralização*. Todo o poder e administração do Estado se concentra nas mãos de um só indivíduo: rei, imperador, czar, presidente etc. Esse escolhe uma meia dúzia de homens, seus *ministros*, a ele subordinados e os coloca à testa de cada um dos aparelhos governativos. Abaixo dos ministros vem uma série, cada vez mais numerosa, de funcionários subordinados, até chegar à massa popular. Por isso dizemos nós que o Estado se acha organizado em *pirâmide*: na base, o povo; no vértice, o rei, o imperador, presidente, o chefe de Estado, em suma.

27. Formas de governo – Os possuidores, já vimos, para o duplo mister de *defesa* contra os não-possuidores e *regularização* da concorrência entre eles, têm de concentrar todas as suas forças ou nas mãos de um só indivíduo com poderes de tudo fazer a seu talante, "*autocracia*"; ou nas mãos de um só indivíduo, vitaliciamente, mas em parte sujeito às decisões de alguns homens eleitos pelo povo, "*monarquia*"; ou nas mãos de um só indivíduo

temporariamente eleito pelo povo e igualmente assistido por um *parlamento* de representantes do povo, "*república*".

Em certos povos, o autocrata se diz diretamente escolhido por um deus e torna-se *teocrata* e o regime político chama-se *teocracia*. Este teocrata tem um corpo de sacerdotes seus comparsas e domina pela superstição chamada *religião*. Porém, para conter o povo e lutar contra os outros povos, necessita de uma fração armada, de um *exército* ou *polícia*. Acontece, entretanto, que essa fração militar vai pouco a pouco percebendo que esses sacerdotes não se comunicam de modo algum com a tal divindade. Derruba-os, escolhe um chefe e torna-se casta militar; mas compreendendo o valor dominativo da religião, mantém a casta sacerdotal. Esta formula, então, uma teoria segundo a qual o chefe militar é também representante *temporal* da divindade e recebe tal poder quando o sacerdote o *unge* e *coroa*. Ele fica sendo *monarca* por direito divino. Com o correr dos tempos, o povo entra a duvidar desse direito divino; percebe que esse pretenso direito é um engodo, só para mantê-lo *obediente*, porque, sem a obediência, não podem os possuidores explorar tranqüilamente. Então rompem revoltas e os possuidores, que jamais creram no *direito divino*, procuram outro meio de iludir o povo. O meio achado no século 19 foi o *sufrágio*. Segundo essa doutrina, o povo não deveria deixar-se governar por *monarcas*; deveria governar-se por si mesmo. Todavia, como impossível é que toda a população do país se reúna em parlamento para resolver questões ou administrar conjuntamente, faz-se mister que escolha certo número de *representantes* seus e lhes *delegue* poderes amplos de, por eles, falar e resolver. Sucede, porém, que, por meio da compressão, do suborno, de todas as ameaças, facílimas aos possuidores e dificílimas aos não-possuidores, os sobreditos *representantes do povo*, são sempre representantes dos possuidores, por eles sustentados para defenderem seus interesses. A tal regime chamaram *democracia* ou governo do povo.

As nações européias e americanas adotam o regime *democrático*. Como, entretanto, as desordens, o mal-estar, as

calamidades sociais perderam sempre, o povo, mormente com a propaganda anarquista, vai-se compenetrando desta verdade dolorosa: ***a democracia é mais um engodo dos possuidores à massa trabalhadora.***

Para defender o sufrágio e prosseguir no regime democrático, proclamam ter vindo o malogro de não ser o sufrágio exercido bem secretamente e de fugirem os cidadãos ao ***dever de votar.*** Tomam-se medidas cada vez mais rigorosas para que seja o voto bem secreto e obrigatório. Isso, entretanto, não bastou. Estendeu-se às mulheres, depois da guerra européia, a obrigação do voto. Porém, como as desgraças sociais não derivam da inexecução do sufrágio, senão do regime da propriedade, da fúria da concorrência, esse último recurso à máxima extensão do sufrágio não tem adiantado nada. Tudo prossegue como dantes e os mesmos desastres, a mesma crise faz que os homens sofram.

28. Males do voto – Para os partidários do sufrágio universal possui o voto as seguintes virtudes:

a) – é uma livre delegação da vontade do eleitor a indivíduos que reputa capazes de exercer por ele cargos políticos; *b*) – faz surgir, no país, partidos políticos com programas claros, partidos que fiscalizam os atos uns dos outros impedindo escândalos administrativos, denunciando os responsáveis etc.

A isso respondemos: ***a*** – que os votos raramente são ***livres,*** porque 1.° – não são ***conscientes,*** por não conhecerem a maioria dos cidadãos os problemas nacionais, sempre complexos e vários, não votando eles em determinado candidato por ser este competente, mas por empenhos, por partidarismo, pelos reclamos feitos do seu nome, por dinheiro ou por amizade; 2.° – o voto cria os partidos e os partidos têm um duplo inconveniente: levam os homens a esquecerem os problemas capitais de interesse coletivo e se esfalfarem, anos e anos, em questiúnculas do partido, em brigas eleitorais: só se mantêm pela ***disciplina*** partidária, segundo a qual todo o cidadão do partido há-de cumprir à risca e aceitar, sem protestos, as decisões do chefe ou do ***conselho diretor,*** conselho esse formado sempre de ***elementos da classe possuidora;***

3.° – o voto, sendo uma ilusão, desvia a atenção dos não-possuidores e dá-lhes uma esperança fictícia, impedindo-os de procurarem noutras doutrinas a solução exata do problema social, solução forçosamente contrária aos possuidores; 4.° – o voto cria o *político profissional*. Enfim, basta considerar na insistência com que os possuidores, os políticos profissionais, os exploradores do povo concitam o mesmo povo a votar, apresentando-lhes o voto como a chave do problema social, para que desconfiemos dele, pois não iriam os donos da terra despojar-se dos seus privilégios por vontade própria.

29. O político profissional – Merece especial exame como criação do voto, isto é, do sistema representativo, o político profissional, um dos grandes inimigos das classes proletárias.

Estréiam tais senhores como prepostos de políticos importantes ou proprietários *influentes*. Para subirem no conceito desses chefes, sujeitam-se às maiores transigências e descem freqüentemente a baixezas, vilanias e crimes. De cabos eleitorais, aliciadores de votantes, se têm alguma instrução, candidatam-se, amparados pelo chefe, a vereadores municipais, depois a deputados estaduais e, se as manhas políticas o ajudam, a deputados, senadores federais, governadores, ministros. Para obterem *eleitores*, entram a *prestar serviços*, isto é, conseguir, por empenho da administração local, estadual ou federal, favores, dispensas, nomeações, concessões, que não conseguiriam licitamente. Forjam, assim, uma roda mais ou menos vasta de indivíduos presos por esses laços duvidosos, os quais, em troco de tais *finezas*, lhes dão sempre o voto nas eleições. De modo que, geralmente, os votos representam interesses subalternos, pagamentos indiretos a serviços indecentes, nunca, ou mui raramente, opiniões sinceras e pensadas.

Resultado: os políticos profissionais, diretores e manobradores das eleições, montam, para seu uso e uso dos seus patrões, os homens de dinheiro, uma vasta máquina eleitoral que lhes assegure a entrada no parlamento. Tornam-se, na realidade, os únicos verdadeiros eleitores, as guardas avançadas e os testas-de-

ferro dos possuidores. São, pois, inimigos natos, embora blandiciosos, dos não-possuidores, dos proletários.

30. O voto obrigatório – Se o voto, como vimos, é um mal para o trabalhador escravizado aos endinheirados, pior mal será, logicamente, sua obrigatoriedade.

O interesse máximo dos proletários é libertarem-se da influência dos políticos, fugir da política, escorraçar das suas associações esses caça-votos, enganadores de profissão, cujo principal mister é iludir os pobres com promessas vãs de melhorias.

O voto obrigatório é o meio sugerido por espertos políticos aos donos da terra para forçarem o trabalhador e os homens livres à tutela dos mesmos políticos. O hábito de votar vicia o trabalhador e desvia-lhe a atenção e atividade dos problemas sociais e das reivindicações imediatas. É o que se tem dado na Europa, onde massas densas de proletários, arregimentados em partidos, obedecem cegamente a este ou àquele chefe e se tornam incapazes de pensar por si e estudar as causas da sua miséria. A máxima fundamental, na luta contra os exploradores do trabalho, é que: ***a emancipação dos trabalhadores há-de ser obra dos mesmos trabalhadores***. Não devem confiar, portanto, a sua libertação a braços alheios, sobretudo aos dos seus opressores. Votar, para um trabalhador, é crime e contra o voto obrigatório devem erguer eficaz protesto, praticando a ***greve do voto***.

V

31. A feição militar – O mais pronto recurso dos possuidores, na defesa contra os não-possuidores, é a força bruta, ***a violência organizada***. Chamam a isso ***defender a ordem***.

A ***ordem***, para eles é a ***não-reclamação***. Eles permitem certas reclamações superficiais, que não perturbem ou contestem sua exploração metódica. Se essa exploração empobrece de tal maneira as massas, que torna insuportável a vida, surgem graves conflitos, motins e revoluções. Para sufocá-las, o Estado, valendo-

se da ignorância e miséria proletária, arregimenta suficiente número de soldados, paga-lhes um *soldo*, veste-lhes uma farda e, resguardado por duros castigos e férrea *disciplina*, confia-lhes armas aperfeiçoadíssimas. Assim, são os próprios proletários, aliciados na polícia, no exército, na marinha de guerra, que sustentam os ricaços contra os pobres.

Se os trabalhadores chegassem um dia à compreensão desse fato, não se alistariam jamais como soldados e, se os soldados se compenetrassem da verdadeira traição que praticam contra seus irmãos de miséria, deixariam as armas ou voltá-las-iam contra os ricos, contra os governos.

32. A disciplina – Para conseguir dos soldados, ex-homens, essa passividade da besta, profundamente irracional, esse automatismo de máquina mortífera, emprega o Estado especiais processos para criar-lhes a mentalidade do escravo.

O conjunto desses processos chama-se *disciplina*.

Pela *instrução militar*, habitua-o à servilidade sob comando. Manda-o perfilar-se, dar meia-volta, apresentar armas, fazer alto, marchar, exigindo regularidade perfeita, mecânica, nos movimentos. Enfiando-lhe a farda vistosa, com perneiras, talabarte, cinturão, quepe, *diferente* dos outros, classe especial, não-trabalhadora, não-povo. Depois, constrói uma escala de postos, com ordenados crescentes e crescentes *autoridades*, fazendo assim, da malícia *carreira* e viciando os indivíduos no vício de *mandar*, de ser *superior*. Assinala cada supremacia com divisas, galões, bordados, e organiza rigorosa tabela de precedências e pragmáticas.

Isso é fogo de vista para iludir os ingênuos. Nada valeria, porém, se não fora a cultura moral cuidadosamente preparada para o fim da defesa. Essa cultura assenta na *obediência*. O soldado há-de obedecer rigorosamente a seu *superior*. Para obter isso, infundem-lhe, com incessantes admoestações, avisos, discursos, a noção da *honra militar*. Como fim elevado, nobre ideal, missão gloriosa, apontam-lhe a defesa da *pátria*. O *patriotismo*, sentimento natural, é pelo Estado convertido em ele-

mento psicológico de obediência para fins egoístas, para *manutenção da ordem*, para repressão violenta e brutal dos famintos e desafortunados. Ao menor zunzum de greve, chama-se a polícia, e, se não basta a polícia, recorre-se ao exército. E este, formado para defender a pátria contra inimigos externos, faz-se feitor de fazenda para surrar escravos e forçá-los ao trabalho, caladinhos.

Pela disciplina, o soldado não tem opinião, não pode julgar nem discutir os atos do seu superior, há-de cumprir as *ordens* sem direito de examinar sua justiça ou injustiça. Comete, assim, muitas vezes, monstruosos crimes inconscientemente ou estupidamente, porque a disciplina lhe deliu, no ânimo, todos os resquícios de independência moral.

33. Alguns exemplos – 1.° Nos últimos tempos da monarquia, o governo imperial, atendendo às reclamações dos proprietários de escravos, ordenou ao exército que se pusesse à cata dos pretos fugidos das fazendas. Reunido o Clube Militar, declararam as altas patentes, já muito inclinadas à República, que o exército fora criado para defender a pátria e não para pegar escravos. Essa recusa foi um ato de *indisciplina*, mas ficou célebre na história do Brasil, por ter sido nobre e humana. Se, porém, os generais e coronéis signatários dessa resposta, houvessem, por disciplina, obedecido às ordens imperiais, os soldados teriam invadido as matas, como faziam os da polícia, e reconduziriam os pretos cativos aos seus senhores carrascos.

2.° A guerra civil de Canudos foi uma rebelião de sertanejos ignorantes e fanáticos, poucos, e quase desarmados. Um governo medianamente sensato procuraria convencê-los, com brandura, instruí-los, abrindo escolas, enviando-lhes professores, chamando-os à razão, ouvindo-lhes as queixas, promovendo acordos plausíveis. Em vez disso, mandou o governo, em tempos de Prudente de Morais, um exército de 10.000 homens canhoneá-los e metralhá-los sem piedade, e o general Artur Oscar ordenou a degola dos últimos prisioneiros. Semelhante selvageria foi realizada por soldados geralmente provindos desse mesmo sertão. Mataram, assim, seus próprios patrícios, talvez parentes.

3.° Em 1910, os marinheiros de guerra, indignados com o regime de chibata a bordo, insurgiram-se. Foi um ato de ***grave indisciplina***, mas que os livrou, para sempre, do chicote. O governo, apavorado, cedeu e firmou acordo, no qual se estipulava plena anistia. Pois bem, malgrado a anistia, os instigadores do movimento justo foram presos, levados para bordo do vapor "Satélite", e lá fuzilados sem mercê. Outros foram assassinados nos cubículos da Ilha das Cobras, sufocados com cal, por ordem do comandante Marques da Rocha.

Esses fuzilamentos e assassínios foram praticados por soldados e marinheiros em nome da disciplina. Se o não fizessem, seriam ***indisciplinados***, criminosos, provavelmente fuzilados também.

Contra semelhante disciplina, inventada pelos donos da terra para manter ajoujados os trabalhadores, protestam os anarquistas, concitando os soldados a se rebelarem contra as ordens infames dos seus superiores e atirarem ao lixo carabinas, fardas e patentes. Sujeitar-se à disciplina é ser escravo.

34. A feição jurídica – O ideal dos proprietários e ricaços seria naturalmente impor a sua vontade, pura e simplesmente, aos trabalhadores. Assim faziam efetivamente os reis antigos, os senhores, os conquistadores com os povos vencidos. O arbítrio do forte é sempre a ***lei*** para o fraco.

Esse arbítrio, todavia, nem sempre ficou impune. Como a tendência da autoridade é ***abusar*** e os abusos provocam desesperadas revoltas, os possuidores, temendo-as, foram, no decurso dos séculos, submetendo-se a certas exigências, fazendo concessões, aceitando imposições. Uma delas, por exemplo, foi a dos senhores ingleses rebelados contra o rei João sem Terra. Obrigaram-no a aceitar a Magna Carta e a nada resolver sem consentimento deles reunidos em Parlamento. Outra vitória foi a do povo francês pondo abaixo a realeza, o clero e a nobreza em 1789, criando uma assembléia popular e firmando uma ***Declaração de Direitos***, princípios fundamentais que os dirigentes e proprietários deveriam respeitar.

35. A lei – Esses princípios impostos pelos não-possuidores, pedaços de liberdade conquistados à força, chama-se *lei*.

Há, contudo, outra fonte de *leis*. Vimos que uma das funções do Estado é ***regularizar a concorrência***. Essa regularização é feita em pequenas declarações, denominadas ***artigos***, enfeixadas num código ou distribuídos em ***regulamentos***, ***posturas***, ***estatutos*** etc.

Temos, assim, duas espécies bem caracterizadas de leis: as conquistadas pelos pequenos contra os fortes e as decretadas pelos fortes contra os pequenos, para garantia da sua exploração.

36. Luta contra as leis – Os possuidores, sempre que podem, furtam-se ao cumprimento das leis impostas pelos não-possuidores, ou fabricam, nos seus parlamentos, leis opressivas, contra as quais os não-possuidores clamam na imprensa ou na praça pública.

Ainda quando não se dá isso, o povo sente com o progresso das idéias de liberdade, e agora com a propaganda anarquista, que todas as leis são peias, meios de exploração, embaraços ao livre entendimento dos homens. Por isso, anulada uma dessas leis-arrocho, o povo investe contra outra, critica-a, revela-lhe os absurdos e a artimanha. Sente-se, então, que a luta prosseguirá enquanto houver o domínio da terra pela maioria parasitária.

Por essa razão dizem os anarquistas que as únicas leis boas são as que extinguem outras leis. Exemplo: o decreto de 13 de maio, que extinguiu todas as leis reguladoras da escravidão no Brasil.

Veremos que, na organização anárquica, teremos, em lugar de leis, isto é, de imposições, o sistema dos ***acordos livres***, assentados nas assembléias de classe.

37. Os parlamentos – Na Idade Média, os fidalgos, seja, os ricos possuidores de terras – marqueses, barões, condes, duques etc. rebelaram-se contra a prepotência dos reis e obrigaram-nos a consultá-los nos negócios importantes do reino. Suas assembléias chamaram-se *cortes*. Mais tarde, os ricos não-nobres, industriais, comerciantes, homens da lei etc., exigiram dos reis que atendessem a suas vontades e deliberações. Suas assembléias

chamaram-se *parlamentos*. Destronados os reis e desmobilizados os nobres, veio o regime democrático; o povo, dividido em colégios eleitorais, entrou a eleger representantes seus junto ao imperador, rei, presidente da República, segundo a forma de governo adotada. As assembléias desses representantes são os ***parlamentos***, ainda, ou ***congressos***.

A função desse parlamento é fazer as *leis*; mas, na realidade, quem faz as leis são os grandes possuidores ou seus apadrinhados, metidos por eles nos parlamentos. Durante as sessões parlamentares, discutem-se as nugas partidárias, questiúnculas de aldeia e província, ambições eleitorais etc. etc. Ninguém se preocupa com os problemas nacionais urgentes. Eles vêm prontos ou encomendados pelos mandões, pelos homens de dinheiro. Se, porventura, um deputado novo, não enfronhado ainda em todas as artimanhas da política, resolve quebrar a norma e assumir ares independentes, logo recebe o anátema dos poderosos e, na primeira eleição, é facilmente depurado. Eis aí por que todos os parlamentos modernos são subservientes, e, longe de representarem o povo, representam os exploradores do povo. Dos parlamentos, lucram somente os ***eleitores*** mais cotados; porém, seus lucros são vantagens ilícitas, administrativamente obtidas pelo senador ou deputado, promoções indevidas, contagens de tempo, concessões leoninas e o mais.

Os parlamentos desmoralizaram-se em toda a parte. Ninguém confia neles e devem ser, a todo o transe, combatidos por imprestáveis.

38. O direito – As teorias e leis defensivas da propriedade e regularizadoras da concorrência chamam-se ***direito***. Para ter-se uma idéia de quanto contribui o direito na opressão do proletariado e sustento da burguesia exploradora, basta lembrar que foram os romanos, povo conquistador por excelência, os que propriamente constituíram e desenvolveram o direito. Ainda hoje, não há razões de advogado ou sentença de juiz que não venha pejada de citações latinas. Nas escolas de jurisprudência, o estudo de direito romano é obrigatório e essencial.

39. A superstição da lei - De nada valeriam, no entanto, as leis, se os homens se capacitassem de que são meras fórmulas de imposição dos possuidores aos não-possuidores para segurança das suas posses e propriedades. Tanto assim, que os possuidores constantemente desrespeitam essas leis quando esse desrespeito é em favor deles e contra os não-possuidores ou pequenos possuidores. Exemplo: a lei estabelece que os juros de empréstimos sob hipoteca sejam de 10% no máximo. Mas, nenhum prestamista cobra aos seus clientes semelhante juro; exigem 12%, 18%, 24% etc.

Entretanto o Estado, para manter o povo ignorante na obediência ao direito e impedir as revoluções, ensina, por toda a parte, nas escolas, nos quartéis, nas igrejas, o ***respeito à lei***. Cria, assim, uma ***superstição*** que se entranha na alma do povo e o estupidifica. Habituado a considerar a lei coisa ***sagrada*** e inatingível, não ousa sequer pensar que seja instrumento tradicional da sua escravidão, nem concebe a possibilidade de suprimi-la, num regime social sem propriedade.

Entretanto, sendo a ***anarquia*** esse regime, as leis desaparecerão.

40. Os homens da lei - Na concorrência comercial, ferocíssima luta de ambições grosseiras, surgem diariamente questões, protestos, rixas, crimes, tentativas de fraudes, latrocínios, desavenças, discórdias, desastres, novos negócios etc. Para regularizar tudo isso, resolver essas pendências, aplicar em cada caso os vários códigos, as inúmeras leis, mantém o Estado um corpo dispendiosíssimo de homens profundamente versados em direito, ***magistrados*** ou ***juízes,*** cujas decisões são impostas aos contendores e à sociedade pela força armada. Esses magistrados são os ***intérpretes*** da ***lei***; mas, como as ambições são teimosas e inventivas, sempre há meios de sofismar, descobrir escapatórias, sugerir sutilezas, inventar alicantinas, ***chicanear***, como se diz no foro. Cada uma das partes contendoras escolhe, para defender seus interesses, um ***advogado***, homem igualmente ***bacharel*** em direito, laureado em leis. Os advogados discutem perante os juízes

levando a *ação* ou ***processo*** até sentença final. Cada um deles deve apresentar ao juiz todas as provas das suas asserções. Essas provas vão sendo juntadas em volumoso maço chamado ***autos***.

Para tornar possíveis as ***provas*** da propriedade, da posse, de todos os ***direitos*** do indivíduo, é indispensável um local onde, em livros especiais, estejam ***registrados*** os ***títulos*** pertencentes a cada possuidor. Esses locais chamam-se ***cartórios***, da palavra latina ***charta***, que quer dizer ***papel***.

Se um indivíduo compra uma casa, por exemplo, tem de mandar lavrar, no cartório de um ***tabelião***, a escritura dessa compra, um papel onde fique documentada essa compra. E assim, tudo se registra: nascimentos, casamentos, óbitos, nomeações, contratos etc. Para provar, num processo, qualquer alegação, a ***parte litigante extrai***, nesses cartórios, ***certidões*** do que ali se registrou.

A essa instituição chama-se ***foro***, que pode ser ***cível*** ou ***criminal***.

Mais tarde mostraremos a despesa formidável e absolutamente improdutiva exigida por essa máquina de opressão, composta de juízes, advogados, tabeliães, escrivães, escreventes, meirinhos etc.

VI

41. A feição pedagógica – Compreende-se que, para os possuidores, é de toda a importância manter os cidadãos, mormente os trabalhadores proletários, com tal mentalidade, que aceitem, sem revolta, e defendam, convencidos, o regime social vigente. Por isso, o Estado assume as funções de pedagogo, sobretudo das classes primárias, do povo.

Outro motivo dessa função é a necessidade de formar, para a complicada indústria moderna, operários suficientemente instruídos.

Essa instrução, aliás, embora tendenciosa, vigiada, tem sido a verdadeira arma contrária ao capitalismo, porque facilita a propaganda libertária, podendo os proletários ler os folhetos, li-

vros e jornais anarquistas, compreender os fatos reais da vida e a escravidão do salariato.

42. A educação idólatra – A chave dessa educação burguesa é o *preconceito*. O Estado, exatamente pelo mesmo processo usado com os soldados, vai gravando, à força de repetições, sem demonstrações ou com argumentos falsos, certas idéias capitais, favoráveis ao regime burguês, no cérebro das crianças, dos adolescentes, dos adultos. Essas idéias, *preconceitos*, vão-se tornando, pouco a pouco, verdadeiros dogmas indiscutíveis, perfeitos *ídolos subjetivos*. A idolatria *política*, na verdade, é um processo tradicional de deformação da mentalidade humana em favor do capitalismo. Essa idolatria embute no espírito infantil os chamados *deveres cívicos*: obediência às instituições, obediência às leis, obediência aos superiores hierárquicos, reconhecimento da propriedade particular, intangibilidade dos direitos adquiridos, amor da pátria até ao sacrifício da vida, culto à bandeira, exercício do voto, necessidade dos parlamentos, tribunais, força armada etc. etc.

43. O mestre-escola – A educação da infância tem para o Estado burguês importância real. É nessa primeira fase educativa que a criança tudo aceita sem raciocinar. O Estado chamou a si a educação infantil gastando avultadas somas para dar instrução primária *gratuita*. Seria, entretanto, perigoso para a burguesia capitalista entregar as crianças a indivíduos adversários do capitalismo ou avessos à pedagogia tendenciosa e unilateral do Estado. Cumpre, pois, ao Estado entregar as escolas a *mestres* por ele fabricados, talhados de maneira que sejam fiéis inculcadores, às crianças, das idéias favoráveis à dominação dos capitalistas.

Esse inculcador oficial é o *mestre-escola*, o professor primário. É ele o embutidor do código moral forjado pelos possuidores para manter na obediência inconsciente o povo produtor.

VII

44. A feição religiosa – Primitivamente, certos indivíduos mais bem dotados, observadores da natureza e sistematicamente de fenômenos, conseguiram, pelos seus conhecimentos, curando, prevendo, explicando, mistificando, impor-se, como os pajés índios, ou o rei Numa Pompílio em Roma, ou os magos em todos os países, à veneração e respeito da tribo. Pouco a pouco, foram assumindo o mando e logo fizeram crer ao povo que se comunicavam, por especial privilégio, com o Deus criador do universo e dos homens. Eles tornavam-se, assim, os transmissores da ***vontade divina*** e quanto aconselhavam e mandavam era digno de obediência e execução. Por fim, constituíram-se em ***casta sacerdotal***, isto é, numa classe privilegiada, dirigente, com direito de vida e morte, e à qual se reservavam proveitos materiais e sociais sem nenhum trabalho além de zelar pela ***religião***. Lia-se na Bíblia, livro sagrado dos hebreus, a história de Aarão e Moisés; depois, o domínio dos sacerdotes saídos dessa tribo. Aí pode verificar-se também como, pela invenção embusteira dos sacrifícios e dos dízimos, os sacerdotes exploravam o povo crédulo arrancando-lhe contribuições em gêneros e dinheiro.

45. A religião – Religião é o processo de subjugar o povo fazendo-o crer num ser onipotente, invisível, dono do universo, castigador dos maus, premiador dos bons. Os maus, naturalmente, são os que se desviam das normas ditadas pelos sacerdotes e atribuídas à divindade. Os bons são os que a elas se conformam sem nenhum protesto.

No Ocidente europeu e americano, a religião dominante é a ***cristã***, quer romana, quer protestante, quer ortodoxa. Ensina que um só deus verdadeiro existe, o deus Javeh ou Jehovah, dos antigos hebreus, cujo filho Jesus Cristo, nascido de uma virgem, morto numa cruz, instituiu uma confraria de sacerdotes chamada ***Igreja***. Os três ramos dessa Igreja, supramencionados, divergem acesamente, sobretudo o romano e protestante que se excomungam e odeiam. Os sacerdotes romanos, chefiados pelo ***papa*** de Roma,

têm a seu cargo salvar as almas humanas, separadas do corpo pela morte, dos castigos infligidos eternamente, num lugar de suplícios, o ***inferno***. Para furtar-se a tais torturas, devem os homens, acima de tudo, ***observar os mandamentos da lei de Deus*** e os ***dogmas da Igreja***. Esses mandamentos e dogmas encaminham os homens ***ao respeito à propriedade*** e ***à obediência aos superiores***, considerados representantes de Deus na Terra.

Onde melhor podemos ver esse caráter protetor do capitalismo é nas exceções escandalosamente abertas pela Igreja aos mandamentos mais taxativos. Exemplo: um dos mandamentos ordena peremptoriamente: ***não matarás***. Se, porém, os trabalhadores se revoltam contra os patrões, os cidadãos contra o governo, ou se a nação declara guerra a outra, por mais injusta que seja, a polícia pode matar e os exércitos se estraçalharem sem pecado. A Igreja, em muitos casos, abençoa, nos templos, as espadas dos oficiais, os exércitos em marcha para as batalhas, e ela, própria já teve exércitos para defender as suas terras e bens. Demais, a Igreja é essencialmente capitalista e o seu papa, os seus cardeais, os seus bispos, os seus arcebispos, cônegos, monsenhores, vigários, padres, sacristãos vivem parasitariamente, sem trabalho útil, da contribuição dos fiéis.

Tal religião é inimiga dos trabalhadores porque lhes peia a mentalidade, lhes ensina absurdos e mentiras mediante as quais lhes vai sugando uma porção dos seus já minguados recursos.

46. O Estado e a Igreja – Já vimos que, primitivamente, dominavam os sacerdotes. Esse domínio chama-se ***teocracia***. Os povos antigos guerreavam entre si, tais quais os modernos, por motivos econômicos, para depredar, impor tributos, escravizar populações, roubar mulheres etc. Os sacerdotes decretavam as guerras ou as permitiam, porém não as faziam. Faziam-nas os ***militares***. Estes foram percebendo a exploração dos sacerdotes e compreendendo que as conversas deles com a divindade eram impostura. Chefes de homens armados, trataram de afastar os sacerdotes, usurparam o mando e, conseqüentemente, os seus proventos. Daí o dissídio, geral na história, entre a casta sacerdo-

tal e a casta militar. Esta, porém, ponderou, muito claramente, que a casta sacerdotal tinha meios poderosos de manter o povo explorado na obediência. Em vez de aniquilar a casta sacerdotal, conservou-a e ficaram as duas sugando os povos. O Estado passou oficialmente para as mãos dos militares, reis, marechais, duques etc., mas o Estado ***reconheceu*** oficialmente a Igreja, apoiando as suas imposturas, adotando-as e mandando ensiná-las nas escolas; fez-se destarte a ***aliança*** do Estado com a Igreja.

Exemplos frisantes: ***a***) – em 1801, foi assinada entre Napoleão Bonaparte e o papa Pio VII uma concordata, quer dizer, um acordo das duas castas parasitárias e segundo a qual os arcebispos recebiam 15.000 francos anuais de ordenado e os bispos 10.000 como verdadeiros funcionários do Estado, nomeados pelo futuro imperador e confirmados pelo papa; ***b***) – recentemente, o déspota italiano Benito Mussolini, ateu confesso e escandaloso, tendo usurpado o poder, assinou com o papa Pio X o vergonhosíssimo tratado de Latrão, no qual a Igreja se vendeu torpemente ao tirano por 750 milhões de liras italianas à vista e um bilhão de liras e juros anuais de 5%, afora inúmeros privilégios, muitos deles rendosíssimos.

47. O Estado leigo – Em todo o caso, as nações modernas, após a Revolução Francesa, haviam quase todas, em virtude das muitas religiões existentes no mesmo país, resolvido separar oficialmente as duas castas. O Estado não reconhecia nenhuma religião, respeitava todas, tornava-se ***leigo***. Nas suas escolas não se ensinava religião, que ficaria a cargo dos sacerdotes nos seus templos.

Esse Estado leigo, entretanto, não significa desinteresse do Estado à morfina religiosa. O Estado leigo não dispensa a contribuição dos sacerdotes no serviço da escravização popular pelo temor do inferno. Apenas deixa de reconhecer só uma em detrimento das outras. Em suma, reconhece tacitamente a todas, o que mais lhe assegura a colaboração unânime da casta sacerdotal.

Assim, no Estado moderno, permanece, com toda sua eficiência, a feição religiosa.

48. Resultado final – Os homens acham-se, portanto, submetidos a uma dupla idolatria estupidificante: a *cívica*, dirigida pelo Estado, e a *religiosa*, dirigida pela Igreja ou igrejas.

Os grandes industriais, compreendendo as vantagens dessa idolatrização intensiva, promovem movimentos de toda sorte com tais tendências. Veja-se, por exemplo, o célebre *escotismo* e sua extensão pelo mundo inteiro, aplaudido, animado e sustentado pelos capitalistas. O *credo* dos escoteiros é um programa essencialmente capitalista, com todas as idéias idólatras necessárias à defesa do regime burguês.

Para contraprova, examine-se o que faz o Estado com os indivíduos que tentam contrapor-se a semelhante estupidificação do povo. Um deles, Francisco Ferrer, planejou fundar na Espanha, país assenhoreado pelos jesuítas, uma série de *escolas racionalistas*, cujo fim era ensinar às crianças as verdades científicas, suprimindo dos seus programas as mentiras e os preconceitos zelosamente aconselhados pelo Estado. Ferrer foi preso, processado, vilmente condenado à morte contra todas as regras do direito e fuzilado no forte de Montjuich, em 13 de outubro de 1909.

VIII

49. Males do regime capitalista – Ao tratarmos da concorrência mercantil, aludimos, com uma observação, à soma de desgraças sociais a ela conseqüentes. Vamos estudar, com mais minúcias, esse ponto capital. Relembramos que é *mal* todo desperdício de energias aproveitáveis e *bem* todo aproveitamento de energias.

O desperdício de energias pode dar-se de sete modos: *a*) – por não aproveitamento, quando esse aproveitamento é possível e necessário; *b*) – por aplicação do trabalho em obras mal projetadas, que se têm de desfazer para refazer; *c*) – por improdutividade do serviço mal organizado; *d*) – por emprego de braços em serviços inúteis; *e*) – por serviços destrutivos; *f*) – por inatividade ou ócio; *g*) – pelas crises comerciais.

Não se confundam *desperdícios*, dependentes da vontade humana, com *perdas* inevitáveis por *acidentes* ou pela natureza de certos serviços.

Vamos ver que o regime capitalista se caracteriza pelo colossal desperdício de energias humanas.

50. Não aproveitamento – Já falei no cálculo de um economista francês sobre o inverosímil desperdício conseqüente ao não aproveitamento das cachoeiras do Ródano. Fatos como esses podem citar-se às dúzias, em toda a parte.

Vejamos alguns exemplos nossos.

A nossa Estrada de Ferro Central do Brasil, desde muito, poderia estar eletrificada; entretanto, deixam-se inaproveitadas cachoeiras próprias para tal serviço e o empréstimo especial, para esse fim contraído pelo presidente Epitácio Pessoa, foi criminosa e impunemente desviado por esse presidente. Grande é o desperdício com a compra forçada do carvão inglês, caríssimo.

O plantio sistemático da hévea preta, no Amazonas ou Pará, pouparia colossal trabalho feito nos seringais longínquos, com o corte e preparo da borracha. Essa plantação sistemática tem sido contrariada pelos próprios seringueiros ameaçados de desvalia das suas terras; mas os americanos da empresa Ford estão realizando agora essa elementar noção econômica.

Durante o governo Campos Sales, uma casa inglesa obteve concessão para construir o porto de Jaraguá em Maceió. Firmou-se contrato; mas os políticos pernambucanos, temendo concorrência, por ser mau o porto de Recife, levaram o governo federal a rescindir o contrato, pagando dois mil contos em indenização!

51. Obras mal feitas, a refazer – Raramente se dá isso nas empresas particulares mas é comuníssimo nos serviços do Estado, quer diretamente feitos, quer por empreitada. Se a fiscalização não é rigorosa, o empreiteiro emprega material inferior ao declarado nas propostas. Basta, pois, que o oficial não seja incorruptível para que se acabe mal a obra. Exemplo frisante nos

deparam as obras contra a seca no nordeste brasileiro. Preciosas energias ali se consumiram, devendo ser tudo refeito. Outro exemplo é a estrada de ferro de São Luís a Caxias, no Maranhão, cujos quilômetros iniciais têm sido feitos e refeitos.

Nas empresas particulares, são freqüentíssimas as obras para *alargamento*. Começada uma empresa com pequeno capital, pequenas são as instalações; depois, progredindo ela, são essas instalações desfeitas para se refazerem mais amplas. Em regime anarquista, seria logo calculada a capacidade máxima, evitando-se esses refazimentos prejudiciais.

52. Serviços mal organizados – Leroy-Beaulieu escreveu um precioso livro, ***O Estado Moderno e suas Funções***, onde demonstra, com irrefutáveis argumentos e numerosíssimos exemplos, a incapacidade industrial e comercial do Estado. Todos os serviços pelo Estado dirigidos são mal organizados e deficitários. O primeiro e inevitável motivo de desorganização é o excesso de pessoal e diminuição das horas de serviço. O pessoal é constantemente aumentado pelos empenhos dos políticos profissionais, que farejam eleitores certos nos seus protegidos. Cada chefe político forceja por obter o maior número de empregos satisfazendo a turma inesgotável dos que vão pedir *colocação*. Naturalmente, para dar serviço a toda essa turma, apertam-se as horas de trabalho, de modo que, nas repartições públicas, o expediente ***real*** é de quatro horas ou menos, com duas de palestra e café.

O funcionalismo público é uma das feições mais tristes do parasitismo social, pois evidencia a depressão física e mental das vítimas.

Estrondosas falências de empresas, por vezes colossais, verificam-se diariamente por organização ruim dos serviços, por falhas básicas dos projetos, erros de instalação ou incúria dos técnicos.

Um ponto essencial nesse desperdício por organização viciosa é o fato comum e inevitável, em regime capitalista, de pequenas usinas ou fábricas na mesma zona, explorando o mesmo

serviço, em vez de uma só de máxima capacidade. No Rio de Janeiro, em Juiz de Fora, em Alagoas etc., há numerosas pequenas tecelagens de algodão, com visível desperdício de energias. Esses desperdícios vão sobrecarregar o preço dos produtos e pesar sobre a massa consumidora.

Todo o mundo sabe que o Lloyd Brasileiro não dá lucro exclusivamente por causa da sua organização precária, com margem para furtos e inúteis gastos.

53. Serviços inúteis – A organização capitalista caracteriza-se especialmente por uma série de serviços improdutivos, perfeitamente dispensáveis. São, particularmente, os serviços de defesa da propriedade e regularização da concorrência.

É só examinar cada uma das sete feições em que consideramos o Estado e discriminar-lhe as instituições parasitárias, somando, no orçamento geral, a quantia fabulosa que nos custam. Os parlamentos ou congressos, por exemplo, são todos dispendiosíssimos, não somente com os subsídios a senadores e deputados, mas ainda com a turma enorme de funcionários apensos: diretores de secretaria, chefes de seção, amanuenses, contínuos, serventes, arquivistas, redatores de debates, estenógrafos etc. Toda essa gente ocupa-se de fabricar leis e discutir política.

O aparelhamento judiciário também consome cota larga nas despesas. Juntem-se ao Supremo Tribunal, os tribunais federais, os tribunais estaduais, os juízes municipais, com todo o funcionalismo correspondente e mais tabeliães, escrivães, escreventes, meirinhos e empregados de cartórios, pretorias, registros, sem falar nos advogados, solicitadores, rábulas e seus empregados.

Contemos, depois, por todo o nosso vastíssimo país, os coletores de rendas federais e estaduais com seus empregados, os fiscais de impostos, o pessoal numeroso das alfândegas: conferentes, despachantes, escriturários, guardas e mais vigilantes em rebocadores, lanchas e escaleres.

A defesa da propriedade exige, sobretudo, boa polícia. Cada estado do Brasil se tornou verdadeiro Estado, com polícia militar

e civil própria. A militar vai-se constituindo em pequenos exércitos com missões estrangeiras, armas aperfeiçoadas, material de guerra e presídios cada vez mais caros.

A polícia civil é uma fonte de esbanjamento com o seu ***serviço secreto***. Nesse serviço, cuja verba é alvitrada pelos chefes de polícia têm-se locupletado muitas ilustres personagens. Mantém o infame corpo de espionagem interna empregando nele copioso pessoal válido, roubado às indústrias. Demais, toda a gente sabe que miserável corja de larápios, vigaristas, extorquidores se acobertam com o título de serventuários da polícia.

Ajunte-se a Casa da Moeda, o Tesouro Nacional com o Tribunal de Contas, os bancos oficiais e particulares com suas filiais por toda a parte.

Fora dos serviços inúteis propriamente do Estado, outro há que absorve milhões de braços parasitas: o ***comércio***. A função do ***comércio*** é aproximar o consumidor do produtor. Veremos que, em regime anarquista, se faz isso ***diretamente***, pelo serviço de distribuição. Em regime capitalista, faz-se por uma série de ***intermediários*** que vivem exclusivamente disso. O produto, saído da fazenda, usina ou fábrica, passa para as mãos de um exportador que o revende a um importador, cobrando este um ágio nunca inferior a 20%. Esse importador revende ***por atacado*** aos ***retalhistas***, cobrando outro ágio de 20%. O retalhista revende-o, por sua vez, ao consumidor com o mesmo ágio. De modo que, ***pelo menos***, chega o produto ao consumidor agravado de 80% do seu valor exato, sem falar em fretes e o mais.

Neste ***o mais***, incluiremos uma das instituições capitalistas mais dispendiosas, verdadeiro sorvedouro de energias colossais, o ***reclamo***. Na desenfreada concorrência comercial, cada produtor, industrial, comerciante, precisa berrar, vociferar, mentir, meter pelos olhos do consumidor o seu produto, enumerar-lhe as virtudes e qualidades, apresentá-los com mil atrativos e requintes. Tudo isso faz-se pelo ***acondicionamento***, pela ***apresentação***, pelo ***anúncio***. Inventam-se latas, invólucros lindos e elegantes, frascos finíssimos e complicados, pagam-se pintores e desenhistas, ocu-

pam-se páginas e páginas de jornais, revistas, capas de livros, cartazes nos bondes, nos trens, nos andaimes, até nos mictórios. Há anúncios luminosos, aeroplanos, um inferno de pregões espalhados profundamente e custosíssimos. Há agências e companhias exclusivamente encarregadas de anunciar; mas, no fim de tudo, quem paga as despesas é sempre o consumidor, o proletário, o único produtor real das riquezas.

54. Serviços destrutivos – São os serviços de defesa externa. A propriedade particular e a concorrência geram ambições internacionais, rivalidades comerciais, necessidades imperialistas de colônias e mercados de escoamento. Essa luta de interesses pecuniários suscita as guerras, para as quais devem sempre acharse preparadas as nações, minto, os grupos capitalistas das diversas nações. Todo o serviço, pois, de marinhas de guerra, de exércitos permanentes, serviço puramente feito em vista de futuras tremendas destruições é um desperdiçador incomparável de energias.

As energias consumidas na guerra mundial de 1914, se aplicadas a fins úteis, chegariam para dar conforto, por muitas décadas, a todas as famílias de trabalhadores europeus, a criar grandes usinas, a centuplicar a produção em toda a Terra. Entretanto, morreram mais de 12 milhões de homens válidos e a soma de dinheiro gasta é fantástica. Calculou-se que só a França esbanjou, em notas de 1.000 francos, uma coluna de 30km de altura. A indústria alemã, admiravelmente bem organizada, mormente na Silésia foi quase destruída, e a insignificante porção intacta foi perdendo, de dia em dia, a sua eficiência antiga.

55. Inatividade e paradas – A inatividade refere-se às máquinas e as paradas a máquinas e braços. Os proprietários agrícolas montam suas fazendas e engenhos com maquinismos numerosos e possantes: arados, destocadores, destorroadores, semeadoras, ceifeiras, automóveis-caminhões, separadores, moinhos, descascadores etc. etc. Esses maquinismos poupam braços, intensificam a produção, aprimoram as plantações, trans-

formando os agrestes em jardins e pomares. Em torno, há terras de pequenos lavradores tratadas a enxada, picareta, carro de bois, destocadas a alavanca, mal amanhadas, desadubadas, ceifadas a foice. Produzem, naturalmente, pouco; vários trechos, encharcados uns, saibrosos outros, não se aproveitam.

Entretanto, feito o seu serviço especial, o grande proprietário recolhe ao almoxarifado suas preciosas máquinas, cerra as portas de usinas e moinhos, poupando cuidadosamente os seus instrumentos de trabalho.

Bastaria que essas máquinas, transferidas às terras vizinhas, operassem nelas outros milagres agrícolas para que nelas houvesse, também, fartura, labor fácil, mais rendimento, mais conforto.

Em regime de propriedade particular, considera-se naturalíssima essa inatividade. Em regime anárquico, essas máquinas não pertencentes a Sancho ou a Martinho, mas à comuna, ou a um grupo de comunas, ou a um grupo de municípios, seriam transferidas para onde fossem necessárias, dirigidas por técnicos e especialistas.

Acontece, muitas vezes, que lavradores ou industriais concorrentes, na ânsia de ***aumentarem os seus negócios***, produzem muito mais do que deles exigem os mercados. Há ***superprodução***; os produtos acumulam-se nos trapiches, paióis ou depósitos; os lavradores e industriais, apavorados, refreiam ou suspendem os trabalhos de produção e despedem os trabalhadores e operários. Passam-se semanas, talvez anos de parada; agricultores e fabricantes podem falir, e centenas ou milhares de braços ficam ociosos, com grave prejuízo da humanidade.

Outras vezes, a ganância do proprietário, ou as suas dificuldades financeiras, por inépcia, prodigalidade, ou pela concorrência, sempre desleal, sustentam lutas acesas entre ele e seus assalariados. Rompe uma greve ou parede, parcial ou geral, e centenas, milhares e até milhões de operários cruzam os braços durante semanas e meses.

Todas essas paradas, compreende-se, são prejudiciais à coletividade, pois redundam em perdas de energias.

56. Crises – A concorrência não produz somente as paradas, gera também as conhecidas e estudadas *crises* internacionais ou nacionais, extremamente perturbadoras dos mercados e causa de avultadas perdas.

Essas crises podem ser exclusivamente comerciais, podem ser reflexo de crises políticas, chegando, por vezes, às revoluções e guerras civis; podem ser, ainda, lances de agiotagem, um desses sinistros episódios das lutas entre banqueiros, ou uma ***tarrafada*** de banqueiros nos pequenos possuidores.

As crises puramente comerciais são conseqüentes aos males mesmos da concorrência, ao, por assim dizer, ***jogo de empurra*** das indústrias e comércios dos diversos países.

A luta entre banqueiros e as revoluções populares resultantes dela, pois tal luta empobrece o povo, está maravilhosamente estudada nas obras de Auguste Chirac. Mostra esse autor que uma das funções constantes dos grandes bancos internacionais, por trás de cujos tabiques há sempre um agiota internacional, é preparar, durante anos, um ***arrastão*** aos pequenos possuidores, que, à custa de labor imenso, conseguem, durante 15, 20, 30 anos, economizar um pecúlio. Para ir aumentando a sua renda mensal, esses poupantes, fascinados com os dividendos fantásticos das companhias lançadas por esses bancos e suas numerosas sucursais, depositam neles os seus haveres e vão recebendo semestralmente magros juros. Mas, um belo dia, por inexplicável química, fale o banco ou um dos muitos bancos do *consortium* – agrupamento de bancos – e o depósito enorme dos pequenos possuidores é devorado.

Depois da guerra, quebraram fraudulentamente, no Brasil, com sérios prejuízos para os brasileiros, o ***Banca di Sconto Italiana*** e o ***Banque Française pour le Brésil***, cujas ladroíces ficaram patentes[1].

O citado autor Chirac, estudando as revoluções de França, prova que todas elas foram motivadas por exasperação do povo, conseqüente à miséria social após um desses arrastões operados por banqueiros ladravazes.

---

1. Refere-se à guerra de 1914-18.

Redunda tudo isso em desmesurada perda de energias humanas.

57. A família - Os antropólogos repetem constantemente que a família é a *célula* da sociedade. Concluem eles que, segundo for constituída a família, assim se desenha a sociedade. A perfeição social, glosam eles, é corolário da perfeição da família.

Essas afirmações são errôneas. A sociedade não é o que é a família mas, ao contrário, a família é o que é a sociedade ou a organização social. Sendo a organização social vigente resultado de uma *injustiça fundamental*, conforme vimos, ressentindo-se, portanto, de um vício básico, a propriedade particular, por força se ressentirá também a organização de família dessa *injustiça*.

Vamos ver, com efeito, os tremendos males corruptores da família e mostrar que são todos conseqüências do capitalismo.

58. O filho-imposto - A primeira lamentável conseqüência da propriedade particular, já vimos, é o *salariato*, quer dizer, *a distribuição dos produtos por avaliação do trabalho produzido.* Essa avaliação faz-se por *quantidade* e *qualidade*. A *quantificação* faz-se por *horas*. Tantas horas valem tanto dinheiro. A *qualificação* faz-se por profissão. Tal profissão ganha mais, pelo mesmo número de horas, que outra. Assim, o tabelião pode ganhar, numa hora, 100 vezes mais que um servente de pedreiro. Dentro da mesma profissão, a qualificação faz-se por *graus*; nas milícias, por *postos*.

Portanto, cada trabalhador ganha uma quantidade maior ou menor de dinheiro, quantidade muito pouco variável no tempo, para a mesma classe. Um pedreiro que vence Cr$12,00 por dia, trabalhará provavelmente toda a vida pelos mesmos Cr$ 12,00. Certas variações no Brasil, são mais de *câmbio* que do preço dos salários. Em 1890, com o câmbio ao par, Cr$ 2,00 equivaliam exatamente a Cr$ 10,00 hoje, com o câmbio a cinco. De modo que um pedreiro a Cr$ 2,00, em 1890, recebia o mesmo que um a Cr$ 10,00 em 1925. Não são os salários que têm subido, mas o dinheiro-papel que tem descido.

O salário dos trabalhadores é sempre, em toda a parte, em virtude da ganância dos patrões, o mínimo possível, apenas o necessário à sua subsistência.

Ora, casando-se ele, cada filho que vem ao casal, longe de ser uma recompensa, é um ***imposto***. A sociedade sobrecarrega o salário do trabalhador com onerosos impostos sob a forma de filhos, pois os pais têm de privar-se do necessário para as despesas supervenientes de alimento, vestuário, médico, farmácia, educação etc.

59. Limitação da prole – Nos países de concorrência atenuada, como o Brasil, sendo mais fácil a vida e maior a imprevidência, os efeitos imediatos desse fato não se evidenciam logo; mas, nos países de encarniçada luta industrial, são patentes, discutidos. O primeiro é a ***limitação*** da ***prole***. O casal, prevendo as dificuldades ou impossibilidade material de criar muitos filhos, ou mesmo um só, adota processos artificiais para impedir a concepção da mulher, ou, se a mulher concebe, apesar dos processos, recorre aos abortivos para conjurar o nascimento a termo. Não são raros mesmo os casos de infanticídio por miséria.

Entre os operários mais avançados, tem-se propagado até a ***greve dos ventres***, isto é, a infecundidade sistemática dos casais proletários para não porem no mundo ***novos escravos***. Homens conscientes, esses trabalhadores reconhecem crime dar vida a seres fatalmente condenados, na sua generalidade, a servos do capital, a vítimas da concorrência.

Assim, no regime capitalista, a fecundidade é punida com pesado imposto; conseqüentemente, o celibato é um estado privilegiado.

60. Dificultação dos casamentos – Compreende-se que para os não-possuidores, os não-parasitas, a perspectiva de filhos por criar, portanto de permanentes impostos por pagar, não é alentadora. Fogem do casamento, adiam-no quanto podem ou fazem-no em condições precárias que vão tornar martírio a vida conjugal. Pode-se afirmar que a vida, para a média e pequena

burguesia, e, mais ainda, para os proletários, é amargurada pela obrigação de proverem a subsistência dos filhos.

61. Trabalho de mulheres e menores – A imprevidência, nesse caso, há-de ser fatal por força, à prole.

Assim, desde que a manutenção desta vai além dos recursos pecuniários do progenitor, a mãe vê-se forçada a auxiliar também, a empregar-se, a esfalfar-se para aumentar a receita doméstica. É inútil insistir aqui nos inconvenientes, reconhecidos por todos os higienistas e economistas, desse trabalho feminino, que se tem de estender por todo o tempo da gestação e pós-parto.

Mas as crianças, no lar proletário, mal atingem a idade de sete, oito ou 10 anos, já os pais cuidam de empregá-las também. Temos, assim, seres fracos, incapazes do seguido e pesado esforço industrial, escravizados à máquina, ao escritório, à lavoura, depauperando o corpo, tantas vezes morrendo prematuramente. Todos os médicos e sociólogos verberam esse mal, infelizmente por eles considerado, cegos que são, ***irremediável***. Realmente a sociologia capitalista não tem solução para tal desgraça.

Em regime anarquista, os filhos não ficam a cargo dos pais, mas a cargo da comuna. São energias humanas, não *familiares*, mas *sociais*, cumprindo à sociedade não desperdiçá-las, mas reforçá-las, poupá-las para que, em tempo, produzam todo o possível. O leitor verá, na segunda parte, como se fará isso.

62. Desamparo da velhice – Um dos mais tristes espetáculos da sociedade burguesa é ver estendendo a mão à caridade pública tantos trabalhadores já tolhidos da velhice, depois de haverem, por dezenas de anos, produzido para a sociedade madrasta tudo quanto há de confortável. Mas o trabalhador vai fraquejando com os anos, começam os resmungos do contramestre, as queixas ao patrão, a diminuição da tarefa e a concomitante redução de salário, até chegar o dia da despedida. Vemos assim, por exemplo, tipógrafos de vista cansada, cujo número de linhas compostas por dia vai pouco a pouco minguando. Vão sentindo o quebramento físico e o indefectível quebramento econômico até ceder o banco

ao moço substituto. Começa então a fúria atrás de uma ocupação consentânea com a sua idade e a progressiva miséria se não o ampararem filhos, genros ou amigos.

Tão dolorosa era a situação, que se criaram, por toda a parte, asilos da velhice desamparada; mas reconhecem todos a insuficiência da medida e o dispêndio enorme de energias que são tais casos. Além dos gastos de instalação, há todo um funcionalismo que pagar: porteiro, faxinas, cozinheiros, copeiros, enfermeiros, irmãs de caridade etc.

Em sociedade anárquica, esses velhos prosseguiriam nas suas famílias, recebendo quanto precisassem como trabalhadores cujo capital, seu esforço de 40 anos, merece juros. Não haveria despesas a mais, por serem cuidados pela comunidade toda, nem padeceriam o vexame de *asilados*. Seriam gloriosamente ***inválidos do trabalho***.

65. Esfalfa física e mental – A concorrência impiedosa entre burgueses e a exploração usurária do proletário obrigam dois terços dos homens e mulheres a um sobre-humano esforço para vencer na vida. O homem que, normalmente, deveria trabalhar, no máximo, oito horas, é forçado a trabalhar 10, 12, 14, até 16 horas por dia, para sustentar a si e aos seus. Esse excesso produz a ***esfalfa***, a sobrecarga corpórea e mental, o depauperamento nervoso, a astenia, contra a qual são impotentes as drogas. E, como o repouso é impossível aos trabalhadores, são eles as maiores vítimas do esgotamento.

64. Conseqüências sobre o desenvolvimento físico, mental e moral – A falta de recursos da família proletária manifesta-se logo na deficiente alimentação de todos. No Brasil, mormente nos campos, o trabalhador come pouco e mal.

A organização capitalista, cheia de paradoxos, tem mais este: mais abundantemente se nutre quem menos trabalha. Ao passo que os ricos podem comer bastante e bem, o proletário é forçado a gastar pouco e comprar o pior gênero. É pungente ver, nos engenhos e fazendas, homens e mulheres que trabalham das seis

da manhã às seis da tarde tomarem uma refeição única e essa mesma reduzida a bacalhau com pirão de farinha. Ao passo que os ricos podem atravessar as maiores crises sem grandes sofrimentos, os menores contratempos econômicos pesam rudemente sobre as massas proletárias, produzindo não raramente verdadeiras fomes.

Não podendo comprar remédios, nem pagar a médicos, dentistas e o mais, não se tratam os proletários convenientemente e estão sujeitos à devastação das moléstias. É incalculável o número de crianças proletárias mortas por moléstias intestinais, efeitos de alimentação deficiente, primeiro, e, depois, da ignorância no tratamento ou impossibilidade material de médico e dieta. As mães proletárias, tendo de ir para a roça, para a fábrica, para o tanque de roupa, ou entregam os filhos a pessoas desinteressadas, ou os abandonam num quarto até voltarem.

A míngua de recursos impede ainda ao proletário habitação passável. Nas fazendas e engenhos, habitam casas de palha, quando muito, atijoladas, sem soalho nem forro; na cidade, não podendo pagar aluguéis caros, ajuntam-se em grupos e moram em cortiços famílias inteiras, às vezes numa sala só, como entigeladas, respirando 20 pessoas o ar cubado para três ou quatro. Isso influi poderosamente para a desoxigenação do sangue, miséria física, raquitismo, tuberculose.

As creches, os asilos, as casas proletárias, os dispensários, as policlínicas e mais ridículos paliativos da caridade e assistência, insuficientíssimas para remediar o mal, apenas testemunham a incapacidade da organização social burguesa para resolver o problema do bem-estar humano. Evidentemente não passarão bem os não-possuidores enquanto nas mãos dos possuidores se concentrarem, cada vez mais, com a progressiva centralização das riquezas, os recursos materiais da vida produzidos pelos trabalhadores.

Se não há meios para comer e morar razoavelmente, menos ainda os há para estudar. Ao proletário, mesmo nos centros mais bem organizados, só chega o ensino primário, o que baste para

formar operários hábeis e capazes de instrução profissional. As mulheres, essas permanecem, geralmente, por toda a vida, em completa ignorância, reduzidas a animais de trabalho e reprodução, bestializadas, desumanizadas com o labor exaustivo dos lares e das fábricas. Só modernamente, graças à propaganda anarquista ou socialista, começam elas a despertar e reclamar.

O salariato, reduzindo pouco a pouco os trabalhadores à miséria, à habitação promíscua, ao desânimo, leva-os também, progressivamente, aos mais tristes aviltamentos morais. O célebre romancista Emílio Zola frisou bem esse ponto no seu admirável e em tudo verdadeiro romance *Germinal*. Aí vemos o proletário induzido ao jogo por miséria, ao álcool por não ter carvão suficiente, à exploração sexual de moças para equilibrar o orçamento, à depravação da linguagem, condição social imposta pela miséria.

Um dos pontos mais essenciais da anarquia é o ***reerguimento moral*** da humanidade. Com o conforto, bem-estar e segurança de todos, as degradações são impossíveis.

65. A prostituição - Chamamos prostituição ao ato sexual em troco de uma vantagem econômica. Se uma mulher se entrega a um ou mais homens por simples desejo físico, sem remuneração, pode ser depravada e viciosa, não é prostituta. Não consideramos igualmente prostituta aquela que incidentalmente se humilha e cai para salvar um filho ou um ente caro. Isso, ao contrário, pode ser um sacrifício heróico. É o caso da lenda de Santa Clara, tão delicadamente narrado por Anatole France em ***Etui de Nacre***.

A mulher que se dá por dinheiro, para ter de viver ou para luxar, ou por ambição de domínio, essa é prostituta. Maxime du Camp, autor francês, que estudou minuciosamente a vida de Paris, verificou ser principal causa da prostituição a miséria, a falta de recursos para viver, num meio onde o luxo, o estadão dos ricos seduz as jovens. Para ter carros, freqüentar teatros, vestir sedas, o único jeito, para as moças pobres, é vender o corpo. Tiram do corpo um rendimento, como o lavrador das suas leivas ou o mateiro das suas lenhas.

Os destroços da prostituição evidenciam-se principalmente no seu cortejo de vícios e degradações. Os homens exigem das prostitutas a devassidão e elas, para terem freguesia, vão cedendo às solicitações da esbórnia, requintando os desregramentos, bebendo, fumando, jogando, tomando éter, cocaína e morfina.

É supérfluo falar na blenorragia e na sífilis, moléstias próprias da prostituição. A sífilis é, sem nenhum exagero, o flagelo da humanidade, pois deprime e estiola as raças com seu tremendo poder de contaminação e a sua profunda ação em todo o organismo.

Ora, a prostituição só se concebe em sociedade capitalista. É uma conseqüência fatal do regime de propriedade particular, em que tudo se obtém com dinheiro. As mulheres pobres precisam de dinheiro e arrancam-no da bolsa do rico excitando-lhe a libidinagem. A prostituta não se entrega por simpatia, por afeto, por desejo. Logo, em sociedade anárquica, onde nada se ***compra*** nem ***vende***, onde não há dinheiro, nem ricos, nem pobres, a mulher só aceita o homem por livre e espontânea vontade.

Demais, em sociedade anárquica, as uniões fazem-se com a máxima facilidade, pois ***a vida dos filhos é assegurada pela comuna***. Desaparece, destarte, a causa principal da prostituição na sociedade vigente: a necessidade sexual dos solteiros. Não querendo ou não podendo casar-se para fugir à carga da prole, os solteiros procuram mulheres que os aceitem. Vendo muitas pobres curvadas no trabalho, torturadas de penúria, oferecem-lhes dinheiro, e elas, pouco a pouco seduzidas, entregam-se uma, duas, 10, 100 vezes. É a história repetidíssima em centenas de romances e dramas; é a história da maioria das horizontais.

Aos que objetam afirmando não ser a prostituição movida pela miséria e sim por gosto da depravação, facilmente respondemos com esta observação simplicíssima: se assim fosse, veríamos mulheres ricas, de porta aberta, exercendo a prostituição por gosto, sem receber pagamento. Demais, são raras as decaídas na classe rica. Afirmaríamos, sem errar, que 98% das rameiras vêm da classe proletária ou da pequena burguesia miserável, às vezes mais miserável do que a plebe.

SEGUNDA PARTE

I

66. O problema essencial - Estamos, vimos nós, diante de uma evidenciação e diante de um problema.

Evidenciamos que o homem sofre muito mais do que deveria, e sofre por motivos ***artificiais***. Sendo assim, o problema da felicidade máxima na Terra depende da resposta a esta pergunta: será possível suprimir essas causas artificiais? Como, porém, filiamos essas causas a uma causa originária, primitiva e fundamental, a ***propriedade privada***, nossa questão se reduz a verificar a supressibilidade, ou não supressibilidade, dessa instituição.

Ora, o anarquismo é a doutrina social de uma organização da produção, distribuição e consumo das riquezas sem propriedade. Esta segunda parte vai ser um quadro conciso, porém minucioso, dessa organização.

Os anarquistas estão convencidos da exeqüibilidade da sua concepção e, para realizá-la, pregam sua doutrina, sofrem toda a feroz repressão da burguesia, morrem na forca, na guilhotina ou varados pelos fuzis, cada vez mais tenazes na luta, porque trabalham pelo bem da humanidade.

67. Dificuldade de apreensão - O anarquismo propõe aos homens de boa vontade uma solução racional da ***crise permanente*** em que vivem. A solução, em si mesma, é facílima. A organização anárquica, prescindindo da complicada máquina de compressão, o Estado, é de singeleza admirável. Todavia a

apreensão do funcionamento de uma sociedade anárquica é difícil para as pessoas afeitas ao regime capitalista. Estamos viciados a tudo comprar e vender e faz-nos confusão conceber a vida humana sem dinheiro. Vivemos, como dizia Eça de Queirós, achatados entre as páginas de um código; todos os nossos atos estão regulados pelo código civil, pelo código penal, pelo código comercial, pelas constituições federais e estaduais, por posturas municipais, por um acervo colossal de regras e regulamentos minuciosos. Há leis especiais para tudo e só admitimos a ***ordem*** com policiais, agentes, comissários, delegados, chefes de polícia etc. Como ouvir falar então numa sociedade sem códigos, sem leis, sem parlamentos, sem polícia, sem nenhuma dessas molas apertadoras e movimentadoras?

Por isso, muitas pessoas, aliás cultas, mas irrefletidas, dão de ombros, viram as costas e proferem as frases clássicas: ***isso é uma utopia e vocês estão malucos.***

Também, há 30 anos, era utopia o aeroplano e mais que utopia o projeto de se falar a centenas de léguas, sem fios. Todas as formidáveis invenções modernas, o navio a vapor, a locomotiva, o gramofone, o telefone, o telégrafo, a radiotelegrafia, a eletricidade, os submarinos etc. etc., são ex-quimeras realizadas em um século apenas. Em 100 anos, a humanidade fez um progresso incomparavelmente maior do que em todos os milênios de existência anterior. E por quê? Será que os homens de hoje sejam mais inteligentes do que os caldeus, os egípcios, os gregos, os fenícios, os romanos? Não. Eles fizeram também prodígios naquilo que a mentalidade da sua época lhes permitia. Pesava-lhes, porém, um mundo de ***preconceitos*** abafadores. Já eles se iam libertando desses preconceitos, avançavam celeremente na matemática, na astronomia, na medicina, na arquitetura, na óptica, na zoologia, na metalurgia, na navegação, na ciência enfim; começavam a desvendar a natureza para aproveitar-lhe as energias, quando o cristianismo, pregando, como verdade única, os ***testamentos***, subverteu a mentalidade pagã e sepultou-a sob ***preconceitos novos***, esterilizadores e retrogradadores. Foram precisos séculos de

luta contra os *ídolos* cristãos, contra os santos, os padres da Igreja, os broncos apóstolos, os papas politiqueiros, os doutores metafísicos, as universidades ensebadas de teologia, para que o broto da ciência, como a folhazinha de tiririca teimosa, irrompesse dentre os destroços, respirasse livre e crescesse à luz solar.

Ora, chegamos a uma época de curiosidade, exame libérrimo de todas as idéias, planos e concepções. Hoje estamos acostumados às grandes surpresas e os mais abstrusos projetos, longe de espantar-nos, interessam-nos. Esfolhinhamos das cabeças, progressivamente, as teias de aranha religiosas ou morais, e, assim, libertados dos preconceitos, azado nos é percorrer em 10 anos estradas imensas. De dia em dia, saltamos abismos. Coisa extraordinária foi, há uns 30 anos, haver Santos Dumont voado uns 200 metros, a metro e meio de altura, suspendendo, ao todo, uns 300 quilos. Hoje, sobe-se a quatro ou cinco mil metros, carregando oito ou nove toneladas, piruetandô no ar como fazem as aves.

Por isso, dar de ombros a uma idéia por ser ou parecer ***utopia***, é não ter senso. O homem assisado, longe disso, procura inteirar-se das idéias novas, assimilar a doutrina, meditar sobre a sua exeqüibilidade, pesar os prós e os contras, discutir, informar-se de tudo, analisar os argumentos, vantagens e desvantagens. Só depois terá bastante autoridade moral para repelir a solução proposta. Pedimos, pois, antes de tudo, boa-fé e boa vontade. O leitor, nas suas locubracões, deve ter presente, sempre e sempre, a idéia de que, em sociedade anárquica, não há propriedade, não há dinheiro, não há venda nem troca. Insistindo em ter sempre em mira essa noção fundamental, pouco a pouco, lendo cada número desta segunda parte atentamente, certo estou de que logrará assenhorear-se de toda a doutrina, alcançar-lhe a cativante beleza, podendo sentir o nobre orgulho de se dizer ***anarquista***. Verá, então, que trabalhar para a anarquia é o mais glorioso empenho dos corações bem formados.

68. Supressão da autoridade – O primeiro ponto por considerar, na compreensão de uma sociedade anárquica, é a inutilidade do Estado, ou melhor, sua ***impossibilidade***. Com efeito, vimos ser o Estado a ***organização da autoridade*** e ter essa autoridade um duplo fim: *a*) – defender os possuidores contra os não-possuidores; *b*) – regularizar a concorrência entre possuidores.

Ora, numa sociedade ***sem propriedade particular*** não pode haver ***possuidores***, não pode haver ***proprietários*** e, sendo assim, não há mister de um órgão defensor dos possuidores. Desaparece o duplo fim da autoridade, desaparece, pois, a autoridade e desaparece o Estado.

69. Supressão do Estado – É bom analisar mais pormenorizadamente essa supressão do Estado. Para isso, encaremos cada uma das sete feições e vejamos como, naturalmente, pela força mesma do princípio da não-propriedade, os aparelhos de compressão mantidos pelo Estado se anulam.

Com efeito, o aparelho político, em sociedade anárquica, não tem razão de ser pois os parlamentos, fabricadores de *leis*, nenhuma serventia terão. As leis são, precisamente, meios de defesa dos possuidores ou regulamentação da concorrência. Em sociedade anárquica, as leis são inúteis. Haverá, quando muito, planos de serviços, decisões por acordo mútuo etc., mas nunca leis obrigatórias, iguais para todos, defensivas de ***direitos*** quaisquer. Assim, o parlamento, o poder legislativo seria absurdo em regime anárquico. Do mesmo modo, absurdos seriam o poder executivo, cuja função é ***executar as leis***, e o poder judiciário encarregado de interpretar as leis e salvaguardar os ***direitos de propriedade***. Quanto aos ***crimes***, e seu julgamento, veremos depois.

Evidentemente, o aparelho militar, destinado a manter os trabalhadores na opressão do salariato ou sustentar as depredações internacionais, nenhum sentido pode ter em sociedade anárquica, onde todos são trabalhadores e impossível é qualquer luta entre ***proprietários*** e ***não-proprietários***.

Extinta a propriedade particular, some-se virtualmente o dinheiro, somem-se os bancos, o comércio, os processos, os tabeliães e comparsas, os advogados, as mesas de renda, as alfândegas, os impostos etc. etc. Desaparece a feição econômica do Estado.

Finalmente, a função pedagógica do Estado, tendente à conservação do capitalismo, à criação de preconceitos e ídolos mantenedores da mentalidade subserviente dos proletários, não pode vingar. A função pedagógica, em sociedade anárquica, não é política, mas *social*, exercida, não por um Estado autoritário que impõe leis de ensino e programas, senão pela agremiação dos professores de todo o país.

70. Governo e direção – Chama-se *governo*, hoje, o corpo diretivo de um Estado. O Estado é um ser abstrato de que os governos são encarnações concretas. Sendo assim, evidentemente não é possível compreender *governos* numa sociedade anárquica.

Isso, porém, não significa, de modo algum, falta de *direção*. Não se admite organização de serviços sem direção técnica e, muito menos, coordenação de serviços prescindindo-se de um ou mais centros coordenadores. De modo que, embora sem Estado, sem autoridade e sem governo, a sociedade anárquica não é uma aglomeração humana caótica ou desordenada. Não tendo *compressão* organizada, a anarquia pretende estabelecer a verdadeira *ordem* entre os homens e essa ordem se obterá graças a uma direção perfeita e harmônica. Substituímos o *governo estatal* pela *colaboração comunal*.

71. Tendências para o regime comunista – Antes de entrarmos no estudo da organização anárquica, penso não ser importuno transcrever aqui o seguinte capítulo de *Piotr Kropotkin* em seu livro: *A Conquista do Pão*:

"Sustentamos que o comunismo é, não somente desejável, mas também que as sociedades atuais, fundadas no individualismo, são ainda *forçadas continuamente* a marchar para o comunismo.

O desenvolvimento do individualismo, nos três últimos séculos, explica-se sobretudo pelos esforços do homem desejoso de premunir-se contra os poderes do capital e do Estado. Supôs um momento, e os que por ele formulavam seu pensamento o pregaram, que podia libertar-se inteiramente do Estado e da sociedade. 'Com dinheiro, dizia ele, posso comprar tudo de que preciso'.

"Mas o indivíduo errou e a história moderna força-o a reconhecer que, sem o concurso de todos, nada pode, mesmo com os seus cofres abarrotados de ouro. Com efeito, ao lado dessa corrente individualista, vemos, em toda a história moderna, a tendência de uma parte para reter o que resta do comunismo parcial da antigüidade, e, de outra, para restabelecer o princípio comunista em milhares e milhares de manifesfações da vida. Desde que as comunas do século décimo, undécimo e duodécimo conseguiram emancipar-se do senhor leigo ou religioso, deram imediatamente grande extensão ao trabalho em comum, ao consumo em comum. A cidade, e não os particulares, fretava os navios e expedia as suas caravanas para o comércio longínquo, cujo lucro a todos cabia e não aos indivíduos; ela comprava também a provisão para os habitantes. Vestígios dessas instituições persistiram até o décimo nono século e os povos, em suas lendas, conservam-lhes piedosa memória.

"Tudo isso desapareceu. Mas a comuna rural luta ainda para manter os últimos vestígios desse comunismo e alcança-o enquanto o Estado não atira seu pesado gládio na balança. Ao mesmo tempo, novas organizações, calcadas no mesmo princípio: ***a cada um conforme suas necessidades***, surgem sob mil aspectos; porque, sem uma certa dose de comunismo, as sociedades não lograriam viver. Malgrado a feição estritamente egoísta, imposta aos espíritos pela produção mercantil, a tendência comunista revela-se a todo o instante, sob todas as formas, em nossas relações. As pontes, cuja passagem era outrora paga pelos viandantes, tornaram-se monumentos públicos. As estradas calçadas, a tanto por légua, só no Oriente existem. Os museus, as bibliotecas livres, as escolas

gratuitas, as refeições comuns das crianças, os parques e jardins francos a todos, as ruas calçadas e iluminadas para todos, a água a domicílio com tendência geral à não limitação do consumo, tudo isso são outras tantas instituições fundadas no princípio: 'Tomar o que vos aprouver'. Os bondes e os trens já admitem a assinatura mensal ou anual, sem contar o número de viagens, e, recentemente, uma nação inteira, a Hungria, inaugurou, na sua rede ferroviária, o bilhete por zonas que permite percorrer 500 ou 1.000km, pelo mesmo preço. Estamos perto do preço uniforme, como no do serviço postal. Em todas essas e em mil outras inovações, a tendência é para não medir o consumo. Um quer percorrer 1.000 léguas e outro apenas 500. São necessidades pessoais e não há razão para exigir de um duas vezes mais que do outro, só por serem as suas duas vezes mais intensas. Eis aí fenômenos que ocorrem até nas nossas sociedades individualistas. Demais, embora ainda muito fraca, há tendência para sobrepor as necessidades do indivíduo à avaliação dos serviços por ele prestados ou por prestar à sociedade. Considera-se a sociedade um todo onde cada parcela tão intimamente se acha presa às outras, que o serviço prestado a tal indivíduo é um serviço prestado a todos. Quando ides a uma biblioteca pública – não à Biblioteca Nacional de Paris por exemplo, mas à de Londres ou à de Berlim – o bibliotecário não vos pergunta, para vos dar o livro ou os 50 livros pedidos, que serviços prestastes à sociedade, e, se não sabeis procurá-los no catálogo, ele vos ajudará. Mediante uma entrada uniforme, geralmente prefere-se uma contribuição em trabalho, a sociedade científica abre os seus museus, jardins, bibliotecas, laboratórios, festas anuais a cada um dos seus membros, seja ele um Darwin, seja um simples amador. Em Petersburgo, se trabalhais numa invenção, ides a uma oficina especial onde vos dão um lugar, um banco de carpinteiro, um torno mecânico, todos os instrumentos de precisão, desde que os saibas manejar, e deixam-vos trabalhar quanto vos apraza. Eis os utensílios, interessai amigos na vossa idéia, associai-vos a outros camaradas de vários misteres se não preferirdes trabalhar sozinho; inventai a máquina ou não inventeis

nada, isso é lá convosco. Arrasta-vos uma idéia, basta. Do mesmo modo os marujos de um barco de salvação não exigem papéis aos marinheiros de um navio sossobrante; largam a embarcação, arriscam a vida nas ondas furibundas e, às vezes, morrem para salvar homens que nem sequer conhecem. E que importa conhecer? Precisam dos nossos serviços, ali há seres humanos, basta, têm direito. Salvemô-los.

"Eis a tendência eminentemente comunista que por toda a parte aponta, sob todos os aspectos possíveis, no seio das nossas sociedades que pregam o individualismo. E, se amanhã uma das nossas grandes cidades, tão egoístas em tempos normais, for visitada por uma calamidade qualquer, a de um assédio, por exemplo, esta mesma cidade decidirá que as primeiras necessidades por satisfazer são as das crianças e dos velhos; sem se informar dos serviços prestados ou a prestar por eles à sociedade, urge tratar logo de alimentá-los, cuidar dos combatentes, independentemente da bravura ou inteligência demonstradas por cada um: mulheres e homens, aos milhares, rivalizarão de abnegação para acudir aos feridos".

72. A propaganda anarquista – Compreendendo que a tendência dos homens é a associação livre, fora da ingerência governamental, os anarquistas desejam apressar o advento desse ***sistema associativo integral,*** como forma única de organização humana. A humanidade, ainda sem a doutrina anarquista, chegaria, pouco a pouco, a libertar-se do trambolho – Estado; mas, tal evolução seria penosíssima e extremamente lenta.

Mostrando os males do capitalismo, analisando minuciosamente os vícios profundos decorrentes da injustiça fundamental, que é a propriedade da terra, o anarquismo apresenta aos homens o comunismo como solução da perpétua crise humana, abre os olhos aos cegos ou incautos, preparando assim a mentalidade coletiva para operar rapidamente a colossal transformação redentora.

II

73. Os adversários do anarquismo – Hoje em dia, há seis grupos bem distintos de adversários do anarquismo. O primeiro é o dos ***possuidores*** de toda a espécie: proprietários, banqueiros, agiotas, comerciantes, pois contra eles precisamente se levanta a doutrina anarquista. Por meio de suas escolas, da sua imprensa, assoalham toda a sorte de invencionices e calúnias contra os anarquistas, chamando-lhes destruidores, incendiários, dinamiteiros, bandidos e mais sinônimos. Organizam sociedades secretas reacionárias como a ***Ku-Klux-Klan*** dos Estados Unidos, levantam partidos violentamente anti-socialistas como o fascismo na Itália, na Alemanha ou na Baviera, como a ***Action Française*** em França; dão mão forte ao clero católico ou protestante se vêem ameaçadas as suas propriedades; perseguem tenazmente os anarquistas, matando-os, encarcerando-os, empastelando-lhes as oficinas, confiscando-lhes as edições dos seus livros e periódicos.

74. Os religiosos – Com esse nome designo, não somente os sacerdotes de toda a casta, mas também os leigos imbuídos do espírito e da educação religiosa. A maior parte deles segue a política da Igreja Católica ou das seitas ortodoxas e protestantes, todas ferrenhamente capitalistas, conservadoras, paladinas da propriedade em sua plenitude. Uma insignificante minoria, sabendo não ser a propriedade dogma da Igreja, nem preceito básico das religiões, deixa-se cativar das verdades do socialismo, compreende o mal-estar humano, procura remédio para a crise social; mas, abeberada na religião e suas fantasias, acredita que, somente nela, acharemos salvação. Sejam os homens crentes e piedosos, tementes a Deus e observadores dos preceitos da sua lei e a paz cairá no mundo.

Objetamos aos religiosos com pesadíssimos argumentos dos quais mencionarei dois principais: *a)* – As religiões, longe de unirem os homens, desunem-nos, como se vê na história e no presente. Povos se entredigladiaram por causa das heresias; populações inteiras de protestantes foram expulsas por ódio sectário; nações

foram perseguidas, como os judeus, queimados pela Inquisição e, ainda hoje, trucidados nos célebres ***pogroms***. Os maometanos não suportam os hindus; os protestantes não tragam os católicos romanos; estes não transigem com seita alguma, anatematizam teósofos, espíritas, positivistas, novo-jerusalemitas etc. etc. Além disso, como seus ensinamentos não se fundam em ***evidências***, afirmações irrefutáveis, que todos sejam forçados a aceitar pelo simples raciocínio ou pela experiência, fácil é surgirem dúvidas, interpretações heterodoxas, heresias. Cada heresia é uma fonte nova de discórdias, animosidades, conflitos em família, entre vizinhos, entre nações. Por isso, as religiões não podem resolver o problema da fraternidade dos homens; ***b)*** – Tomando como exemplo a religião católica, apuramos que, durante 20 séculos, trabalhou ela por moralizar a Europa, policiar o Ocidente, solucionar o problema social. Que vemos? A sua ação, embora muito sensível e até mesmo dominadora, foi ineficacíssima, pois a crise permanece, as guerras se tornam de mais em mais devastadoras, redobram os vícios, inventam-se novos, intensifica-se a prostituição com as dificuldades econômicas, a luta entre homens assume proporções inauditas. A religião poderia, quando muito, moralizar os exploradores, não moraliza nunca os exploradores. Estes escudam-se nas leis que permitem a exploração e, facilmente, se esquecem dos preceitos divinos lembrados só dos seus lucros e ambições. Nenhum negociante religioso deixa passar uma alta de preços artificial ou lesiva dos interesses alheios; nenhum carola restitui, ao lavrador a quem comprou cereais, o excesso dos proventos obtidos por uma alta ocorrida depois da compra. Nenhum devoto do Sagrado Coração de Jesus distribui com seus operários os réditos da sua fábrica.

A religião, finalmente, visa apenas à salvação das almas, o outro mundo, e não procura solucionar as questões econômicas ou políticas.

75. Os pedagogos – Formam o terceiro grupo de adversários do anarquismo. Estes são certos burgueses, espertos muitos, outros bem intencionados, que proclamam a crise humana, reconhecem

os profundos males do regime capitalista, aceitam o programa anarquista, mas afirmam ser impossível realizar a sociedade anárquica desde já, por estar a humanidade ainda atrasadíssima, intelectual e sobretudo moralmente. É necessário, opinam eles, ***educar primeiro as massas***, prepará-las para uma sociedade de homens puros, que dispense polícias, cárceres, demissões e pancada. A anarquia é um paraíso onde só os anjos logram viver.

Esse argumento, à primeira vista forte, nada vale, pelas razões seguintes:

a) – Há muitíssimos séculos se educam os homens e, conquanto intelectualmente os progressos tenham sido assombrosos, mormente no século passado, moralmente foram nulos ou insignificantíssimos. Um filósofo brasileiro, Tobias Barreto, escreveu uma dissertação excelente provando justamente isso. Tempos atrás, proclamou-se que, a cada escola aberta, se fechava uma prisão. A realidade mostrou ser isso puro sonho. Estes últimos 10 anos têm revelado assombrosas tendências imorais em todos os países.

b) – Os homens, em vez de serem maus por natureza, como sustenta essa escola educacionista, são, por índole, bons. O regime capitalista, de concorrência obrigatória, de luta inevitável, é que os torna perversos, falsos, mentirosos, caluniadores, desleais, rancorosos, vingativos. Basta refletir num fato muito expressivo: nenhum pai ousa dar a seu filho o nome de Judas, Nero, Herodes, Tartufo, Iago, Joaquim Silvério, nenhum desses nomes legendários da crueldade ou da vileza. Cada qual procura, ao contrário, chamar a seu filho César, Dante, Homero, Newton, Murilo, nomes de personagens ilustres ou santos. No tempo de Floriano Peixoto, que para muitos encarnava qualidades raras de soldado e administrador, subiam a centenas as crianças batizadas com o seu nome. Ninguém viu ser batizado um Antônio Silvino ou um Roca.

Isso prova que o homem, de seu natural é inclinado ao bem e ao belo. No indivíduo, predomina sempre o instinto altruísta, mas esse instinto ***não se pode desenvolver num regime fundado sobre o egoísmo***. Não há educação que possa tornar o homem irmão do

seu irmão num meio social em que a concorrência econômica induz a ser ***concorrente*** do seu irmão, seu adversário comercial ou político. Não há preceito moral que impeça à pobre operária oprimida de fome e privações vender o seu corpo e obter assim facilmente mais conforto. Não há consciência capaz de falar sempre verdade numa sociedade em que a mentira, a dissimulação, a hipocrisia são defesas necessárias, mais que necessárias, vitais.

Considere-se agora que formidável progresso moral não se operaria no mundo, se passássemos rapidamente para uma sociedade anárquica. Sendo a anarquia uma sociedade ***sem propriedade particular***, seriam impossíveis o roubo, o furto e suas modalidades, a fraude, o jogo, o estelionato, o vigarismo, a finta, o calote etc. etc. Assegurada a vida e o conforto de todos, nenhuma necessidade teria a mulher de prostituir-se. Cessando completamente os ***processos indiciais***, cessariam, por encanto, dois terços de ódios, brigas, desavenças entre homens, parentes e famílias. Os homens, sabendo ser tudo de todos, verificando praticamente que a sua felicidade e bem-estar dependem do bem-estar de todos, e que o seu trabalho, cooperando para o conforto coletivo, redunda em benefício seu e não de seus exploradores, habitua-se fatalmente a ações altruístas, pela própria força das circunstâncias, se moraliza, se ***educa*** para a bondade. Portanto, para os pedagogos, o ideal seria apressar o advento da anarquia por ser este o processo mais rápido e seguro de educar-se moralmente o homem.

Todos sabem que o fruto depende do terreno. Em terreno ruim, ruim será o fruto. Num regime social péssimo, é milagre haver homens bons; num regime social bom, seria milagre um homem ruim.

c) – A educação para fins comunistas é impossível no regime capitalista. Mal os governos percebem semelhante educação, perseguem os educadores, fecham-lhes as escolas e intensificam nas suas escolas, nos seus liceus, nas suas ***ligas patrióticas***, a educação contrária. O caso Ferrer, de que já falei, é bem ca-

racterístico. Outro exemplo frisante dá-nos o *fascismo* na Itália. Mussolini fez aliança com a Igreja e publicou um regulamento segundo o qual, nas escolas públicas, se exige exame de religião feito pelo vigário da freguesia; nos liceus e universidades, impõe-se aos alunos e professores a prova de conhecimento da doutrina católica. Ao mesmo tempo, qualquer manifestação de ensino libertário é perseguida implacavelmente. Vimos que o Estado mantém um aparelhamento educativo formidável. Seria absurdo querermos opor-lhe outro aparelhamento insignificante para mudar a mentalidade das massas. Para mudar essa mentalidade, o melhor processo é destruir o aparelhamento do Estado, é instituir a Anarquia.

76. Os socialistas reformistas – Muita gente confunde socialismo com anarquismo, conquanto entre as duas doutrinas haja profundas dissemelhanças. Podemos asseverar que mais perto se acha o socialismo atual do capitalismo do que do comunismo anárquico. Tanto é assim, que os capitalistas, a princípio assustadíssimos com o socialismo, pouco a pouco foram compreendendo o seu nenhum perigo e as vantagens até da sua adoção como engodo aos operários. De modo que, é hoje freqüentíssimo ver proprietários, industriais, comerciantes e banqueiros, socialistas apaixonados, amigos estremosos dos ***seus*** operários, prometendo-lhes percentagens nos lucros, promovendo cooperativas, inventando folguedos e distrações, prêmios e beneficência para os empregados. Operários e empregados calam as suas possíveis queixas ante a magnanimidade de tão bons patrões e fecham os olhos e ouvidos à propaganda anárquica.

A esses espertos juntam-se os espertíssimos políticos profissionais. Pintam a anarquia como o banditismo supremo, o assassínio, o incêndio, o latrocínio saqueador. Para eles a grita operária é justa, as reclamações contra a tirania capitalista devem ser satisfeitas; mas, dizem eles, tudo se pode fazer sem violências, por evolução natural do direito, com leis progressivamente liberais. O Estado ocupar-se-á desse problema e, em breves dias,

de reforma em reforma, chegaremos ao desejado regime socialista, em que o trabalhador ganhará precisamente o fruto do seu trabalho.

Esses ***socialistas*** são claramente ***reformistas***. O plano deles foi denunciado pelos anarquistas que mostraram ser pantomima esse ***reformismo***. Os capitalistas só ***aparentemente*** concedem vantagens aumentando, de combinação uns com os outros, os preços dos gêneros, de modo que o trabalhador, ganhando mais, *gasta* ***mais***, exatamente na mesma proporção do excesso de ganho.

Esse reformismo legislativo tem prejudicado muito o advento da anarquia, porque os trabalhadores, homens rudes e ingênuos, do mesmo modo que se fiavam no ***padre*** e na ***Igreja***, se fiam muito ainda nos ***políticos*** e nas ***leis***, nomes diferentes de um mesmo inimigo, o ***proprietário***. Enquanto o trabalhador se entregar nas mãos desses ***protetores***, não adiantará no caminho da sua emancipação.

77. Os socialistas coletivistas – Estes, pouco numerosos, são uma espécie de reformistas, porém concebem um sistema social definido, para o qual devemos passar imediatamente e não por meio de reformas paulatinas. Somente o plano deles é meramente reformista, porquanto não altera fundamentalmente o sistema capitalista. Com efeito, o coletivismo é um capitalismo de Estado. Pensam os coletivistas que extinguirão o ***salariato*** pelo fato de extinguirem a ***moeda***, representante da propriedade; mas, o que eles propõem não passa da mesma moeda com outra forma e nome.

Efetivamente, a substituição consiste no seguinte:

a) – em vez da ***moeda metálica***, representativa dos objetos móveis, imóveis e semoventes, instituem-se umas ***cédulas – cupons*** – representativas de ***tempo de trabalho***. Assim, em vez de 2 francos, 10 cruzeiros, 100 pesetas, 1000 liras etc., ter-se-ão, por exemplo, bônus de meia hora, 3 horas, 10 horas, 100 horas etc.

b) – O trabalho será ***qualificado***, isto é, trabalhos que exigem maiores dons, maior capacidade, maiores esforços serão ***cotados***

mais que os outros. Assim, uma hora de um engenheiro célebre valerá 100 horas de um faxineiro ou 10 horas de um mero professor de matemática.

Essa dificílima avaliação, naturalmente é obra do Estado, a quem incumbem todas as funções diretivas da coletividade. Compreende-se logo, não somente a impraticabilidade do sistema, como, se fora possível realizá-lo, a nenhuma vantagem dele sobre o atual. Tudo prosseguiria como está: a mesma concorrência, os mesmos aparelhos compressores, o mesmo parasitismo, os mesmos vícios etc. etc. Quem joga hoje tostões ou francos, jogaria amanhã horas e minutos, mas tudo seriam *produtos*. Responde-se que as ***cédulas de trabalho*** são ***intransferíveis***, o que impossibilitaria o jogo; mas, não vêem que podem comprar charutos, frutas, extratos etc., e jogá-los depois de comprados.

A crítica do coletivismo evidenciou a sua intolerância como solução do problema social, e pouco êxito logrou nos meios revolucionários.

78. Os socialistas autoritários – Parece um contra-senso haver ***socialistas autoritários***, isto é, cujo processo de transformação social se apóie na ***autoridade***. Com efeito, o fim desse, como de todo o socialismo, deveria ser a supressão de ***qualquer*** autoridade e o fim dos socialistas autoritários é declaradamente esse. Apenas, eles querem destruir a autoridade ***capitalista*** e afirmam que, para atingir esse ideal, é necessário criar outra autoridade, a autoridade ***proletária***, capaz de esmagar a primeira (a capitalista). Acham, assim, de absoluta necessidade: 1.° – que o proletariado se revolte contra o capitalismo; 2.° – que se aposse do Estado e seus aparelhos compressores; 3.° – que estabeleça uma ***ditadura do proletariado*** sobre a classe burguesa; 4.° – que desse modo transforme o Estado capitalista em Estado proletário. Acreditam eles que, chegando a esse ponto, o Estado, esse órgão compressor, escravizador da classe não-possuidora, fatalmente desaparecerá pois, extinta a classe possuidora, só a não-possuidora resta e não haverá quem a comprima.

Essa doutrina, assentada nos princípios do socialista alemão Karl Marx e combatida acesamente pelos anarquistas, desde Bakunin, está sendo realizada, desde novembro de 1917, na Rússia, com o nome de bolchevismo.

Para isso, organizaram um Estado ***intermediário***, cujo fundador, o célebre Lenin, calcula que deva durar uns 90 anos. Esse Estado tem as feições de qualquer Estado capitalista e há nove anos exerce o terrorismo, não somente sobre os antigos proprietários, mas também sobre qualquer indivíduo, ainda mesmo que do seu próprio partido, que ouse rebater teoricamente suas afirmações ou contrariar as decisões dos dirigentes[2].

A feição ***política*** desse Estado é constituída por ***sovietes*** ou ***assembléias*** de trabalhadores, podendo ser um ***soviete*** geral ou congresso de ***sovietes*** locais de operários, camponeses, soldados ou marinheiros. Esses ***sovietes*** são o ***órgão legislativo***, de onde emanam os códigos, leis, programas de governo, diretrizes políticas etc. etc. O poder executivo consta de um comissariado geral do povo russo, com um ***presidente*** eleito pelos ***sovietes***. Esses comissários correspondem exatamente aos ministros das outras nações. O poder judiciário é exercido por juízes escolhidos pelos ***sovietes*** locais.

A feição ***militar*** se manifesta por um exército ***vermelho***, uma esquadra, poderosa aviação de combate e uma polícia a princípio conhecida pelo nome de ***Tcheca***, e hoje pelo de GPU. Essa polícia espia minuciosamente os atos de todos os indivíduos suspeitos, persegue os não conformados com a ditadura, encarcera-os ou condena-os sem remissão.

A feição ***econômica*** e ***financeira*** é caracterizada pelo monopólio financeiro do Estado. Fundou-se um banco do Estado, o único permitido na Rússia, a princípio. Depois, as circunstâncias forçaram os dirigentes a conceder a fundação de bancos estrangeiros fiscalizados pelo Estado. O banco do Estado emite notas sobre lastro ouro, como qualquer outro banco.

Embora na primitiva Constituição russa houvesse declarado extinta a propriedade particular, basta a existência da moeda,

portanto da compra e venda, para mostrar que ela permanece intacta. Apenas o Estado se apossou das ***propriedades imóveis***, terras, vias férreas, casas, fábricas, trapiches etc., tornando-se proprietário único, mas com todas as características do patrão capitalista. Assim, aluga as casas, paga salário aos operários e empregados, retém os lucros das empresas, dispõe do dinheiro apurado como lhe apraz.

Para dirigir todos esses serviços, mantém uma organização autoritária, em pirâmide, perfeitamente análoga às organizações dos demais países capitalistas, tudo sob a mais rígida disciplina. Constituiu-se naturalmente uma colossal burocracia dominante, maior ainda que a do tempo dos czares.

A feição ***pedagógica*** caracteriza-se pela mesma exclusividade do Estado. Todos os ramos da instrução acham-se nas mãos do Estado soviético e orientam-se nos princípios impostos pelos detentores do Poder. É crime ensinar, nas universidades ou nos liceus, quaisquer idéias sociais diferentes das pregadas pelos chefes bolchevistas. Só o Estado tem direito de publicar livros, jornais, revistas, e as poucas licenças concedidas a particulares são sempre sob inspeção rigorosa da polícia. Discordar das doutrinas bolchevistas, criticar as medidas de ordem geral, apontar erros, por mais claros, é considerado sinal de tentativa contra-revolucionária e os culpados sofrem imediatamente a ***ditadura do proletariado***.

Os anarquistas insurgiram-se contra semelhante organização pseudocomunista e contra tais processos de transformação, do regime capitalista para o regime comunista. Longe de destruírem a propriedade, eles reforçam-na, porquanto substituíram os possuidores, individualmente fracos, por um possuidor, o Estado, extraordinariamente forte. Os trabalhadores, que nos demais países defendem o seu trabalho por meio de greves, sabotagem, luta sindical, valendo-se da fraqueza dos patrões ou da pequena autoridade do Estado, autoridade restringida por leis, pela concorrência, pela opinião pública livre, pelos partidos em luta, no regime bolchevista vêem-se impossibilitados de qualquer reação

por terem acima deles um patrão incomensuravelmente mais forte, uma autoridade sem freios e sem peias.

Os bolchevistas esperam que, mais tarde, normalizadas as coisas, se vá o Estado soviético, por si mesmo, desfazendo da sua autoridade, despatronizando e entregue à coletividade terras, prédios, usinas etc., até chegar ao comunismo. Que comunismo seja esse não nos dizem.

Assim, os socialistas autoritários proclamam, como ideal, uma sociedade sem propriedade particular, comunista: acham, porém, que não se pode instituir tal sociedade sem uma fase intermediária, a ditadura do proletariado.

Entretanto, essa ditadura, como aliás qualquer ditadura, não passa de uma ditadura de partido, a do partido bolchevista, que a si mesmo se intitula ***partido comunista***.

Embora queiram um regime ***comunista***, os bolchevistas russos perseguem os anarquistas com a mais flagrante incoerência, apenas porque estes condenam o processo de transformação social por meio de um Estado intermediário, para eles contraproducente.

Essa rivalidade entre anarquistas e socialistas autoritários vem de longe, desde a luta entre Karl Marx, fundador da social-democracia, a Bakunin, campeão do anarquismo.

Realmente, os anarquistas condenam esse socialismo e particularmente o bolchevismo pelas seguintes razões:

1.° – É insensato manter o Estado, a propriedade sob a forma estatal, a moeda, a autoridade, a burocracia, todas as instituições capitalistas, como meio de passagem para o comunismo, quando nada impediria se iniciasse logo o regime comunista. Os bolchevistas se defendem dessa acusação afirmando que, na Rússia, as circunstâncias obstaram à instituição ***imediata*** do comunismo; que eles não são ***sonhadores*** como os anarquistas, mas homens práticos, observadores exatos das condições históricas e mesológicas e por isso tiveram de caminhar um pouco sem ir a fundo, logo de vez, ao comunismo integral. Essa defesa é inconsistente. Longe de se pautarem pelas circunstâncias, os bolchevistas, neste

particular, não fizeram mais que, de caso pensado, impor às circunstâncias idéias preconcebidas. Com efeito, a teoria do Estado intermediário já vem desde Karl Marx e a ditadura do proletariado acha-se, tal qual a exercem os bolchevistas, no ***Manifesto Comunista***, de Marx e Engels. Demais, os bolchevistas, muito de propósito, destruíram a organização essencialmente comunista que o anarquista Nestor Makno e seus camaradas iniciaram com admiráveis resultados.

2.° – É impossível e absurdo querer passar ao ***comunismo integral*** servindo-se do Estado como órgão transformador, por ser ele um aparelho diametralmente oposto ao comunismo e o seu maior empecilho.

Mas, dizem os bolchevistas, o Estado bolchevista não é semelhante ao Estado capitalista, porque este procura defender a ***propriedade privada*** e ***regular a concorrência***, ao passo que o outro instituiu uma ***propriedade social*** e, sendo o dono de tudo, mata a concorrência entre possuidores.

Respondemos que tudo isso é ilusão. Em primeiro lugar, já vimos que ele conserva todas as feições características do Estado capitalista, feições denotadoras da sua função essencial, a de defensor dos possuidores contra os não-possuidores. Resta, pois, saber onde se acham esses possuidores, desde que o Estado é dono de tudo.

E aqui chegamos à mais significativa objeção do anarquismo ao bolchevismo. Com efeito, afirmam os anarquistas, a manutenção do Estado, qualquer que ele seja, após a revolução expropriadora, tem por conseqüência a ***formação de nova casta de possuidores***.

O economista francês, Leroy-Beaulieu, num livro célebre sobre o ***Estado Moderno e suas Funções***, demonstra à evidência o erro fundamental do socialismo de Estado, e um dos pontos principais da sua crítica foi este: os serviços dirigidos pelo Estado levam à formação de uma ***enorme burocracia*** dispendiosa, desleixada e autoritária. Organiza-se em casta e é, pouco a pouco, induzida a cuidar mais do seu bem-estar e interesses pessoais,

que do serviço público. A tendência dessa burocracia, além disso, é reclamar sempre maiores vencimentos e, para isso, arranjam justificativas para comissões, ajudas de custo, verbas especiais, material etc. etc. Nesse corpo burocrático, os políticos de cima, desejosos de aumentar o seu prestígio pessoal, vão metendo os seus parentes, os filhos dos amigos, apaniguados de toda a espécie, a eles dedicados e fiéis servidores do seu partido.

É exatamente o que se tem dado na Rússia onde o desenvolvimento da burocracia bolchevista foi instantâneo e formidável, assumindo proporções jamais vistas. Dessa burocracia se queixa amargamente o maior dos fundadores do bolchevismo, Leon Trotsky. Eis como ele conta uma conversa, a última, com Lenin:

"Lenin mandou chamar-me ao Kremlin, falou-me da espantosa extensão do burocratismo em nosso aparelho soviético e da necessidade de achar uma alavanca para encarar seriamente essa questão. Propôs criar uma Comissão especial junto do Comitê Central e convidou-me a tomar parte ativa no trabalho. Respondi-lhe: – Vladimir Ilitch, minha convicção é que nos cumpre ter em vista que atualmente, na luta contra o burocratismo do aparelho soviético, na província como no centro, uma seleção de funcionários e especialistas, membros do partido, sem partido ou meio membros do partido, se vai criando em torno de certos grupos e personalidades dirigentes do Partido, na província, no distrito, na região, no centro, isto é, no Comitê Central etc. Fazendo pressão sobre o funcionário, vamos topar no dirigente do Partido, a cujo séquito pertence o especialista, e, na situação atual, eu não desejaria encarregar-me disso. – Vladimir Ilitch refletiu um instante e declarou, reproduzo quase literalmente as suas palavras: – Digo, pois, que importa combater o burocratismo soviético e você propõe se ajunte igualmente o Bureau de Organização do Comitê Central? – Surpreendido com essa resposta, pus-me a rir pelo fato de me não haver ocorrido uma fórmula tão bem acabada. Respondi: – Veremos. – Vladimir Ilitch disse-me então: – Pois bem, proponho-lhe fazermos um bloco. – Acrescentei: – Com um homem de bem é muito agradável formar bloco. – Em definitivo, Vladimir Ilitch me

disse que propunha se criasse junto do Comitê Central uma Comissão de luta contra o burocratismo ***em geral*** e que através dela, alcançaríamos igualmente o Bureau de Organização do Comitê Central".

Outras muitas citações interessantes poderiam ser aqui feitas se tivéssemos espaço. Um comentário, entretanto, convém muito à medida sugerida por Lenin. Note, com efeito, o leitor que o remédio proposto redunda num agravamento de burocratismo, pois se aventa a criação de mais um órgão burocrático, a tal ***Comissão de luta***. A característica mais certa da burocracia estatal é precisamente esta: a proliferação de comissões e subcomissões para tudo.

O Estado bolchevista conserva a moeda e o salário. Mantém, portanto, dizem os anarquistas, tudo quanto basta para indicar a permanência da propriedade particular. Terras, imóveis, fábricas, vias férreas é tudo do Estado, mas os habitantes são ***proprietários do seu salário e daquilo que compram com ele***. Estão na mesmíssima situação de antes. A mudança única foi esta: em vez de muitos capitalistas, haveria hoje, na Rússia, um capitalismo só: o Estado. Suponhamos que na Alemanha, Hugo Stines houvesse conseguido comprar todas as minas, todos os prédios, todos os navios, todas as estradas de ferro etc. Seria o único possuidor ante 60 milhões de não-possuidores. Nem por isso estaria extinta a propriedade particular.

Sendo os trabalhadores donos do seu salário, quer dizer, do dinheiro pago pelo Estado, nada impede que uns economizem mais que outros, emprestem a juros, façam agiotagem, comprem num para vender noutro, conforme a lei da oferta e da procura, acumulem, joguem, entesourem, enriqueçam, enviem para o exterior as suas economias, formem assim, pouco a pouco, uma plutocracia triunfante. Com esse dinheiro junto, eles facilmente irão galgando as posições de comando por meio dos empréstimos aos poderosos, e influirão fatalmente na política do Estado pseudo-comunista para desvirtuá-lo e torná-lo novamente capitalista. É o que está sucedendo na Rússia. Os chefes do ***Partido Comunista***,

ainda em vida de Lenin, foram forçados à primeira ***mudança***, às primeiras ***concessões***, permitindo bancos estrangeiros na Rússia, fazendo contratos com firmas estrangeiras, dando ***liberdade de comércio*** a certas firmas e indivíduos. Essas concessões, asseveram os anarquistas, são fatais e multiplicar-se-ão com o tempo.

O Estado soviético há-de voltar a Estado capitalista como qualquer outro. Será necessário outra revolução para chegar-se ao comunismo.

Todavia, a Revolução Russa, conquanto para os anarquistas houvesse vindo confirmar as suas previsões, produziu grande alvoroço e foi uma extraordinária afirmação do ideal comunista. Veio acentuar bem, aos olhos dos capitalistas, que a tendência para a anarquia não é mero sonho de alguns alucinados, mas realidade tangível e muito mais próxima do que supunham.

Desiludidos do processo revolucionário bolchevista, os trabalhadores compreenderão que o único meio de instituir solidamente o comunismo é mudar prontamente a mentalidade do proletariado tirando-lhe dos olhos o Estado-providência e fazendo-o viver logo a vida sem o ***meu*** e o ***teu***. Algumas semanas de tateamento para a adaptação à nova ordem de coisas ensinar-lhe-ão muito mais que 10 anos de propaganda intensiva num regime estatal.

79. Males do partido político – Contra o programa do socialismo autoritário opõem ainda os anarquistas o preceito, diariamente verificado, da ineficiência dos partidos políticos. Essa ineficiência provém do desvirtuamento natural das idéias, ou melhor, do ideal doutrinário com as lutas pequeninas das campanhas eleitorais. Os indivíduos, presos por questiúnculas interesseiras, ansiosos de vitórias parlamentares, visando grande número à satisfação de ambições pessoais, vão insensivelmente tergiversando, transigindo aqui e ali, entrando em conchavos e acordos, todos mais ou menos deturpadores dos princípios fundamentais.

Isso que se tem dado em todos os países, com todos os partidos, socialistas ou não, deu-se precisa e eloqüentemente com a

social-democracia alemã, isto é, com o partido fundado pelo próprio Karl Marx, o tal socialismo autoritário de onde saíram os bolchevistas russos.

O escritor holandês, Nomela Niewenhuis, escreveu um livro notável, intitulado ***O Socialismo em Perigo***, especialmente para mostrar o sério inconveniente dos partidos, exemplificando com a social-democracia, tão inimiga do anarquismo.

O partido gera naturalmente o ***partidismo***. Os seus aderentes são logo sujeitos à severa obediência às decisões de um ***diretório***. Esse diretório é constituído pelos homens de ***maior prestígio***, digamos, os de mais dinheiro, instrução ou habilidade política. Esses indivíduos, possuidores ou representantes de possuidores, ambicionam os cargos mais importantes ou mais rendosos para si ou para os seus e facilmente cogitam de obtê-los por quaisquer processos. E assim, vão-se as idéias, os programas sinceros, com prejuízo sério da massa proletária ou dos cidadãos sinceros.

O partido comunista russo, apossando-se do poder, malgrado a tremenda ditadura terrorista, implantada por ele na Rússia, há-de sofrer, e está sofrendo, a mesmíssima nefasta ação desse mal inevitável. Com efeito, para salvar o partido, mantê-lo no poder, não trepidam em variar os planos, de idéias, de fazer concessões, ***recuos necessários*** – como dizem –, de exercer sobre os ***sovietes*** uma inacreditável opressão, suscitando, por toda a parte, descontentamentos profundos e plantando gemens de revoltas insuportáveis.

Nós anarquistas, aliás, nada censuramos no procedimento deles. Fazem o que pregam, executam o que supõem melhor. Cada qual tem o direito de procurar realizar os seus ideais. O que, porém, não podemos aceitar é a imposição do partido comunista russo a todos os socialistas do mundo. Para eles, só os processos bolchevistas servem, e, ou se faz a revolução mundial com eles, ou não se fará. Todos os discordantes, em qualquer país, são considerados contra-revolucionários e inimigos do comunismo. Vejamos agora, mais de perto, como se propõem os anarquistas organizar a sociedade comunista de feição libertária, ou ***não-autoritária***.

TERCEIRA PARTE

I

80. Centralismo e federalismo – Os socialistas autoritários pregam o *centralismo*, isto é, a organização social centralizada nas mãos de um poder único, diretivo, de um governo onipotente, que todos os poderes locais, todas as agremiações, todos os agrupamentos sociais obedeçam e prestem auxílio.

Opinam eles que, sem isso, não serão os proletários suficientemente fortes para lutarem contra o capitalismo e os contrarevolucionários. Estendem mesmo essa febre centralista aos agrupamentos revolucionários de todo o mundo. Assim, fundaram a chamada *Internacional Sindical Vermelha* para a qual convidaram todos os sindicatos operários do mundo. Inscritos todos eles nessa Internacional com sede em Moscou, poderão, disciplinadamente, executando as ordens emanadas desse centro, operar, com eficiência, contra o inimigo comum. Se há uma *frente única* burguesa, faça-se a *frente única* proletária. Esse modo de proceder está de acordo com a doutrina marxista do *Estado intermediário* com a ditadura do proletariado e o seu conseqüente terrorismo político.

A esse processo opõem os anarquistas, desde o tempo de Bakunin, o *federalismo*. Sendo o fim do anarquismo passar *imediatamente* do capitalismo ao comunismo anárquico, o processo de arregimentação das massas proletárias não pode ter esse caráter de centralização disciplinada.

Nosso sistema é o seguinte: nas numerosas zonas agrícolas ou industriais, os trabalhadores agrupam-se em sindicatos conforme as suas profissões ou ofícios. Esses sindicatos ***federam-se*** em certas regiões, mantendo entre si as ligações necessárias e todos dentro das mesmas idéias e com a mesma finalidade. Essas ligações são mantidas por delegados dos sindicatos em assembléias freqüentes, sendo as decisões dessas assembléias sancionadas ou não pelos sindicatos.

Por sua vez, as federações dos diversos países ou das diferentes zonas formam entre si uma ***confederação*** sob os mesmos princípios com seus ***congressos*** anuais.

Temos assim:

a) – inteira ***autonomia*** do sindicato, célula da organização comunista futura, autonomia extremamente necessária para habituar os trabalhadores a agir por si mesmos e neles criar a mentalidade indispensável a um regime libertário;

b) – a prática, desde já, do livre acordo e da disciplina moral, em vez da subserviência a ***ordens de chefes***;

c) – a absoluta abstenção de politiquice interna incitadora sempre de ambições de mando, ressentimentos, enredos perniciosos e intrigas de partidos.

No sistema centralista, com efeito, há chefes, chefetes, subchefes locais e um cultivo intenso do sentimento de autoridade. Há, como no aparelhamento burguês, cargos, nomeações, suspensões, demissões, expulsões etc.

81. A comuna – O que se disse no número anterior, refere-se tão-somente, à organização ***preparatória*** dos trabalhadores na luta contra a burguesia proprietária, mas entremostra logo o fundamento da organização anárquica da sociedade futura.

A primeira condição, como se viu, é a agremiação dos trabalhadores de qualquer localidade em ***associações profissionais***. O conjunto dessas associações constitui uma *comuna*.

Para esclarecer bem esse ponto capital, tomemos um exemplo. Suponhamos uma grande usina de açúcar numa zona de canaviais. Em regime capitalista, é uma ***propriedade***, pertence a

um dono que, por si ou por um administrador, dirige os serviços, dando *ordens*, tirando o máximo esforço dos trabalhadores e pagando um salário mínimo. O dono mora em boa casa, tem criados de servir, estrebaria com cavalos de sela, carros, estribeiros etc. Há mecânicos para as máquinas, carpinteiros, ferreiros, pedreiros para novas obras ou reparos, fornalheiros, turbineiros, homens e mulheres do eito, carreiros, cambiteiros, metedores de cana, destiladores etc. É uma população, digamos, de 600 almas numas 100 famílias.

A organização ali é autocrática: a lei é a obediência às ordens transmitidas pelo ***feitor***, fiscal do serviço, indivíduo privilegiado, com salário muito maior e, às vezes, pequeno interesse nos lucros.

Em regime comunista anárquico, as terras, a fábrica, as casas, são da coletividade: não há dono, nem feitor, nem salário. Tudo é de todos; ninguém manda. Todo o serviço se executa por acordo mútuo e deliberações de cada sindicato.

82. Tipos de comuna – O exemplo supra não faz ver as modalidades possíveis da comuna, pois o aspecto de cada uma variará conforme o ***ecúmeno geográfico***. Chama-se ***ecúmeno*** uma ***região habitada***. Como cada qual tem os seus caracteres geográficos especiais, a população é forçada a adaptar-se às condições do meio adquirindo também caracteres próprios. Assim, a população nômade das estepes, a população dos oásis africanos, os esquimós, os pescadores da costa senegalesa, os estancieiros do Rio Grande do Sul, os seringueiros do Amazonas, são tipos muito diferentes, diferenciação produzida pelo ecúmeno geográfico, pelo modo de vida que os recursos de cada região impõem.

O comércio entre povos criou ecúmenos curiosos. Os mares navegados diariamente são ecúmenos, pois neles, dentro dos navios, vive permanentemente uma população inteira, a dos marítimos, com hábitos especiais e modo de vida característico. As estradas de ferro também, por si mesmas, constituem um ecúmeno para os indivíduos ocupados normalmente no seu serviço.

Compreende-se, pois, que as comunas variem de aspecto, segundo o ecúmeno onde se formam. Uma estrada de ferro constituída em comuna ou fieira de comunas federadas é, manifestamente, mui diversa, quer externa quer internamente, no seu funcionamento, de uma comuna nos pinheirais do Paraná, de outra, criadora de gado, nos campos de Mato Grosso, de outra, de pescadores, no litoral.

Entretanto, todas elas terão, de comum, o princípio fundamental da anarquia: ***de cada um segundo as suas forças; a cada qual segundo suas necessidades.***

83. O município – Nos ecúmenos vastos ou densos, seria impossível ou inconveniente formar-se uma comuna só. Imperioso é constituírem-se múltiplas comunas perfeitamente relacionadas entre si. Esse agrupamento de comunas é o ***município.***

Esse termo é impróprio. Deriva de ***munus***, impostos, contribuição, e ***capere***, captar, perceber.

Em sociedade capitalista é exatamente a circunscrição administrativa menor do Estado, a ventosa dos tentáculos sugadores. Em comunismo anárquico, o município é um centro coordenador da atividade comunal, quer para a produção, quer para a distribuição, quer para o auxílio mútuo. Com efeito, o regime anarquista é um regime de cooperação geral, que necessita de um centro organizador de tal cooperação.

84. A Federação – Os municípios, por sua vez, precisam de correlacionar-se, política e economicamente, num organismo já independente de um determinado ecúmeno. Podemos acentuar mesmo que esse novo organismo, mais vasto, coordena ***zonas***, ecúmenos diferentes, para promover o entreauxílio de todos.

Temos assim uma ***federação*** de municípios que pode abranger um país inteiro, com sua sede ou capital.

85. A Confederação – Enfim, as várias federações, representativas de países ou frações de países, serão ligadas por um órgão coordenador delas, internacional, portanto, a que chamamos ***Confederação.***

86. Característico da organização política anárquica – Vimos que a organização burguesa atual parte de cima para baixo: a *nação* dividida em províncias, a *província* dividida em *municípios*; o poder central ou Estado, centralizando a administração do todo, fabricando leis impositivas, quer às províncias, quer aos municípios.

A organização anárquica, não assentando em nenhum *poder*, mas no *acordo mútuo*, é diametralmente o oposto à centralização; parte da comuna independente para o município, aliança de comunas; para a federação, aliança de municípios, até a confederação, aliança de federações. Veremos que, enquanto o Estado dá ordens a todos, os centros municipais, federais, confederais, apenas recebem ofertas ou pedidos das comunas e regulariza o auxílio mútuo entre elas.

II

87. Organização interna da comuna – Já sabemos que a comuna é uma *associação* de trabalhadores, entendendo-se por *trabalhadores*, homens e mulheres que procuram aproveitar as energias cósmicas para realizar a vida mais feliz possível. A primeira condição para colimarem esse desideratum é a *liberdade* ou melhor a *anarquia*. Dizemos *liberdade* e não *licença*. No estado de *licença* não há regime nem sistema social. Cada qual faz o que entende, cada cabeça dá uma sentença, o acordo é impossível, e irrealizável a vida. A liberdade pressupõe o *acordo mútuo* e quem diz *acordo* diz *limitação da vontade*, compromisso moral de executar fielmente as cláusulas do acordo. *Liberdade* é a possibilidade de realização do acordo entre todos. Desde que um indivíduo rompe o acordo, já impede que os demais o cumpram também, suprime-lhes a possibilidade de realização. Se sou pedreiro e me associo com um carpinteiro, um entalhador, um pintor, um ferreiro, para construirmos juntos cinco casas, uma para cada um, e se, feita a minha, alego um pretexto qualquer para não ajudar os outros, ou se falho ao serviço, lá chego tarde e

saio cedo, impeço ou dificulto a realização do acordo feito, cerceio a ação dos demais, tiro-lhes a ***liberdade de trabalho***. Se sou mais forte que os demais ou estou bem armado, posso impedir até que eles sozinhos se atrevam a continuar a empresa. Neste caso, o meu ato se denomina ***opressão***.

De modo que, na comuna anárquica, há-de haver perfeita ***igualdade social***. Note-se bem que digo ***social***. Os anarquistas proclamam que os homens são todos *desiguais*. Basta ver que não há dois indivíduos no mundo com impressões digitais idênticas. Também podemos afirmar, com maior razão, que não há dois cérebros iguais; não há dois caracteres, desejos, idéias, vocações, tendências, inteligências, nem aptidões iguais. Quando falamos em ***igualdade***, referimo-nos à igualdade de ***condições sociais*** para desenvolvimento ***livre*** das desigualdades naturais. Sem essa igualdade, a liberdade, como a definimos, não se compreende.

Na comuna, portanto, não há nenhuma ***autoridade que obrigue a fazer*** ou ***deixar de fazer alguma coisa em virtude de lei***. ***O*** indivíduo, entrando na comuna, aceita um acordo expresso ou *tácito*; compromete-se, expressa ou tacitamente, a cumpri-lo, mas ninguém o força a isso, caso não o queira mais. Como, porém, o acordo é em ***benefício dele***, pois tanto maior será o seu bem-estar, quanto mais perfeita for a ***liberdade***, isto é, a harmonia no cumprimento do acordo, os rompimentos serão raríssimos, senão impossíveis.

Hoje em dia, na sociedade capitalista, em que o bem-estar individual é função da maior soma das riquezas adquiridas, são freqüentíssimos os rompimentos de contratos e acordos, frutos da concorrência industrial e comercial.

Na anarquia, tal não se dará, porque, não podendo o indivíduo viver sozinho, o rompimento com os companheiros lhe seria prejudicial, como veremos.

88. As assembléias de classe – Sendo a comuna constituída só de ***trabalhadores***, é naturalíssimo que se agrupem os comuneiros em *classes* ***profissionais*** para melhor planejamento, distribuição e execução dos ***serviços***. Todos os trabalhos de car-

pintaria estarão necessariamente a cargo dos carpinteiros; do ensino cuidarão os professores; da saúde geral, os médicos, e assim por diante.

Todos os problemas, projetos, programas e sua efetivação ficam destarte entregues à competência dos mais entendidos.

Essas assembléias não têm presidentes, nem secretários, nem tesoureiros, pois não há dinheiro que guardar, cobrar ou gastar. Qualquer comuneiro dirige os debates. Note-se, desde já, que as assembléias comunais, assim especializadas são em geral muito reduzidas e pouco haverá que discutir.

Tais assembléias reunir-se-ão sempre que for necessário.

89. Distribuição dos serviços – Ninguém conhece melhor os bons técnicos ou a capacidade de cada companheiro do que os próprios companheiros. Logo, natural e espontâneo é que o chefe de um serviço seja apontado ou proclamado pelos próprios camaradas. É o que se passa em toda a parte, quando se escolhe um orador, um emissário, um delegado, um cabeça de cangaço etc. Os selvagens proclamam seu tucháua o mais valente; nas associações anarquistas, os vários serviços de propaganda, falada ou escrita, as festas, a distribuição de folhetos, a ação nos sindicatos etc., tudo é feito sem nenhuma votação, cabala ou nomeação, mas por indicação e aprovação geral ou oferecimento espontâneo, aceito pela assembléia.

Assim, confiados os serviços às associações ou grupos profissionais, a esses compete escolher o mais competente para ***dirigir*** os serviços, sujeito, naturalmente, a ação dele à anuência crítica ou discussão da assembléia.

Ao diretor técnico incumbe projetar, expor e distribuir os serviços necessários, escolher os trabalhadores adaptando os mais idôneos a cada mister.

A distribuição do serviço é feita sempre na véspera, em tabela afixada depois de aprovação, de modo que, no dia seguinte, cada trabalhador sabe o que vai fazer, o horário e o local.

Suponhamos, por exemplo, numa zona açucareira, numa grande comuna de 2.000 trabalhadores. Há uma usina com uma

vasta região circundante para plantio de cana. Temos três classes, bem distintas, de trabalhadores: *os rurais* – plantadores, limpadores, cortadores, carreiros, cambiteiros, aradeiros etc.; *os operários* – maquinistas, foguistas, mecânicos, turbineiros, carpinteiros, ferreiros, eletricistas, destiladores, pedreiros, faxineiros, arrumadores, cozinheiros, lavadores etc.; os *anexos* – médicos, enfermeiros, dentistas, professores, artistas, farmacêuticos etc.; classe, aliás, muito reduzida.

Evidentemente, nada importa ao turbineiro o serviço de um cortador de cana. A direção dos serviços de campo compete, pois, a um trabalhador que os superintende metodicamente, procurando a melhor técnica para obter o máximo resultado com o mínimo esforço; a dos serviços da usina, a um engenheiro especialista; a dos professores a um pedagogo; a da saúde pública, a um médico.

90. Hierarquia e disciplina funcionais – Os anarquistas são intransigentes adversários de quaisquer ***hierarquia*** e ***disciplinas autoritárias***, mas preceituam, como absolutamente indispensáveis ***ao máximo*** de ***rendimento econômico***, a hierarquia *funcional*. Não admitem ***ordens***, imposições de uma autoridade que as quer rigorosamente cumpridas, sob pena de ***castigo*** – prisão, demissão, suspensão, multa etc.

A hierarquia funcional é a que distribui os serviços conforme a ***capacidade de superintendência*** de cada trabalhador, firmado o acordo para a execução de um serviço, e se empenha a cumprir a sua tarefa com a maior eficiência.

Essa hierarquia é lógica, racional e espontaneamente aceita em qualquer associação tipicamente anarquista, muito comuns dentro da organização atual.

Com efeito, todas as associações de esporte ou diversões, grêmios, clubes etc., são de tipo anárquico, pois procedem sempre por ***acordo mútuo***. São apenas viciados pelos burguesíssimos ***estatutos*** e pela clássica ***mesa*** diretora, presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário, orador oficial etc.

Um clube dramático de amadores dar-nos-á bem o padrão da hierarquia funcional anárquica. Escolhe-se um diretor-geral, o mais

entendido em arte cênica e todos seguem os seus conselhos, distribuição de papéis, marcação, concorrendo cada qual para o êxito da representação.

O diretor não pode castigar ninguém, expulsar o sócio, suspendê-lo das funções etc. Todavia, todos se submetem à disciplina funcional. Assim, não se vê um cômico pretender o papel de galã, uma ingênua exigir o lugar de um centro dramático, ou o contra-regra intervir na marcação do ensaiador. Nenhuma das figuras modifica a seu talante as marcas e todas atendem às chamadas do contra-regra.

Igualmente, não teríamos um mecânico a querer sobrepor-se ao mestre ou ao engenheiro, o pedreiro a arvorar-se em arquiteto e assim por diante, mormente em uma sociedade onde não poderá vingar o interesse monetário e onde a opinião pública, sendo absolutamente livre, é o verdadeiro termômetro das reputações e competências. Na anarquia serão impossíveis os professores despreparados, os bacharéis elétricos, os técnicos guindados por empenhos, os mestres e contramestres por pistolões políticos. Cada um tem de ser o que mostra e as imposturas não vingarão. Cada um tem de ser o que revela e caso não se revele à altura da sua missão, contra ele se erguerá o protesto das assembléias de classe e ele terá de renunciar à função ou vê-la cassada pelos seus mesmos companheiros.

91. A junta diretiva – Vimos cada ramo de serviço dirigido por um técnico competente escolhido pela sua classe. Importa manifestamente que o serviço de cada especialidade, longe de colidir com os demais, com eles concorra entreauxiliando-se perfeitamente harmonizados

Para obter essa colaboração ideal importa que os diretores de serviço se entendam, examinem os prós e os contras de cada projeto e só decidam e apresentem a discussão e aprovação de seus companheiros, medidas bastantemente ponderadas.

Prevemos, pois, a necessidade de uma *junta diretora*, sem autoridade outra que a confiança dos trabalhadores, pois qualquer diretor de serviço pode ser destituído do seu cargo se ***mal servir***.

92. Organização da produção – O lema do anarquismo e, portanto, o princípio fundamental da futura sociedade anárquica é o seguinte: *De cada um conforme suas forças a cada um conforme suas necessidades.*

Neste lema, estão consignados os pontos essenciais de toda a vida humana e a solução do problema de organização social. Com efeito, a primeira parte – *de cada um conforme suas forças* – reconhece a desigualdade natural dos homens sem os responsabilizar por suas fraquezas congênitas, nem os recompensar por suas qualidades inatas, como atualmente sucede. Este, nenhuma culpa tem de haver nascido cego, doente ou intelectualmente apoucado; aquele, nenhum mérito pessoal possui por tê-lo a natureza prendado de talentos raros ou excepcional saúde.

Por isso, a regra de justiça, numa comunidade fraternal, é exigir de cada qual um esforço correspondente às suas capacidades. Assim, tanto vale para a coletividade o gênio de um médico, a voz de um tenor, a habilidade rara de um mecânico inventor, quanto a atividade de um estribeiro, a faina de um pescador, a tarefa de um tecelão.

Desde que o indivíduo execute a contento o serviço requerido pela comuna, trabalhe ele 12 horas ou uma, cumpra o seu acordo, tem direito a participar de todas as vantagens asseguradas. Desse modo, o regime de *produção*, na anarquia, obedece a um princípio da maior elasticidade, sem limitações absurdas nem distinçõezinhas impertinentes.

Os serviços de campo, de fábrica, de escola, de hospitais, de teatros etc., incumbe aos grupos técnicos, escalados pela junta diretiva da produção.

93. Caráter da organização produtora – Está demonstrado e o anarquismo reconhece –embora haja anarquistas contrários a isso – que o regime ideal para obter-se maior e melhor produção com o menor esforço é o truste racionalizado, quer dizer, a produção em grande escala, com máquinas aperfeiçoadas e trabalhadores especializados, a trabalhar pelo sistema Taylor.

Esse regime do truste foi precisamente o descoberto pelo capitalismo e por ele aperfeiçoado depois da guerra européia, com resultados tais que chegou a uma superprodução calamitosa e paradoxal, pois a miséria se agravou em todo o mundo.

Por que isso? Porque a superprodução, coisa excelente em regime anárquico, é desastre certo em regime capitalista. Em regime anárquico, bastaria, para corrigi-la, trabalhar menos. Como nada se compra nem vende, mas ***tudo se distribui*** universalmente com quem precise, o excesso não prejudica. Em regime capitalista, estando satisfeitas as necessidades do consumidor ou não podendo este comprar, os produtos sobram e ***encalham***, como se diz no comércio. Esse encalhe é a ruína do capitalista e, para os consumidores pobres, miséria e privações.

O regime do truste, com racionalização, permite grande economia de pessoal, tempo e matéria-prima. Dá, pois, ao trabalhador mais folga para estudos ou divertimentos.

Assim, é quase certo que os serviços tenderão a ser mais ***municipais***, que propriamente *comunais*. Estou convencido de que todos habitarão um centro municipal e irradiar-se-ão pelas comunas nas horas de serviço.

Essa concentração em núcleos de população – muito diferentes das cidades atuais – é vantajosa para a produção e, sobretudo, para a vida social. A irradiação diária para fábricas e campos será fácil graças ao serviço de locomoção rápido e certo, que não dependerá, como hoje, das posses do trabalhador.

Ainda assim, o serviço da comuna, como o do município, obedece ao mesmo sistema geral simplicíssimo da anarquia, a saber, cada serviço entregue aos técnicos, direção confiada a um pela associação respectiva, distribuição semanal do trabalho de cada qual – diária quando for mister – relação mensal dos serviços executados à assembléia de cada sindicato.

94. O almoxarifado – Todos os instrumentos de trabalho comunal ou municipal, assim como todos os produtos guardam-se num armazém ou armazéns gerais. Daí, são eles requisitados para os serviços ou para o consumo à medida das necessidades

coletivas. Quando os instrumentos de uma comuna não forem suficientes para determinado serviço, ela requisitará os do município e, se este não puder satisfazer a requisição, requisitará os de outros municípios ou os da federação.

95. Papel da federação na produção – Do mesmo modo que o município coordena os trabalhos das comunas, coordena a federação os serviços dos municípios. Essa coordenação é indispensável e se faz por meio de conferências semestrais ou anuais que tracem um plano de produção e distribuição. Ademais, todos os serviços comuns a vários municípios – estradas, navegação, correios, socorros etc. – devem estar enfeixados na superintendência federativa.

96. Papel da confederação – A confederação é, para as federações, o que a federação é para os municípios: um órgão coordenador da produção e distribuição das riquezas. Essa coordenação se faz igualmente por conferências anuais.

97. Distribuição dos produtos – Os produtos das comunas ou dos municípios concentram-se, como vimos, nos armazéns gerais das comunas, dos municípios ou das federações e de lá são distribuídos conforme as requisições das mesmas comunas. Assim, uma comuna açucareira envia seus sacos de açúcar para o armazém do município, guardando, naturalmente, no seu próprio armazém, um estoque suficiente ao seu consumo. As demais comunas não-açucareiras requisitarão aos armazéns gerais do município o açúcar de que precisam para o seu consumo. Caso o município não tenha nenhum açúcar ou não tenha o suficiente para o consumo de suas comunas, requisita o necessário à federação, em cujos armazéns gerais se acumulam as sobras de todos os municípios. Igualmente, se à federação falta um produto, ela recorre aos armazéns da confederação.

98. Serviços de transporte – Para perfeita distribuição dos produtos, dois serviços indispensáveis há: o ***transporte*** e a ***estatística***.

Um dos maiores tropeços da organização capitalista é o transporte, sujeito a taxas, tarifas, passagens e à desenfreada concorrência de companhias gananciosas. Para as trocas internacionais, então, novos entraves surgem, sendo o primeiro deles a inferioridade concorrencial dos produtores situados no interior do país perante os mais vizinhos do mar ou das fronteiras. Têm de pagar frete muito maior. Outro óbice tremendo são as alfândegas com o seu sistema *proibitivo*, levado à loucura depois da guerra mundial. Esse sistema dá em resultado o seguinte paradoxo: o mundo produz muito mais do que necessita para seu consumo e, no entanto, populações morrem de fome, ao passo que outras destroem o excesso dos seus produtos. Outro paradoxo: a Europa tem sobreexcesso de trabalhadores e falta de terras; a América tem excesso de terras e falta de braços. Pois a Itália proíbe a emigração dos italianos e os Estados Unidos expulsam levas de estrangeiros.

Em sociedade anárquica, o transporte, livre do sistema tarifário, é confiado a uma comuna especial cujo ecúmeno são as estradas de rodagem, as de ferro, as fluviais, as aéreas e subterrâneas e cujas sedes estão nos municípios, federações e confederações, coordenadas pela direção dos técnicos de cada especialidade.

99. Serviço de estatística – Para perfeita coordenação desses serviços, indispensável é uma repartição impecável de ***estatística***, onde se conheça, dia por dia, a situação dos armazéns gerais nos municípios e federações. As apurações diárias poderão ser transmitidas pela radiotelegrafia.

100. O consumo – O acordo anárquico, já vimos, resume-se na frase: "De cada um conforme suas forças, a cada um conforme suas necessidades". Desde que pertença à comuna, tem o indivíduo direito de retirar, do armazém geral, quanto lhe falte. O indivíduo não tem a propriedade das coisas; tem o *usufruto*. Requerido um produto para seu uso, ninguém tem o direito de o privar dele enquanto dele se servir.

É lícito a qualquer indivíduo retirar mais do que lhe basta, por exemplo, numerosas botinas, vários relógios, demasiado papel de carta. Cedo se convencerá da inutilidade disso, pois não poderá calçar mais de um par de botinas de cada vez, ou carregar nos bolsos uma dúzia de relógios, ou guardar em casa uma resma de papel, quando melhor ficariam no almoxarifado da comuna. Na sociedade atual, capitalista, há tendência e vantagem no apossar-se o indivíduo de riquezas; em sociedade anárquica, não havendo nisso vantagem, cessa a tendência. A única exigência para o consumo é que o comuneiro execute os serviços a que se comprometeu. Veremos o que sucederá caso se furte a isso.

101. Progresso – Cumpre agora mostrar como se promoverá, em sociedade anárquica, o progresso. O grande sociólogo francês, Gabriel Tarde, demonstrou que todo o progresso resulta de uma lei a que chamou ***lei da imitação***, a qual depende da faculdade inventiva do homem. Segundo ele, o progresso tem sua lógica, um de cujos termos é a ***invenção*** e o outro, a ***imitação***. Por exemplo: Blaise Pascal, o geômetra, inventou o carrinho de mão – ***brouette***. Essa invenção era favorável ao transporte caseiro. Logo todos os jardineiros entraram a ***imitá-lo***, fabricando ou adquirindo carrinhos desse tipo. O progresso é sempre a propagação de uma idéia favorável.

A história registra numerosos casos de invenções admiráveis combatidas e repelidas pelos contemporâneos do inventor, quer por industriais exploradores de processos velhos, quer pelos preconceitos religiosos ou políticos da época.

Em sociedade anárquica, isso não sucederá porquanto, para os trabalhadores, só há vantagem na adoção de novas máquinas ou processos valorizadores, dispensadores ou amenizadores do trabalho braçal.

Assim, haverá nos municípios, laboratórios completos de pesquisas. Qualquer nova invenção será imediatamente estudada, experimentada e desenvolvida, assegurando-se ao inventor, o que raramente sucede hoje, a glória do seu invento ou da sua idéia.

102. Congressos – Para coordenar essas pesquisas, além das revistas e jornais técnicos, haverá naturalmente congressos como atualmente se realizam. Esses congressos, tão dispendiosos hoje, nenhum embaraço encontram em sociedade anarquista, porquanto todos os transportes e hospedagem são feitos pelos próprios trabalhadores. Nesses congressos, propor-se-ão à inventiva dos pesquisadores novos problemas e discutir-se-ão as probabilidades ou os melhores rumos.

103. Educação – Educar é tornar o homem o mais capaz possível de aproveitar, do melhor modo, as energias ***física***, ***mental***, ***moral***, ***prática*** e ***social***. Educação ***física*** é o cultivo da robustez – não da ***força*** –, da saúde, da agilidade. Educação ***mental*** é a formação da inteligência, seu desenvolvimento racional e harmônico – erudição, cultura, arte. – Educação ***moral*** é o cultivo da vontade, sua direção na realização do bem-estar comum. Educação ***prática*** é o treino da habilidade técnica ou vocação profissional. Educação ***social*** é o aperfeiçoamento da solidariedade como multiplicador de energias.

104. Possibilidades da educação anárquica – A educação integral é muito difícil no regime capitalista apesar do ensino gratuito. É talvez impossível. Tantos são os obstáculos à ação pedagógica pela miséria das massas, pelo regime de coação, pelas religiões, pelos preconceitos sociais – família, raça, classe, casta – que uma educação racional, digamos, científica, só a raros seria possível.

Na sociedade capitalista, o preconceito de família, com os tais ***direitos e deveres paternos*** – em Roma tinha o ***pater famílias*** até direito de vender e matar –, deixa as crianças com os pais, ainda quando estes são sifilíticos, alcoólatras, ladrões, jogadores etc.

Numa sociedade anárquica, onde tais vícios são impossíveis, seria lógico confiar aos pais a missão educadora. Mas, devemos considerar que tal missão é dificílima, exige técnica e vocação que nem todos possuem. Reconhecendo isso, na sociedade atual,

os pais ricos mandam seus filhos para internatos, ou externatos, quer dizer, arreda-os completamente ou parcialmente de si, para submetê-los à direção de especialistas.

Em sociedade anárquica, a criança, desde o nascimento, será guiada pela associação de educadores, composta de médicos, higienistas e pedagogos especializados.

Como toda a gente é educada e as comunas são relativamente pouco povoadas, não há inconveniente na permanência da criança com os pais; porém, a vida em comum, por um lado e, por outro, o desenvolvimento do individualismo em oposição à vida doméstica – família – resquício do direito romano, afrouxarão, com certeza, muito os laços familiares e a criança desprender-se-á cedo, aos sete anos mais ou menos, da tutela paterna e materna. Pertencerá mais ao ***educandário*** comunal. Nele, desde a mais tenra idade, terá o zelo de profissionais que lhe cuidarão da saúde, da inteligência, dos sentimentos, da vontade, guiarão suas vocações, seu gosto com todos os recursos da psicologia moderna.

105. Critério da educação – A educação, conforme entendo, deverá ter por critério a divisão natural, fisiológica e psicológica, das três fases septenais.

Até os sete anos, a criança tem apenas percepções – correlacionamento de sensações. Aos sete anos, vem a segunda dentição e com ela o empiricamente chamado ***uso da razão***, isto é, a criança começa a ter ***noções***, a correlacionar ***percepções***. Aos 14 anos, com a puberdade, vem o *raciocínio*, o correlacionamento das ***noções***. Aos 21, completa-se o crescimento e a educação preparatória. Pode então o homem escolher a ***profissão***.

Esse critério educacional guiará os pedagogos da anarquia na organização dos métodos e programas.

Acho isso de relevante importância.

A organização de escolas e universidades será obra dos congressos de profissionais do ensino.

106. Serviços de conservação e higiene – Esses serviços ficarão, naturalmente, a cargo dos sindicatos respectivos. A hi-

giene individual pode facilmente ser perfeita, pois médicos, dentistas, hospitais com farmácias completas estão à disposição do trabalhador.

Hoje, por exemplo, é comuníssimo ver crianças desdentadas por não poderem os pais pagar o dentista. Em sociedade anárquica, o cuidado com os dentes é de interesse coletivo e constituirá serviço especial.

Outro exemplo: a limpeza das casas não será, provavelmente, feita pelos moradores com os processos morosos, imperfeitos e anti-higiênicos de hoje, mas por um sindicato técnico, com aparelhos aperfeiçoados. O mesmo para asseio e conservação da roupa, permitindo a todos andarem sempre limpos e bem vestidos.

É muito provável que se chegará a uma padronização de panos e demais produtos, de modo que sejam adotados os tipos ***melhores*** e ***mais belos***.

107. A família – É de prever grande mudança na organização da família. A família atual está constituída sobre as bases do direito romano, tipo da autoridade levada ao sumo grau. A família era propriedade do ***pater famílias*** com direitos maritais e paternos tão grandes que podia vender e matar os filhos.

As revoluções históricas contra a autoridade têm diminuído muito esse poder do ***chefe*** da família. Em sociedade anárquica, sem chefes, o marido é apenas companheiro da mulher a ela unido, não por laços jurídicos, senão apenas pelo amor. Os filhos serão naturalmente afeiçoados aos pais e por eles criados, mas sustentados e guiados pela comuna inteira, como seus associados.

Não havendo autoridades nem bens que regular, nem leis civis, nem, como prevemos, religiões, não existirá, evidentemente, a instituição, hoje sagrada, do casamento. A união dos sexos será livre, sua separação também livre, regulada tão-somente pelos preceitos da ***eugenia*** com o fim de aperfeiçoar os produtos.

Assim, penso que a união será livre, mas a concepção talvez não. Isso depende das soluções dadas ao problema pelos técnicos e aceitos pela comunidade.

A família voltará, pois, a ser produto natural da associação humana. Nenhum prejuízo advirá para os filhos da separação dos pais, porquanto, em sociedade anárquica, não são eles mantidos pelos pais, senão pela comuna.

108. Justiça - Um dos pontos de mais difícil compreensão para os estudiosos do anarquismo é o da ***repressão*** dos crimes em sociedade anárquica. Não havendo autoridade com seus soldados, prisões, juízes, como ***reprimir*** os crimes? Mas, em sociedade anárquica não se reprimem crimes; evitam-se.

Em primeiro lugar, não havendo ***propriedade particular***, nem a maldita concorrência, nem o ***dinheiro***, já desaparece *a maior* fonte de crimes - roubos, estelionato, falências, incêndios comerciais etc. etc. Não havendo, além disso, bebidas alcoólicas, cessam os crimes decorrentes do alcoolismo. Sendo, por fim, muito fácil a satisfação dos desejos sexuais, extingue-se a irritação romântica, fautriz de crimes passionais. Tudo isso ajudado pela ***educação*** anárquica ***para todos***. Segundo essa educação, combatem-se no indivíduo todos os preconceitos, inclusive os de família e de sexo. O ciúme será reduzido ao mínimo ou se extinguirá e, ainda assim, ocasionará somente a separação do casal. Finalmente, a educação anárquica leva o indivíduo, desde criança, a refrear seus ímpetos de cólera.

Em todo o caso, é natural que sobre um mínimo de crimes. Que sucederá então? Muito simples. O crime é o rompimento de um acordo tácito de vida em comum, de auxílio mútuo. Se um indivíduo rompe esse acordo, cumpre à coletividade julgar se deve ou não relevar a falta. No primeiro caso, tais sejam as desculpas e promessas do faltoso, ele permanecerá na comunhão. No segundo, a comunhão negar-lhe-á tudo quanto ele dela exige e o faltoso será forçado a isolar-se ou retirar-se. Naturalmente, indo para outra comuna, esta indagará de onde vem e requisitar-lhe-á sua identificação. Aceitá-lo-á ou não, caso lhe satisfaçam, ou não, as explicações. O mesmo sucederá nas reincidências.

Evidentemente, não se incluem no capítulo ***crime*** os atos lesivos conseqüentes às taras. O tarado é um doente. Uma junta

de médicos especialistas decidirá se o ato decorre ou não de desvio mental ou anormalidade congênita e o doente, caso o seja, será internado num sanatório.

109. Viagens – Pertencendo os meios de transportes aos trabalhadores, a todos é dado viajarem. Todavia, essa faculdade é limitada pelas obrigações diárias dos indivíduos. Para receberem tudo da comuna, cada comuneiro deve dar à comuna o trabalho pela comuna a ele requerido. Se o indivíduo abandona o trabalho, isto é, se se recusa a executar o trabalho que lhe compete, a comuna lhe nega, pois ele rompeu o acordo, os objetos de que precisa.

Se o indivíduo quer viajar, pode fazê-lo a vida inteira, exercendo misteres quer nos navios ou comboios, quer nas comunas por onde andar. Podem ser combinados por acordos internacionais, a troca de lugares. Por exemplo: nada impede que eu troque com um maquinista francês, o meu posto de maquinista no Brasil, ou que um professor francês venha ensinar francês no Brasil, enquanto eu vou ensinar português em França.

110. As línguas – Empecilho grande, para isso, parecem as línguas. Em regime anárquico, fatalmente desenvolver-se-á uma língua auxiliar, esperanto, por exemplo, que se ensinará em todas as escolas ao lado da língua materna. Como, porém, a pronúncia dificulta o entendimento dessa língua, proponho um sistema que já estou experimentando e me parece de pasmoso resultado: *a **linguagem mímica internacional**.* É apenas adoção de uma língua de mudos rigorosamente ***sistematizada***, apoiando-nos nos gestos naturais. A prática elementar desse sistema tem-se revelado que os homens já possuem extenso vocabulário natural de gestos; falta apenas coordená-los, completá-los e praticá-los. Com esse sistema conscientemente exercitado em todas as escolas, poderão comunicar-se facilmente indivíduos que falem as mais estranhas línguas.

111. Diversões e arte – A anarquia visa à máxima felicidade na Terra e assenta essa máxima felicidade no máximo desenvolvimento cultural do indivíduo. Assim, da maior importância

nas comunas é a organização selecionada dos divertimentos e o cultivo da arte.

Além dos esportes, há as diversões sociais, sempre com base artística. As danças serão dirigidas por técnicos e terão o mais puro cunho estético. As danças figuradas, as clássicas, as de composição, as folclóricas generalizar-se-ão, pois nada custa.

As construções, a cargo dos sindicatos de arquitetos, obedecerão sempre a rigorosa estética e todas as casas serão ornamentadas pelos maiores pintores, decoradores e escultores cuja profissão será exclusivamente essa.

Com efeito, o artista é um trabalhador como qualquer outro e tudo receberá da comuna desde que lhe dê trabalho artístico. Assim, facílimo será organizar orquestras e corais perfeitos, teatros de ópera ou de tragédia e comédia. Esses teatros, cujo elenco se comporá dos mais perfeitos artistas, escolhidos pelos respectivos sindicatos, irão de município em município, sendo, pois, dado a todos ouvirem diretamente as maiores celebridades. Os quadros famosos também circularão em exposições contínuas. Penso que, com o desenvolvimento da televisão, com a transmissão das cores naturais, chegaremos a fazer exposições à distância.

A cinematografia, livre da especulação capitalista, que explora os sentimentos da massa, terá, na comuna anárquica, saliente papel cultural, não só com filmes científicos, mas também com reproduções de romances célebres. Será proveitoso e deleitoso estudar história universal nas escolas, vendo, depois de lida a narração no compêndio, o episódio reconstituído na tela!

Hoje é o gosto da massa que dirige as empresas cinematográficas: em sociedade anárquica, serão os educadores que dirigirão a composição dos filmes.

QUARTA PARTE

I

112. Como operar a transformação social – Todas as correntes chamadas ***comunistas*** visam uma sociedade onde impossível seja a exploração dos não-possuidores. Assim, nesse ponto, concordam marxistas, bolchevistas, coletivistas, anarquistas. Porém, quanto à organização final e ao modo de realizar a transformação, há divergências profundas, até mesmo radicais.

113. A solução reformista – Os socialistas ditos ***reformistas*** acham irrealizável essa transformação por meio de uma revolução mundial. Isso traria, segundo eles, tal desorganização, que o mundo ficaria um caos. Melhor é chegar ao fim almejado por meio de reformas lentas, por evolução. Basta, para isso, associar os trabalhadores em sindicatos, organizá-los em partidos políticos, levar aos parlamentos seus representantes e esses, em maioria, irão votando leis reformadoras das condições atuais. De progresso em progresso, nesse rumo, chegaremos um dia à sociedade comunista.

114. Crítica desse sistema – A teoria e a prática juntamente condenam tal sistema. Três fenômenos principais têm sido observados: 1.° – os indivíduos arregimentados em partidos eleitorais mais se levam pelas questões partidárias que pela doutrina geral; os interesses do partido acabam sobrelevando os da causa; 2.° – a luta partidária exige numerosas acomodações, transigências altamente lesivas à pureza e clareza da doutrina e

da tática; 3.° – freqüentemente os diretores e mentores do partido se têm mancomunado com os grandes industriais e pelos interesses deles velado mais que pelos interesses dos trabalhadores. Exemplo disso é a social-democracia alemã que, de origem revolucionária, se tornou o mais acomodaticio órgão da burguesia capitalista. Leia-se o precioso livro de Domela Neuenhuis: *Le Socialisme en Danger*.

115. A solução cooperativista – Propõe-se o cooperativismo a transformar a sociedade agrupando os trabalhadores dos campos e das cidades em grandes associações cooperativas de produção, transporte e consumo. Com as primeiras, suprime-se o capital particular substituindo-o pelo coletivo, pois são os próprios trabalhadores os capitalistas acionistas; com as segundas, suprime-se o intermediário, pois as cooperativas de transporte não especulam com os preços, nem cobram ágio; com as terceiras, suprimem-se os revendedores – em grosso ou a retalho – quer dizer outros intermediários. Com tal sistema, os produtores proletários entregariam seus produtos diretamente aos consumidores.

116. Crítica desse sistema – Embora teoricamente tentadora a solução, tem a prática revelado sua extrema precariedade. Observa-se com efeito: 1.° – insuperável dificuldade na obtenção do capital inicial operário, puramente proletário; 2.° – guerra de morte oposta, desde o início, às cooperativas de produção pelos capitalistas onipotentes com a baixa súbita nos preços, obstáculos bancários, corrupção de funcionários cooperativistas etc.; 3.° – manutenção do dinheiro, portanto possibilidade de acumular e, destarte, nova fonte de capitalistas particulares, os quais facilmente se desagregam da cooperativa quando a isso os levam seus interesses; 4.° – possibilidades e freqüência de desfalques desmoralizadores e arruinadores de tais empresas.

117. A solução marxista – Karl Marx, judeu alemão, foi o teórico do socialismo de Estado, chefe e inspirador da social-democracia alemã. Para ele, o fim da questão social é a extinção

da luta histórica das duas classes inimigas: ***burguesia*** e ***proletariado***, possuidores e não-possuidores. A cessação da luta ocorrerá quando a classe proletária tomar revolucionariamente o poder à classe burguesa. Instaurar-se-á uma ***ditadura do proletariado*** para esmagar definitivamente os burgueses, arrancar-lhes as terras, os bens, os cargos, as fábricas, os instrumentos de trabalho, os bancos etc. Toda a propriedade particular passará então a propriedade do Estado. O Estado, único patrão, irá regendo e aperfeiçoando os serviços coletivos, organizando a produção e o consumo de tal modo, que os trabalhadores vão tendo, pouco a pouco, melhor salário, condições de vida mais suaves. Ao contrário, a classe burguesa irá gradativamente decrescendo em privilégios e incorporar-se-á um dia à massa comum dos cidadãos. Assim, chegar-se-á, por esse duplo movimento, a uma fusão completa das duas classes.

Para tomar o poder, aconselha Marx a revolução dos trabalhadores concentrados numa organização de classe, dirigida por um partido político. Esse partido enviará ao parlamento uma maioria absorvente de representantes. Feita a revolução "o proletariado – diz Karl Marx – se servirá da sua supremacia política para arrancar, pouco a pouco, todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção em mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe diretora e para aumentar rapidamente a quantidade de forças produtivas". Dono do poder, o partido comunista executará medidas revolucionárias tendentes a: expropriar a propriedade burguesa territorial aplicando a ***renda*** aos ***gastos do Estado***; por um imposto fortemente progressivo, levar a burguesia a desfazer-se das suas propriedades; extinguir a herança; centralizar o crédito nas mãos do Estado por meio de um Banco privilegiado; dar o monopólio dos transportes ao Estado; formar exércitos, indústrias, mormente agrícolas, com trabalho obrigatório para todos; fazer desaparecer a distinção entre cidade e campos etc.

118. Crítica dessa solução – Não vamos aqui examinar a parte propriamente teórica, a doutrina marxista do ***materialismo***

histórico, da luta de classes, do ágio etc. Veremos somente o plano revolucionário. Esse plano é incongruente e absurdo. Em resumo: 1.° – Marx prega o assalto ao poder para tornar o proletariado classe diretora, ditatorial, do Estado. Quem diz Estado diz ***aparelho de compressão***; mas compressão só se entende de uma *minoria* sobre uma grande maioria.

Quando a maioria domina, a pequena minoria ou conforma-se ou retira-se. Ora, a sociedade capitalista acha-se organizada em pirâmide cuja base volumosíssima é a massa trabalhadora e cuja minoria reduzidíssima, lá no vértice, são os altos financistas. Entre as duas classes estão os burgueses proprietários e os pequenos burgueses, uns proprietários, outros funcionários.

Fazer a revolução proletária é alijar do poder a classe dos altos financistas e industriais, tomar-lhes todas as armas – exército, marinha, aviação, polícia etc.; expropriar as terras, como aconselha Marx, é arrancar aos burgueses e pequenos burgueses todo o seu instrumento de exploração. Sendo assim, como estabelecer uma ***ditadura*** do proletariado? Sobre quem se exerceria essa ditadura, se a alta e a baixa burguesia nenhuma arma possuem, nem terras, nem meios de obter armas, nem situação política, nem a força do número, pois são a minoria, sem os recursos da luta sindical? Seria inventar a pirâmide e admitir o vértice desarmado. Ditadura, pois, de uma grande maioria armada sobre uma pequena minoria inerme é teoricamente absurda e praticamente ridícula. 2.° – Marx manda expropriar as terras e diz que a renda será aplicada aos gastos do Estado. Expropriar é aniquilar o direito da propriedade. Esse direito caracteriza-se precisamente pela faculdade de o possuidor auferir uma ***renda***. Ora, se Marx mantém a renda, não extingue o direito de propriedade. Essa propriedade apenas se ***transfere***. Se a transferisse para os trabalhadores em conjunto, deixava de ser propriedade e então seria absurdo falar em renda. Porém, segundo Marx, ela passa ao ***Estado proletário***. Essa renda, em vez de ser aplicada pelos antigos proprietários aos seus gastos, irá servir para os gastos do Estado. Assim, houve mudança apenas de proprietário. A propriedade saiu das mãos de

detentores relativamente fracos e passa para as mãos de um patrão único, senhor de todas as armas e ditador. 3.° – Com efeito, o Estado marxista é um Estado-patrão; dono do dinheiro, concentrado num banco, dono das terras, dono das manufaturas, dono dos transportes, impõe trabalho obrigatório com severas punições, é claro, aos recalcitrantes, embora proletários; institui salários por ele mesmo regulados, o que prova não ser a propriedade das terras nem das indústrias ***proletárias***, senão de alguém que da *renda* distribui as sobras. 4.° – Não se compreende que ***desapropriadas*** as terras, mantenha o Estado marxista um ***imposto progressivo***. Ou as terras foram de fato expropriadas, e nesse caso não pode haver imposto, ou não foram, e nesse caso não houve revolução, o proletariado não está vitorioso, a burguesia está dona de tudo. Realmente não se pode conceber que um proletariado comunista revolucionário, estando senhor de todas as armas, deixe ***propriedades*** nas mãos dos burgueses. 5.° – Marx fala na ***abolição da herança***. Se há necessidade de abolir a herança, é que se mantém a propriedade; apenas essa propriedade não poderá passar mais de pais a filhos. Como abolir a herança num regime em que toda a propriedade passou para o Estado? Não é isso absurdo? 6.° – Esses erros prendem-se à nenhuma concepção marxista de um regime comunista. Com efeito, coisa gravíssima num pregador do comunismo, Karl Marx jamais nos deu esboço da sociedade comunista definitiva. Obcecado pelo preconceito de um Estado intermediário, não conseguiu mais do que determinar as linhas ***desse Estado***, com o dinheiro, símbolo da propriedade particular, com o salário, símbolo da exploração patronal, com o aparelho governamental, símbolo da ditadura burguesa, com o partido diretor, símbolo da oligarquia política em todos os tempos. Assim Marx faz uma revolução para sair do regime capitalista e mantém integralmente essa organização capitalista. Muda de rótulo, mas conserva a essência. Dir-se-ia que Marx tudo fez para impedir que, feita a revolução proletária para o comunismo, os trabalhadores instaurassem realmente o comunismo.

Isso concorda com a sua incompreensível sugestão de que o capital será *pouco a pouco* arrancado à burguesia. Por que ***pouco a pouco?*** Até quando esse ***pouco a pouco?***

Mais adiante veremos quais os caracteres de uma revolução verdadeiramente comunista e então mais claro se evidenciará o erro grave de Karl Marx.

Não menor erro marxista foi o da ***luta parlamentar***, para combater a burguesia. A luta eleitoral viciou o proletariado desviando-o da luta direta contra os patrões nos sindicatos, nas fábricas, nas ruas, fazendo-o ***esperar*** nos seus ***representantes***. Esses representantes nos parlamentos não fizeram outra coisa, como previram os anarquistas da Primeira Internacional, que desvirtuar a revolução e transformar o socialismo em reformismo. Fato bem eloqüente: Engels, o principal discípulo e colaborador de Marx, no fim da sua carreira, acabou pregando que, dado o progresso das armas burguesas e a reforma das ruas estreitas e tortuosas em largas e retas, nenhuma luta armada era possível, não restando, pois, ao proletariado mais que a luta parlamentar. Não houve nem há maior calmante da revolução[1]. A revolução só pode ser feita treinando as massas na insurreição. Os discursos e cambalachos parlamentares deixam as massas inativas e, portanto, irrevolucionárias.

119. O bolchevismo – Outra experiência do marxismo temos nós com o bolchevismo. Aproveitando a Revolução Russa de 1917, promovida e realizada pelos anarquistas russos, os bolchevistas, bem organizados e comandados por Lenin e melhor por Trotsky, apossaram-se traiçoeiramente do poder e instituíram o nome de Estado Socialista russo, ***passagem obrigatória***, segundo eles, para o comunismo integral. Propunham-se realizar o plano de Marx e, para isso: 1.° – proclamaram a ***ditadura do proletariado***; 2.° – decretaram as terras, as fábricas, os instrumentos de trabalho propriedade do Estado; 3.° – declararam que todo o poder caberia aos *sovietes* (assembléias) – dos operários, soldados e camponeses.

1. O advento de Hitter na Alemanha veio confirmar tudo quanto se acha no texto. Os comunistas em número de 6 milhões, confiados na luta eleitoral, não opuseram a menor resistência ao fascismo.

120. Crítica do bolchevismo – Os anarquistas predisseram ao programa bolchevista:

a) – que a ditadura proclamada nunca seria ***ditadura do proletariado***, mas ditadura do partido bolchevista ***em nome*** do proletariado e, desde que se mantinha o salariato, portanto o dinheiro, seria ditadura ***sobre*** o proletariado;

b) – que mantido o dinheiro, instrumento da propriedade particular, nunca se poderia passar ao comunismo, nem se evitaria a acumulação, o empréstimo a juros, a agiotagem etc. O próprio governo ver-se-ia constrangido a instituir um banco emissor, promover negócios, dar concessões, voltar, pouco a pouco, ao capitalismo particular ou de Estado;

c) – que o poder jamais pertenceria aos ***sovietes***: concentrar-se-ia nas mãos dos chefes do partido comunista e esse partido, como todos os partidos, mais se preocuparia com a sua permanência no poder do que com a realização da passagem ao comunismo.

Todas essas previsões verificaram-se à risca em pouco tempo. Os governantes russos para sustentarem o seu domínio sobre o proletário assalariado nas fábricas, sobre os camponeses maltratados nos campos, sobre os não-bolchevistas descontentes com o regime, instituíram a mais pesada e dura tirania da história. Apesar da tirania, estão sendo gradualmente forçados a contramarcharem para o capitalismo. Já em tempo de Lenin, fizeram a *NEP* – nova política econômica – que de ***nova*** só tinha o nome, pois era um sistema capitalista de concessões a industriais e comerciantes. Recentemente, com o governo de Stalin, uma segunda *NEP* se fez, isto é, um grande alargamento nas concessões a empresas capitalistas particulares, uma volta, em maior escala, ao capitalismo.

No próprio partido, várias cisões se têm dado. O maior revolucionário bolchevista, primeiro companheiro de Lenin, Leon Trotsky, indignado com esse recuo, aliás inevitável, rompeu em oposição ao grupo dirigente comandado por Stalin e tem denunciado esse regresso à burguesia antiga, regresso por ele

cognominado: *termidorismo*. A revolução russa tem sido assim *desfigurada* como diz o próprio Trotsky, apesar do muito que fez para o advento do verdadeiro comunismo na Terra.

Com efeito, a queda do *czarismo*, apesar de haverem vencido os aliados, e a proclamação revolucionária dos princípios comunistas, muito têm contribuído para reformar a mentalidade dos homens, mormente com o absoluto descrédito do capitalismo. Ademais, muito hão feito os bolchevistas para desmoralizarem, na Rússia, as idéias religiosas, graças a uma campanha sistemática e tenaz contra a Igreja Católica.

Tem, fora disso, valido muito como experiência aos demais povos. Kropotkin disse "A Revolução Russa ensina-nos *como não devemos fazer a Revolução*".

Ouçamos alguns trechos significativos de Trotsky.

"Excluindo, privando de trabalho, encarcerando, a fração no poder age pelas tricas e pelo rublo contra o seu próprio Partido. O militante operário teme dizer, em sua própria célula, o que pensa; teme votar segundo a sua consciência. A ditadura do Aparelho aterroriza o Partido que deve ser a expressão suprema do proletariado. Semeando o medo no Partido, a fração dirigente diminui a capacidade deste em manter no terror os seus inimigos de classe. Mas o regime do Partido só por si mesmo vive. Ele exprime toda a política da direção do Partido. No decurso dos últimos anos, essa política deslocou o seu eixo de classe da esquerda para a direita, do proletariado para a pequena burguesia, do operário agrícola e do camponês pobre para o *kúlak*, do operário de Xangai para Chang-Kai-Chek, do campônio chinês para o oficial burguês, do proletário inglês para Purcell, Hicks e os do Conselho Geral das Trade-Unions, e assim ao infinito. É isso em que consiste a essência do *stalinismo*." E adiante: "O regime do Partido decorre de toda a política da direção. Atrás dos extremistas do aparelho, acha-se a burguesia interior que renasce. Atrás dela, a burguesia mundial. Todas essas forças pesam na vanguarda proletária, impedem-na de erguer a fronte, de abrir a boca. Quanto mais a política do Comitê Central se afastar da linha de classe,

mais obrigada é a impor de cima, essa política de vanguarda proletária com medidas de coerção. Essa a origem do revoltante regime que vinga no Partido". E ainda: "É certo que a burguesia ***interior*** faz pressão sobre a ditadura do proletariado e sobre a sua vanguarda proletária, sem dúvida menos atrevidamente, menos abertamente, menos astuciosamente que a burguesia ***mundial***. Porém as duas pressões vão de par e exercem-se simultaneamente".

Tudo isso que Trotsky diz hoje, afirmavam os anarquistas que se daria. Por afirmarem isso no tempo em que Trotsky era todo-poderoso, foram por este mesmo Trotsky fuzilados, deportados, encarcerados, martirizados sem complacência. Veremos o que fizeram os bolchevistas, por exemplo, com Nestor Makhno na Ucrânia.

121. A solução anarquista – Pelo exposto é fácil ver que os anarquistas rejeitam qualquer solução que mantenha, temporária ou definitivamente, o Estado sob qualquer feição, isto é, a propriedade particular assegurada por uma organização compressiva. Asseveram mesmo que nenhuma, absolutamente nenhuma concessão pode ser feita nesse sentido, porquanto a organização capitalista, levada a termo durante séculos, a tal aperfeiçoamento chegou, que tudo nela se encadeia. Um elo só exige a seqüência dos outros; senão, entrava-se a máquina e nada prossegue.

Porém, como vimos, o elo principal de todo o aparelho é o ***dinheiro***. Logo, o primeiro preceito de uma organização social revolucionária tendente ao comunismo é a eliminação do dinheiro, quer sob a forma de moeda, quer sob a de títulos transmissíveis ou aquisitivos.

Ousamos afirmar que só a extinção irredutível da moeda leva os homens naturalmente ao comunismo anárquico; pois, sem moeda, impossível é manter-se a propriedade particular.

Assentado isso, resta saber como se conseguirá essa extinção. Dois processos há.

122. Primeiro processo – É a revolução súbita como na Rússia.

Para lá chegar, ou se aproveita uma oportunidade igual à da Rússia, em conseqüência de uma guerra capitalista, ou prepara-se o levantamento do proletariado pela propaganda da ***greve geral revolucionária***.

A Revolução Russa iniciada pelos anarquistas russos no fim da conflagração mundial, mostra a possibilidade da primeira hipótese, considerada por muitos, até então, impossível e utópica.

Ademais, na Ucrânia, sul da Rússia, o regime anárquico foi instituído por Nestor Makhno e durou cerca de ano e meio com ótimos resultados.

123. O movimento makhnovista na Ucrânia – A Revolução Russa foi suplantada logo no início, em novembro de 1917, pelos bolchevistas; mas, no sul da Rússia, não triunfaram eles senão muito mais tarde, em 26 de novembro de 1920. É que, na Ucrânia, outro empolgante movimento se dera: a instituição do anarquismo integral na sua fase revolucionária, isto é, nos seus métodos e fins de libertação dos trabalhadores. Esse movimento chamou-se a ***makhnovstchina***, ou enquadramento revolucionário dirigido por Nestor Makhno.

Para nós anarquistas, esse movimento é de excepcional importância, pois é uma verdadeira experiência, a prova irrefragável de ser a anarquia perfeitamente exeqüível.

Os bolchevistas procuraram, por todos os meios, com seus habituais processos de calúnias e embustes, fazer crer ao mundo não haver sido Makhno mais que um vulgar bandido, chefe de salteadores, que lhes cumpriu derrotar e afugentar.

Verdadeira infâmia essa de desnaturar uma das mais extraordinárias epopéias sociais da humanidade, de enlamear, com a pecha de bandoleiro, um vulto de invulgar nobreza, um verdadeiro gênio militar, um abnegado organizador e instaurador do comunismo libertário em seu país.

Sendo impossível contar aqui o incomparável drama da ***makhnovstchina***, direi apenas como procedeu Makhno para criar na Ucrânia o regime anarquista:

1.° – Tratou de reunir em Gulai-Polé, aldeia da Ucrânia, em março de 1917, os anarquistas que lá deixara, oito anos antes, quando condenado à prisão perpétua. Mostrou-lhes a necessidade imperiosa de constituírem uma organização poderosa com finalidade anárquica e cuja missão seria propagar o ideal anarquista entre os camponeses.

2.° – Fundou a União dos Camponeses de Gulai-Polé, com o intuito de opor os camponeses às autoridades do governo de Kerenski e firmar contato, sempre mais intenso, dos anarquistas com os camponeses.

3.° – Firmou o princípio de que, nos meios camponeses, não seria admitido nenhum político, demonstrando que todos eles procuram impedir que os trabalhadores façam a *sua* revolução.

4.° – No Congresso de Alexandrovska, cidade próxima de Gulai-Polé, afirmou, em nome dos camponeses, que estes não confiavam a obra revolucionária aos ***Comitês Comunais*** da coalizão – Kerenski – e manteriam sob suas vistas o Comitê Comunal de Gulai-Polé. Foi esse o primeiro passo para ***desprestigiar*** as autoridades ***constituídas*** e abalar o aparelho compressor do Estado, substituindo-o pela organização livre dos camponeses. Nesse congresso resolveu-se a passagem das terras para a posse dos camponeses, ***sem indenização***.

5.° – Operou o entendimento entre os camponeses de Gulai-Polé e os operários de Alexandrovska – julho de 1917 – reunidos em união profissional.

6.° – Levou os camponeses de Gulai-Polé a assumirem, sem licença do Comitê Comunal de Kerenski, as funções do Departamento Agrário, depois as do Departamento de Víveres, substituindo-se ele, assim, às autoridades. Fez os camponeses exigirem depois, no Comitê, a supressão da ***milícia***.

7.° – Recenseou todas as terras dos ***pométchiki***, grandes proprietários, e dos ***kulaki***, pequenos proprietários e contra eles organizou, no soviete de operários e camponeses (os sovietes não foram criação bolchevista) um comitê dos ***batraki***, empregados das fazendas, para lutarem contra os fazendeiros.

8.° – Intensificou, nos distritos ucranianos, uma forte campanha para que esses fizessem com os Conselhos Comunais o mesmo que fizeram os de Gulai-Polé.

9.° – Propôs aos camponeses não pagarem arrendamento de terras aos proprietários – junho de 1917.

10.° – Levou os camponeses, operários e soldados a proibirem ao Comitê Comunal tomar qualquer decisão de interesse público – agosto de 1917.

11.° – Procedeu ao desarmamento de toda a burguesia de Gulai-Polé. Esse desarmamento operou-se sem efusão de sangue dada a nenhuma resistência dos proprietários.

12.° – Visitou as usinas de Alexandrovska. Apelou para os operários e depois para os soldados da guarnição que expulsassem todas as autoridades socialistas. Os soldados prometeram apoio e socorro aos camponeses de Gulai-Polé.

13.° – De volta de Alexandrovska, propôs aos camponeses de Gulai-Pole a repartição das terras das igrejas, dos mosteiros e dos ***poméchtchiki***, para cuidarem da semeadura. Isso foi feito malgrado as ameaças dos agentes do governo. Foram enviados camaradas por todas as aldeias para obterem dos camponeses a mesma coisa.

14.° – Encarrega Leon Schneider, eleito representante do soviete dos deputados camponeses e operários de Gulai-Polé junto do Comitê Executivo Departamental de Ekaterinoslav, de trabalhar de acordo com a Federação Anarquista dessa cidade industrial e estabelecer entendimento com os metalúrgicos locais para que enviassem às forjas de Gulai-Polé matéria-prima. Pouco tempo depois começaram a ser feitas as remessas.

15.° – Foram designadas pelo congresso regional de Comitês Agrários as propriedades dos ***poméchtchikis*** destinadas a comunas operárias. Famílias se reuniram em grupos de 150 a 200 pessoas. Nesse congresso cuidaram da semeadura e dos trabalhos relativos à futura colheita, a primeira em comunas livres.

16.° – Nessa ocasião, dá-se, em dezembro, após o golpe bolchevista de 17 de novembro, o Congresso Departamental dos

Sovietes de Deputados Camponeses em Ekaterinoslav. Foram designados pela região de Gulai-Polé os camaradas Nestor Makhno e Mironov. Havia na cidade quatro ou cinco poderes principais: o de Kerenski, o da Rada Central Ucraniana, o de alguns cidadãos neutros, e dos marinheiros chegados de Kronstadt e o dos Sovietes de Deputados camponeses, operários e soldados a cuja frente se achava o anarquista-sindicalista Grimbaum, seduzido, porém, pelo poder bolchevique recém-aparecido, a quem ajudou imenso. Levantaram-se contra os chauvinistas reacionários o Grimbaum, a Federação Anarquista de Ekaterinoslav, os marinheiros anarquistas de Kronstadt e os delegados anarquistas de Gulai-Polé. Estava aí um regimento de cavaleiros de S. Jorge. Os bolcheviques quiseram chamá-los a si, mas foram vaiados. Makhno, porém, revelando a esses soldados a obra empreendida pelos anarquistas, conseguiu deles e até dos oficiais, pleno auxílio contra a Rada reacionária.

17.° – Aqui surgem os primeiros receios de Gulai-Polé referentemente aos bolchevistas. Inimigos de qualquer autoridade governamental, viam com maus olhos o novo Estado autoritário surgir com imposições intransigentes e, por isso, trataram de armar-se. Doeu-lhes muito ouvir o bolchevique Einstem gritar no Congresso: "O proletariado das cidades alcançou o poder. Devemos esperar que crie um Estado seu, um Estado proletário. Nós, bolcheviques, lhe daremos todas as nossas forças para ajudá-lo a criar tal Estado, porque só por esse meio, o proletariado poderá conseguir o máximo de felicidade". Entraram, pois, a exercitar-se nas armas, certos de que os autoritários bolcheviques viriam tentar impor-lhes as suas ***autoridades*** de armas na mão. Tiveram ótimo instrutor no anarquista Jacob Domachenko.

18.° – Organiza a luta contra a Rada ucraniana (dezembro de 1917) e resolve opor-se à Rada que ameaçava invadir toda a região e já lutava contra os bolcheviques nas cidades. Cossacos, vindos da frente alemã, dispõem-se a reunir-se a Kaledin, chefe da contrarevolução.

19.° – Aos 3 de janeiro de 1918, o comandante da guarda vermelha bolchevista, Bogdanoff, dirige um apelo aos

camponeses e operários de Gulai-Polé pedindo-lhes auxilio. O grupo anarquista ouve o apelo e centenas de anarquistas marcham para Alexandrovska. O comandante foi Sava Makhno, irmão de Nestor.

20.° – Os bolcheviques em Alexandrovska querem impor leis aos operários, mas são contrariados pela Federação Anarquista que lhes envia dois delegados. Vão Maria Nikiphorova e Iacha Nikiphorova. É eleita Maria presidente do Comitê Revolucionário e este pediu um representante de Gulai-Polé. É enviado Makhno.

21.° – Lá chegando, Makhno revolta-se contra o fato de não haverem os bolchevistas libertado os presos políticos, detidos por não haverem querido reconhecer o governo Kerenski. Os bolchevistas explicaram não tê-lo feito por temerem que eles se revoltassem igualmente contra o poder deles, bolchevistas. Estes já haviam designado um deles, Lepio, para presidente da Tcheca e por isso impediam qualquer ação popular para libertar os detidos. Makhno, compreendendo isso, com apoio da coluna anarquista, soltou os presos.

22.° – Nesse tempo constituíra-se uma Comissão do Tribunal Revolucionário dos guardas vermelhos de Bogdanoff. O Comitê Revolucionário enviou dois representantes, um anarquista, Makhno, e um bolchevista, Mirgorodsky. Deram-lhes os outros processos de numerosos presos para serem julgados. Makhno exigiu a presença dos detidos. Eram numerosos, generais, coronéis, oficiais, chefes de milícia, e soldados da Rada. Eram todos contra-revolucionários, porém inocentes de crimes outros que lhes imputavam, nem haviam tomado sequer armas contra os bolchevistas; Makhno exigiu exato exame de cada caso e teve de lutar fortemente contra os bolchevistas que pretendiam fuzilar quase todos, mas salvar alguns de que esperavam serviços futuros. A esse propósito cumpre ler estas palavras de Makhno: “Se eu aceitara o papel ingrato de membro da Comissão de Inquérito, foi, por um lado, para informar-me pessoalmente e esclarecer os camponeses revolucionários sobre as intenções dos socialistas-estadistas nesses grandiosos dias de levante de forças revo-

lucionárias quanto ao modo por que 'esses defensores do ideal de liberdade e igualdade' abandonavam esse ideal para só pensar no privilégio do poder; por outro lado, para adquirir certa experiência na orientação dos acontecimentos".

23.° – As discussões provocadas pelos bolchevistas eternizavam-se. Makhno rebelou-se contra isso. Perdiam tempo, enquanto a Rada e os monarquistas se armavam. Chegou então a notícia de estarem os cossacos marchando para Alexandrovska, com intenção de passar o Don e unir-se a Kalenin. Uma comissão vai entender-se com eles mas nada consegue. Eles atacam, mas são repelidos. Sem poder passar o Don, os cossacos resolvem pedir paz, depor as armas e irem para suas casas. Muitos, porém, deixaram-se seduzir pelas promessas bolcheviques e foram servir no exército do general Antonoff-Ovseenko.

24.° – Makhno entrega-se outra vez ao trabalho do Comitê Revolucionário com os bolcheviques e sociais-democratas, mas logo percebe a impossibilidade de colaborar com eles. O Comitê Revolucionário contra ele, ao impulso dos partidos nele representados, pôs-se também a dar provas de atividade revolucionária. Primeiro, uma intervenção arbitrária na vida local dos trabalhadores, ordens severas e arbitrárias, dadas verbalmente ou formadas por escrito. Assim, achou de lançar impostos à cidade (18 milhões de rublos). Prendeu socialistas da direita. Falaram até em ***comissário da prisão***. Adiante diz Makhno: "vi clara e seguramente que a colaboração com os bolchevistas, sociais-revolucionários da esquerda, se tornava impossível para um anarquista revolucionário mesmo na luta pela defesa da revolução. O espírito revolucionário dos bolchevistas – S. R. de esquerda, começava a modificar-se visivelmente: não buscavam senão dominar a revolução, reinar, no sentido grosseiro da palavra. Tendo longamente estudado a sua atividade em Alexandrowska e, anteriormente, nos Congressos departamentais e distritos de camponeses e operários, eu pressentia ser uma ficção o bloco desses dois partidos que, mais cedo ou mais tarde, um desses dois partidos deveria absorver ou devorar brutalmente o outro, pois

ambos sustentavam o princípio do Estado e sua autoridade sobre a comunhão livre dos trabalhadores". Conclui por fim: "Os bolcheviques e os S. R. de esquerda aproveitaram-se, nesses dias, da confiança dos trabalhadores na revolução, para oporem metodicamente aos interesses dos trabalhadores, os seus interesses de partido". Às manobras bolchevistas, chama Nestor Makhno, expressivamente, "cozinha política dos seus comitês centrais".

25.° – Vendo esse trabalho contra-revolucionário de bolchevistas e socialistas revolucionários de esquerda, prestes a se entredevorarem, Makhno resolve reforçar a ação anarquista dos camponeses para salvar a revolução. Apesar dos esforços dos companheiros para retê-lo, Makhno não voltou atrás, mormente recebendo notícias de ter a Rada Ucraniana mandado a Gulai-Polé emissários para organizar os soldados recém-vindos da frente.

26.° – Chegando a Gulai-Polé, é eleito pelo soviete local presidente do Comitê Revolucionário e o grupo anarquista exige que se desarme o batalhão do regimento 48 de Berdiansk acantonado em Orekhovo e composto de partidários de Kalenin e da Rada Ucraniana. Pedem auxílio à Federação Anarquista de Alexandrowska e desarmam o batalhão. Com grande surpresa dos bolchevistas, as armas não são entregues nem ao general bolchevista Bogdanoff nem ao Comitê Revolucionário de Alexandrovska. São levadas para Gulai-Polé e servem de base inicial para o exército de camponeses livres.

27.° – Chegam notícias de tratados de paz da Rada e dos bolcheviques com os alemães. Makhno vê a necessidade imperiosa de obter mais armas para armar toda a população. Falta dinheiro para isso. Propõe exigi-lo do banco da Rada existente em Gulai-Polé. Com aprovação unânime do soviete local, obtém letras dos diretores do banco e saca 250.000 rublos do banco de Alexandrovska. Isso, necessariamente, constituiu para os bolchevistas, homens de Estado e da lei, rematado crime.

28.° – Iniciam-se as trocas diretas de produtos: os das cidades enviariam tecidos e os de Gulai-Polé enviariam trigo e outras

matérias alimentícias. Em 15 dias, Sereguin, o companheiro encarregado de tal serviço e a quem Makhno tece os maiores elogios, firmou relações com as fábricas têxteis de Phokhorov e Morozov. Logo depois, entra em relações com Moscou. Dois operários de Moscou desceram até Gulai-Polé para verem o que haviam feito os anarquistas. Esses operários manifestaram o seu receio de que os funcionários dos ***governos*** já estabelecidos na Rússia apreenderiam os trens carregados de um e outro lado.

29.° – Não obstante esse receio, Sereguin faz carregar vários vagões de trigo e envia-os a Moscou guardados por um destacamento armado dirigido pelo companheiro Skomski. Apesar dos entraves opostos pelos chefes de estação, o trem chega a Moscou. Dez dias depois, volta o trem carregado de tecidos; mas, no caminho, os funcionários o detêm e os mandam para o centro de aprovisionamento de Alexandrovska, por não ***haver licença das autoridades soviéticas para tais trocas***.

30.° – Makhno convoca imediatamente o Comitê Revolucionário e o Soviete dos Deputados camponeses e operários e resolvem todos enviar severo protesto à Seção de Alexandrowska. Despacha três camaradas para avisarem o Comitê Revolucionário de Alexandrowska do ocorrido. Feito isso convoca uma assembléia geral de camponeses e operários. A reunião aplaude freneticamente Seréguin e exige marcha imediata contra as autoridades inúteis de Alexandrovska, reconhecendo o direito de Gulai-Polé aos tecidos apreendidos.

31.° – Entregues os tecidos, convoca-se uma assembléia para mostrar aos trabalhadores as vantagens das trocas diretas e regularizar-se a distribuição. Isso evidenciará, por exemplo, a inutilidade dos intermediários e funcionários governamentais. "Eles viam, comenta Makhno, ao mesmo tempo, o meio de solapar eficazmente as bases capitalistas da Revolução, vestígios dos tempos czaristas. De modo que, repartidos todos os tecidos, a população de Gulai-Polé considerou nos meios de estender as trocas a todos os gêneros de primeira necessidade e em quantidade

bastante para toda a região. Isso provaria que a Revolução cuidava não só de destruir as bases do regime burguês e capitalista, mas também trataria de indicar concretamente as bases de uma sociedade nova com a sua atmosfera de igualdade na qual cresceria e se expandiria o eu consciente dos trabalhadores".

32.° – Delegados camponeses vão a várias cidades industriais para estabelecer trocas, mas voltam de mãos vazias porque as autoridades bolchevistas o impediram alegando que estavam sendo criadas organizações do Estado para efetuar esse serviço. Só em Moscou os trabalhadores revolucionários conseguem das autoridades bolchevistas licença para uma única remessa. Essa remessa é retida várias vezes em caminho e só muito mais tarde chega a Gulai-Polé.

33.° – Noticiam que consideráveis forças alemãs contratadas pela Rada Ucraniana marchariam sobre Kiev e Odessa para submeter os ucranianos.

34.° – Em fevereiro e março de 1918 completa-se a posse das terras. Os ex-donos ficam com dois cavalos e duas vacas, charrua, semeadeira, ceifeira para seus serviços. Organizam-se as comunas sob tipo nitidamente anarquista, sem ***autoridade*** alguma. Estabelecem-se armazéns gerais. Faz-se cozinha comum, livres, porém, todos de fazerem a sua se lhes apetecesse. Acordam-se programas de trabalho. Dão-se os primeiros passos para formação de escolas, trabalho difícil por falta de mestres. É preferido o sistema de Francisco Ferrer. As comunas tinham a média de 10 famílias, de 100 a 300 membros. Cada qual tinha terra e instrumentos de trabalho conforme a capacidade de produção.

Comentário de Makhno: "Ora, no instante mesmo em que, em todas as terras libertadas, nascia o júbilo dos opressos; quando os trabalhadores que, por tanto tempo, haviam sido jugulados e humilhados pela desigualdade política, econômica e social começavam a afirmar-se, a compreender sua escravidão e tendiam com todas as forças a safar-se, de todo e para sempre, dessa vergonha; mal pareceu estar a ponto de consumar-se tal liberta-

ção, havendo-se as massas dos trabalhadores tratado dessa realização: quando a idéia de liberdade, igualdade e solidariedade entre homens começava a penetrar, enfim, na vida mesma dos trabalhadores, aniquilando assim toda veleidade de servidão nova, nesse momento, paralelamente ao desenvolvimento dessa grande idéia de libertação, os arautos governamentais do bloco bolchevistas-sociais revolucionários da esquerda, amparados na astúcia política de Lenin, desencadearam, com furor crescente, a idéia do direito de dispor o governo de Lenin da Revolução e de submeter todo o povo a esse governo como o único defensor dos desejos seculares do povo: liberdade, igualdade e trabalho independente".

E adiante: "Os socialistas estatistas negligenciam momentaneamente essa importante questão (o tratado de Brest-Litovsk), as tempestuosas discussões que suscitava, pois outra questão mais importante se lhes antepunha: como, permanecendo eles, ante as massas trabalhadoras, pioneiros e mentores da Revolução, poderiam conseguir desfigurar a idéia mesma da Revolução social sem naufragarem antes de efetuar essas aspirações secretas, como desviar a Revolução de sua via autônoma, criadora e escravizá-la inteiramente às doutrinas estatistas decorrentes das ordens e diretrizes do Comitê Central do partido e do governo".

"Era de todo evidente [prossegue ele] que, pela orientação dada à grande Revolução Russa pelos bolchevistas e socialistas revolucionários da esquerda, não havia brecha nem para comunas agrárias autônomas, livremente organizadas nas terras conquistadas, sem nenhuma sanção do governo, nem para entrega à mão dos trabalhadores das fábricas, usinas, tipografias e outras empresas públicas. Os atos diretos dos trabalhadores, no decurso da grande Revolução Russa, refletiam claramente suas tendências anarquistas. E era isso o que mais espantava os socialistas-estatistas de esquerda, porque os trabalhadores das aldeias e cidades agrupavam suas forças precisamente com essa tendência e se preparavam para desencadear um movimento anarquista contra a

idéia do Estado, a fim de retirar dele suas principais funções e confiá-las a suas direções locais, autônomas"[1].

35.° – Assinado o tratado de Brest-Litovsk, autoridades bolchevistas retiram suas forças da Ucrânia, deixando-a de todo entregue à Rada Ucraniana com seus aliados alemães e austríacos. Estes ocupam Kiev, capital da Ucrânia, em março de 1918 e grande parte do país à direita do Dniepr. Desfecham então a luta contra os anarquistas da Ucrânia já revolucionada. Cai em toda a região uma nuvem de agentes, espiões, provocadores, enviados para desmoralizar o movimento anarquista e captar adesões aos contra-revolucionários, insultavam os anarquistas chamando-lhes salteadores e ladrões. Mas os camponeses que, durante três anos, viam a obra sólida e verdadeiramente revolucionária dos anarquistas vaiavam os provocadores.

36.° – Enquanto isso, os operários das cidades, tendo compreendido o alcance da obra revolucionária anárquica, iam rapidamente adotando o ponto de vista da ação direta.

37.° – Avanço das tropas alemãs, austro-húngaras e da Rada, 600.000 homens e reforço da propaganda reacionária capitaneada por Paulo Semeniuta-Riabkó que se dizia socialista revolucionário. Este faz tremenda campanha contra os anarquistas ameaçando-os com as tropas em marcha.

Os anarquistas aceitam o desafio e fazem a declaração de que não admitiriam, de então em diante, nenhum perseguidor do ideal anarquista na zona onde influíam e trabalhavam. Para mostrar não ser ameaça vã, mataram Semeniuta-Riabkó. Essa morte acalmou logo os arreganhos dos reacionários.

38.° – Makhno exige então do Comitê Revolucionário de Gulai-Polé, bolchevistas, socialistas revolucionários e anarquistas que tomem providências sérias para que à morte de Semeniuta não se sigam as de todos os reacionários disfarçados em socialistas.

1. São dignas de ler todas as considerações de Makhno à deletéria ação travadora dos bolchevistas.

Makhno conseguiu do grupo anarquista a resolução de que, se os reacionários não praticassem nenhum ato contra-revolucionário, eles não empregariam violência.

39.° – Feito isso, entrega-se Makhno ao relevantíssimo serviço de organizar os batalhões anarquistas para defender a região de Gulai-Polé. O grupo seguiu essa orientação, mostrando, diz Makhno, qualidades combativas de primeira ordem.

40.° – As forças alemãs chegam ao Dniepr e tentam passagem. Batalhões bolchevistas e outros autônomos, resistem. Makhno lança um apelo à região de Gulai-Polé para organizarem um exército. O apelo tem larga repercussão e os trabalhadores afluem aos bandos. Só a cidade de Gulai-Polé dá cerca de 1.500 homens.

Para obter armas, dirige-se Makhno a Pologui onde estava o estado-maior do comandante dos guardas vermelhos de reserva Belinkevich. Belinkevich quis assegurar-se do que lhe dizia Makhno e foi com ele a Gulai-Polé.

Makhno mostrou-lhe a comuna número 1, os campos de trabalho, depois o refeitório e o mais. Apertando a mão de Makhno, disse-lhe o comandante: "Senti, desde o primeiro instante, grande confiança em ti, camarada Makhno, e agora te digo que mandes, esta noite mesmo, teus homens buscar, no meu estado-maior, as armas, fuzis e metralhadoras necessárias a teus batalhões de Gulai-Polé. Foram entregues seis canhões, dois franceses e dois russos, 3.000 fuzis, dois vagões de cartuchos e nove vagões de balas para canhões.

41.° O armamento dos trabalhadores de Gulai-Polé empolgou a todos e a notícia chegou ao comandante dos guardas vermelhos em ação no Dniepr. Esses guardas estavam recuando e o comandante mandou um delegado entender-se com Makhno. A reunião se deu na noite de 8 de abril de 1918 no momento exato, conta Makhno, em que Lenin e Trotsky discutiam no Kremlin o aniquilamento dos grupos anarquistas de Moscou e depois os de toda a Rússia. Makhno seguiu imediatamente com o batalhão do grupo anarquista e destacamentos mais vizinhos de Alexandrovska.

42.° Os guardas vermelhos não resistem aos alemães e recuam. Emissários da Rada Ucraniana vão a Gulai-Polé e, falsificando um telegrama de Makhno ao batalhão anarquista, o faz recuar também. Daqui por diante trava-se a tremenda luta de Makhno e seus companheiros em defesa da organização anárquica dos camponeses ucranianos. Vinha a ameaça de três pontos: a Rada, os bolchevistas e Denikin.

Ora, Makhno venceu Petliura, venceu Denikin, na batalha de Peregonovka, num lance incomparável de gênio militar e decisão heróica.

Os bolchevistas não intervieram contra Denikin. Sua tática fora deixar Denikin destruir a organização anarquista, para só depois arremeterem os brancos. Tinham por certíssima a derrota de Makhno, tão esmagador se mostrava o exército branco, armado soberbamente e numerosíssimo.

O esfacelamento da milícia branca surpreendeu toda a Europa e, mais do que ninguém, os bolchevistas.

Incapazes de atacar Makhno e querendo seduzi-lo ofereceram-lhe grandes vantagens para ingressar no exército vermelho organizado por Trotsky. Entraram, por isso, a louvá-lo e adulá-lo nos jornais, até o encontrarem no mês de março de 1919.

Makhno sentiu logo o perigo. Aqueles chefes autoritários não suportariam à ilharga essa organização anárquica, negadora intransigente do Estado por mais escarlate que surgisse.

Entretanto, supunha que não se atreveriam a descer à realidade dos ataques por armas.

Os bolchevistas insistiam, entretanto, em impor seus delegados, chefes de Tchecas, funcionários de toda cor à região da makhnovstchina. Como os camponeses acremente as repelissem, abriu a imprensa trotskista pertinaz e violenta campanha difamatória. Makhno, tão gabado na véspera, virou de repente contra-revolucionário, bandido, alugado aos ***Kulaks***, inimigo número um da revolução.

Ante esse ataque, Makhno achou por bem convocar o terceiro congresso regional de camponeses, operários e guerrilheiros para 10 de abril de 1919.

Para o fim do congresso, manifestou-se a intervenção provocadora dos bolchevistas. O congresso recebeu um telegrama do comandante de divisão Dybenko declarando ***fora da lei*** os organizadores do congresso e considerando esse mesmo congresso ***contra-revolucionário***.

É de toda importância conhecerem os trabalhadores a resposta enviada a Dybenko pelo conselho revolucionário militar da revolução de Gulai-Polé.

Ei-la:

"O ***camarada*** Dybenko declarou contra-revolucionário o congresso convocado para Gulai-Polé, aos 10 de abril, e pôs fora da lei seus organizadores, contra os quais, segundo ele, devem ser aplicadas as mais rigorosas medidas repressivas. Publicamos aqui seu telegrama palavra por palavra. 'De Novo-Alexaievka W-283. Dia 10, 22h45min. Enviar ao camarada Makhno, estado-maior da divisão de Alexandrovska.

Cópia Volnovakha, Mariupol, enviar ao comandante Makhno Cópia ao soviete de Gulai-Polé:

"Todo congresso convocado em nome do estado-maior revolucionário militar, dissolvido por minha ordem, é considerado manifestamente contra-revolucionário e os organizadores serão submetidos às mais rigorosas medidas repressivas até a proclamação fora-da-lei. Ordeno que se tomem imediatas medidas para que tais coisas não sucedam mais. Comandante da divisão, Dybenko".

Antes de declarar contra-revolucionário o congresso, o ***camarada*** Dybenko não se deu sequer ao trabalho de se informar em nome de quem e para que fim foi o congresso convocado. Isso fê-lo anunciar ter sido o congresso convocado pelo estado-maior revolucionário ***dissolvido*** de Gulai-Polé, quando na realidade o foi pelo Comitê Executivo do Conselho Revolucionário Militar. Logo, este último não sabe se é considerado pelo ***camarada*** Dybenko fora-da-lei.

Se assim é, permita-nos V. Exa. que lhe informemos por quem e para que fim este congresso (segundo V. Exa." manifestamente

contra-revolucionário) foi convocado; e então não lhe parecerá, talvez, tão apavorante como se lhe afigurou.

O congresso, já se disse, foi convocado pelo Comitê Executivo do Conselho Revolucionário Militar da região de Gulai-Polé, em Gulai-Polé mesmo (como burgo situado no centro). Foi chamado 3.° Congresso com o fim de determinar a linha de ação interior do Conselho Revolucionário Militar. (Está vendo, ***camarada*** Dybenko, que já houve três desses congressos contra-revolucionários.) Mas surge uma questão: de onde vem e para que foi criado o Conselho Revolucionário Militar regional? Se ainda não sabe, camarada Dybenko, vamos referir-lho: o Conselho Revolucionário Militar regional foi formado de acordo com a resolução do 2.° Congresso, realizado em Gulai-Polé aos 12 de fevereiro deste ano. (Está vendo que há muito tempo; você ainda não estava aí.). O Conselho foi formado para organizar os combatentes e executar a mobilização voluntária, porque a região estava cercada de ***brancos*** e os destacamentos insurrecionais, compostos dos primeiros voluntários, já não bastavam para sustentar uma frente extensa. Não havia, nesse momento, tropas sovietistas em nossa região e, mais, a região não esperava delas grande auxílio, considerando a defesa de sua região como dever seu. Foi para isso que se formou o Conselho Revolucionário Militar da região de Gulai-Polé, Conselho que se compunha, segundo resolução do 2.° Congresso, de um delegado de cada distrito, ao todo 32 membros, representando eles os distritos dos governos de Ekaterinoslav e da Táurida.

Mas, só adiante daremos explicações sobre o Conselho Revolucionário Militar.

Surge aqui uma questão: de onde veio o 2.° Congresso regional? Quem o convocara? Quem deu licença para isso? Aquele que o convocou está posto fora-da-lei? E, se não, por que não?

O 2.° Congresso realizou-se aos 12 de fevereiro do ano corrente e, com grande espanto nosso, as pessoas que o convocaram não foram postas fora-da-lei, porque não havia ainda desses *heróis* que ousassem atentar contra os direitos do povo, conquistados com seu próprio sangue.

Nova questão surge ainda: De onde veio o primeiro congresso regional? Quem o convocara? Aquele que o convocou não está posto fora de lei? E, se não, por que não?

Camarada Dybenko você é muito novo, parece, no movimento revolucionário da Ucrânia e temos de ensinar-lhe seus começos mesmo. É o que vamos fazer e V. Exa. conhecendo-os agora irá decerto corrigir-se um tanto.

O Primeiro Congresso regional realizou-se em 23 de janeiro do corrente ano, no primeiro acampamento insurrecional, na Grande Mikhailovka. Compunha-se de delegados dos distritos situados perto da frente. As tropas soviéticas estavam longe, então, bem longe. A região separada do mundo inteiro, de um lado pelos denikinianos; do outro, pelos petliurianos; nesse tempo, só os destacamentos insurrecionais com Pai Makhno e Stchuss à testa, desabavarn golpe sobre golpe a uns e a outros. As organizações e instituições sociais nos burgos e aldeias nem sempre tinham os mesmos nomes. Em tal burgo era um ***Soviete;*** em tal outro, uma ***Regência Popular***; num terceiro, um ***Estado-Maior Revolucionário Militar***; num quarto, uma ***Regência Provincial*** etc.; mas, o espírito era, em toda parte, igualmente revolucionário. Para consolidar a frente, assim como para criar certa uniformidade de organização e ação na região inteira houve o 1° Congresso.

Ninguém o convocara. Reunira-se espontaneamente, por desejo e aprovação da população. No congresso, propôs-se arrancar ao exército petliuriano nossos irmãos mobilizados à força. Para isso, uma delegação composta de cinco pessoas foi eleita e recebeu o mandato de passar pelo Estado-Maior de Pai Makhno, e outros onde fosse mister, e penetrar até o exército do diretório ucraniano (cognominado ***Petliura)*** para avisar: nossos irmãos mobilizados de que haviam sido enganados e lhes cumpria deixar tal exército. Além disso, foi a delegação encarregada de convocar, de volta, um segundo Congresso mais vasto, com o fim de organizar toda a região libertada dos bandos contra-revolucionários e criar uma frente de defesa mais poderosa. Os delegados, pois, convocaram, de regresso, esse 2° Congresso regional, fora de qualquer ***partido***, de qualquer ***poder***, de qualquer ***lei;*** porque

tu, *camarada* Dybenko e outros amantéticos e guardas da lei da mesma espécie, todos vós, estáveis muito longe! e, como os guias heróicos do movimento insurrecional não aspiravam ao poder sobre o povo que acabava de romper, por suas próprias mãos, as cadeias da escravidão, o congresso não foi proclamado contra-revolucionário, nem os seus convocadores declarados *fora-da-lei*.

Volvamos ao Conselho Regional. No momento exato da criação do Conselho Revolucionário Militar da região de Gulai-Pole, apareceu o poder soviético na região. Conforme a resolução votada no 2° Congresso, o Congresso Regional não suspendeu suas atividades com o aparecimento das autoridades soviéticas. Ele tinha de executar as instruções do Congresso integralmente. O Conselho não era órgão mandante, senão executivo. Continuou a operar na medida de suas forças seguindo em toda a sua obra a senda revolucionária. Pouco a pouco o poder soviético entrou a criar obstáculos à atividade do Conselho; os comissários e outros altos funcionários do governo dos sovietes deram para considerar o Conselho organização contra-revolucionária. Foi, então, que os membros do Conselho decidiram convocar o 3° Congresso regional para o dia 10 de abril em Gulai-Polé, a fim de traçar a diretriz ulterior do Conselho ou então dissolvê-lo, caso o Congresso o achasse necessário. E eis aí, reuniu-se o Congresso.

Não acorreram a ele contra-revolucionários, senão os primeiros que, na Ucrânia, levantaram o estandarte da insurreição, o estandarte da revolução social. Acorreram para ajudar a coordenar-se a luta geral contra todos os opressores. Os representantes de diversos distritos e governos assim como de várias unidades militares acudiram ao Congresso e todos opinaram ser necessário o Conselho Revolucionário Militar da região de Gulai-Polé; completaram-lhe até seu Comitê Executivo e encarregaram este último de proceder na região a uma mobilização voluntária e igualitária. O congresso ficou estupefato com o telegrama do *camarada* Dybenko que declara ***contra-revolucionário*** o Congresso, quando foi esta reunião a que primeiro ergueu o lábaro revolucionário. Eis por que o Congresso votou formal protesto contra o telegrama.

Tal o quadro que vos deveria abrir os olhos, *camarada* Dybenko. Considerai! Refleti! Tereis o direito, sozinho, de declarar contra-revolucionária uma população de um milhão de trabalhadores que, por si, quebrou, com suas mãos calosas, os grilhões da escravidão e constrói, agora, sua própria vida, a seu modo?

Não! Se sois realmente revolucionário deveis vir ajudá-la em sua luta contra os opressores e em sua obra de construção de uma nova vida livre!

Pode haver leis, feitas por certas pessoas, intituladas revolucionárias, que lhes permitam pôr todo um povo, mais revolucionário que elas, fora-da-lei? (Porque o Comitê Executivo representa toda a massa do povo).

Será lícito, será razoável vir estabelecer leis de violência destinadas a subjugar um povo que acaba de derribar todos os legistas e todas as leis?

Existirá uma lei segundo a qual um revolucionário tenha o direito de aplicar penas as mais rigorosas à massa revolucionária de que se diz defensor, pelo simples fato de que essa massa tomou, sem lhe requerer licença, os bens que esse revolucionário lhe prometera: liberdade e igualdade?

Poderá o povo revolucionário calar-se quando o revolucionário lhe tira a liberdade que acaba de conquistar?

Ordenarão as leis da revolução fuzilar um delegado por crer que deve exercer o mandato conferido pela massa revolucionária que o elegeu?

Que interesse deve um revolucionário defender? Os do partido ou os do povo que, com seu sangue, leva adiante a revolução?

O Conselho Revolucionário Militar da região de Gulai-Polé se mantém fora da dependência e da influência dos partidos; só reconhece o povo que o elegeu. Seu dever é cumprir o de que o incumbiu o povo e não erguer obstáculo a nenhum partido socialista de esquerda na propaganda de suas idéias. Por isso, se a idéia bolchevista um dia tiver êxito entre os trabalhadores, o Conselho Revolucionário Militar – essa organização manifestamente contra-revolucionária no dizer dos bolchevistas – será substituído por outra organização mais revolucionária e bol-

chevista. Enquanto não, não nos estorveis, nem tenteis sufocar-nos.

Se continuardes, *camarada* Dybenko, vós e vossos semelhantes a seguir a mesma política de antes, se a supondes boa e consciênciosa, levai a cabo vossas sujeirazinhas. Ponde fora-da-lei todos os iniciadores de congressos regionais e também os dos convocados quando vós e vosso partido estáveis em Kursk. Proclamai contra-revolucionários todos os que primeiro levantaram o estandarte da insurreição, da revolução social na Ucrânia e atuaram por toda a parte sem aguardar permissão vossa, sem seguir vosso programa à risca, quebrando mais à esquerda. Ponde fora-da-lei os que enviaram delegados aos congressos declarados por vós contra-revolucionários. Proclamai por fim fora-da-lei todos os combatentes desaparecidos, que, sem vossa vênia, aderiram ao movimento insurrecional de libertação de todo o povo trabalhador. Proclamai sempre ilegais e contra-revolucionários todos os congressos reunidos sem vosso ***placet***... Sabei, porém, que a verdade acaba por vencer a força. O conselho não se desfará, malgrado vossas ameaças, dos deveres de que se incumbiu porque não tem direito de o fazer, nem o de usurpar os direitos do povo.

Conselho Revolucionário Militar da Região de Gulai-Polé:

Presidente: Tchernoknijny; ***Vice-Presidente:*** Kogane; ***Secretário:*** Kardbete; ***Membros do Conselho:*** Koval, Petrenko, Dotzenko e outros".

* * *

Concluamos: Iniciou-se assim, a tremenda luta de Makhno contra a reação bolchevista. Terminou com a traição miserável dos bolchevistas desrespeitando, como sempre, um formal acordo, após a derrota de Wrangel. Os déspotas bolchevistas metralharam das alturas do istmo de Perekop, o exército ucraniano que regressava vitorioso pela estreita faixa entre a montanha e o mar. Foi destruída a ferro e fogo essa obra revolucionária de alta envergadura pelos fanáticos autoritários, dominados nessa época por Trotsky e seus infames asseclas.